



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

JOENIA NUNES DOS PRAZERES

**SÍTIOS AGRÍCOLAS DAS COLÔNIAS SÃO VICENTE E
PONTA GROSSA:** uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas
de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, município de Cametá/Pará

CAMETÁ-PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P895s Prazeres, Joenia Nunes dos
Sítios agrícolas das colônias São Vicente e Ponta Grossa : Uma
experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na
comunidade de Carapajó, município de Cametá/Pará / Joenia Nunes
dos Prazeres. — 2019.
171 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Educação e Cultura, Campus Universitário de Cametá,
Universidade Federal do Pará, Cametá, 2019.

1. Processos de implantação, formação e organização dos
trabalhadores rurais. 2. Sítios agrícolas. 3. Trabalhador rural.
4. Carapajó, Cametá. I. Título.

CDD 370.19

JOENIA NUNES DOS PRAZERES

**SÍTIOS AGRÍCOLAS DAS COLÔNIAS SÃO VICENTE E
PONTA GROSSA: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas
de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, município de Cametá/Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes.

CAMETÁ-PA
2019

JOENIA NUNES DOS PRAZERES

**SÍTIOS AGRÍCOLAS DAS COLÔNIAS SÃO VICENTE E
PONTA GROSSA: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas
de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, município de Cametá/Pará**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará.

Data de avaliação: 28/08/2019.

Conceito: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes (Presidente)
(Orientador – PPGEDUC/UFPA)

Profa. Dra. Maria Sueli Correa dos Prazeres
(Avaliadora interna – PPGEDUC/UFPA)

Prof. Dr. Carlos Leandro Esteves
(Avaliador externo – UFPA)

CAMETÁ-PA
2019

Dedico esta pesquisa às mulheres e aos
homens do campo, sujeitos históricos,
que concebem a natureza como um lugar
simbólico repleto de significados e pleno
de sentido: um espaço de vida.

AGRADECIMENTOS

“Um dia uma folha me bateu nos cílios. Achei Deus de uma grande delicadeza” (Clarice Lispector). Com essas palavras de Clarice Lispector inicio os meus agradecimentos pelo apoio, pelas contribuições e por todo sentimento de positividade que muitas pessoas destinaram a mim durante o processo do Mestrado em Educação e Cultura, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará.

Gratidão a Deus, pela oportunidade em realizar essa pesquisa, pois, com esse estudo, pude ter contato com algumas mulheres e homens da comunidade de Carapajó, pessoas de uma generosidade ímpar, às quais estendo esses agradecimentos. E, de maneira especial, agradeço ao senhor Gerson, que faleceu dias depois da defesa deste trabalho, e, mesmo quando doente, não hesitou em me receber e contribuir com essa pesquisa.

Gratidão à minha mãe Eugênia e ao meu pai José, pelo amor incondicional e por todo apoio ao longo da minha vida acadêmica. Eles, assim como a maioria das pessoas de sua geração, não tiveram a oportunidade de estudar, pois foi-lhes negado o direito à educação. Mas, sabendo da importância da educação, eles se empenharam para que os seus filhos pudessem ter acesso ao ensino público no Brasil.

Gratidão aos meus irmãos Josinéia, Joelma, Joicy, Jota Júnior, e à minha amada afilhada Júlia Vitória. O mestrado parecia tão longe da minha vida, mas, com o apoio de vocês, foi possível mais uma vez estudar em uma universidade pública federal no interior do estado do Pará.

Gratidão a Dom Jesus Maria Cizaurre, pelo incentivo para que eu fizesse o processo seletivo do Mestrado e, também, por todo o apoio para que essa pesquisa pudesse ser concluída. Além disso, eu não poderia deixar de agradecer pelas vezes que, para além de pastor, foi um amigo sempre disposto a contribuir com o meu desenvolvimento profissional e, acima de tudo, humano.

Gratidão a Vivianne Vulcão, Hélder Carlos, Graça Savino, Mirene Barros, Irmã Benedita, Irmã Edilene, Tânia Miranda, Lindomar Silva, Eraldo do Carmo, Socorro Aguiar, Jailson Lisboa, Adriane Silva, Sara Dias, Ellen Rodrigues, Lucilena Gonzaga e a tantos outros amigos que trago no coração, que, cada um a sua maneira, contribuíram para que eu concluísse mais essa etapa do processo de formação acadêmica.

Gratidão aos colaboradores da Diocese de Cametá, em especial a Priscila, Jéssica, Francicleide e Leonardo. Essas pessoas me auxiliaram com a pesquisa documental, no envio de material por *e-mail* e na disponibilização de outras informações acerca da ação da Prelazia de Cametá, dentro do recorte temporal que essa pesquisa se propôs a investigar.

Gratidão ao meu orientador Dr. Francivaldo Alves Nunes, por aceitar a proposta dessa pesquisa, e aos professores da banca de qualificação e defesa do mestrado, Dra. Maria Sueli Correa Prazeres e Dr. Carlos Leandro, pela leitura e significativas contribuições com esse trabalho. Também estendo essa gratidão aos professores e colegas do PPGEDUC, pelas experiências compartilhadas e, principalmente, por se colocarem na luta em favor de uma educação de qualidade e comprometida com a formação social e humana no interior do estado do Pará.

Gratidão ao meu companheiro Rafael Monteiro, que, por muitas vezes, abdicou dos seus estudos para poder me auxiliar nas reflexões conceituais, leituras da produção textual e acompanhamento na pesquisa de campo.

Realizar essa pesquisa foi relembrar as histórias narradas pela minha mãe durante a infância. Ela viveu a “experiência” do trabalho, ainda quando criança, nos pimentais do município de Tomé-Açu. Suas mãos pequenas, porém ágeis, facilitavam na hora da colheita da pimenta-do-reino... Nas suas idas e vindas do interior de Cametá para Tomé-Açu, a escola foi ficando para trás... Ela perdeu a conta das vezes que teve que abandonar os estudos para trabalhar nos pimentais.

O trabalho no campo não é uma atividade fácil e, talvez, naquele tempo, os gritos pelos direitos das crianças e adolescentes fossem silenciados. E, assim como a experiência da minha mãe, muitas outras famílias que fizeram parte do projeto *Sítios Agrícolas*, em Carapajó, passaram por uma situação semelhante.

Gratidão e todo respeito para com essas pessoas, pois, por meio de suas memórias, foi possível realizar essa pesquisa e, conseqüentemente, fazer o registro histórico do projeto *Sítios Agrícolas* das Colônias São Vicente e Ponta Grossa, desenvolvido na comunidade de Carapajó.

RESUMO

Este trabalho analisa os processos de implantação, de formação e de organização dos trabalhadores rurais do projeto *Sítios Agrícolas* das Colônias de São Vicente e Ponta Grossa, da comunidade de Carapajó, município de Cametá (Pará, Amazônia, Brasil). Tal projeto se constituiu em uma das atividades sociais desenvolvidas pela Prelazia de Cametá, entre as décadas de 1970 e 1980, tendo como principal idealizador o padre Johannes Gerardus Boonekamp. A problemática desta pesquisa está vinculada à compreensão de como se efetivou a participação dos trabalhadores rurais na implantação dos *Sítios Agrícolas*, o engajamento sociopolítico desses sujeitos e a relação trabalho e educação no contexto rural. Para responder a essa problemática, propomos os seguintes objetivos específicos: investigar em que contexto, social e eclesial, surgiu o projeto *Sítios Agrícolas*, assim como suas finalidades e objetivos; verificar como se deu a sua implantação, as práticas formativas e a organização dos trabalhadores; e identificar as rupturas e permanências do projeto *Sítios Agrícolas*. Considerando essa experiência agrícola como parte de um processo que contribuiu para a formação e organização dos trabalhadores rurais na região de Cametá, esta investigação adotou como metodologia a *História Oral* e, como método, a pesquisa qualitativa. Também como parte do procedimento metodológico, realizamos pesquisas nos arquivos da Diocese de Cametá, visitas de campo para estabelecer contato com as pessoas da comunidade de Carapajó e para realizar entrevistas de História Oral. Essas entrevistas foram norteadas por um roteiro de perguntas e realizadas tanto com os sujeitos que fizeram parte desse projeto, quanto com outras pessoas que testemunharam ou vivenciaram essa experiência agrícola, totalizando dezoito pessoas contactadas. O projeto envolvendo as Colônias São Vicente e Ponta Grossa pode ser considerado uma experiência agrícola pioneira na região do baixo Tocantins, tanto pelo acesso à terra quanto pelo método de financiamento. Esta pesquisa nos permitiu, portanto, verificar em que contexto esse projeto foi desenvolvido, e como se deu o processo formativo desenvolvido pela Prelazia de Cametá; mas também identificar rupturas e permanências dessa experiência agrícola, compreender o percurso histórico dos trabalhadores rurais da comunidade de Carapajó e, sobretudo, dar visibilidade a esses sujeitos sociais do campo, que lutaram pela superação das relações sociais de exclusão.

Palavras-chave: Sítios agrícolas. Agricultura. Trabalhador rural. Carapajó.

ABSTRACT

This paper analyzes the processes of implantation, training and organization of rural workers from the São Vicente and Ponta Grossa Colonies *Agricultural Lands* project, at Carapajó community, in Cametá (Pará, Amazon, Brazil). This project was one of the social activities carried out by the Prelature of Cameta between the 1970s and 1980s. It had the priest Johannes Gerardus Boonekamp as its main creator. The research problem is linked to the understanding of how the participation of rural workers in the implementation of *Agricultural Lands* took place, the socio-political engagement of these subjects and the relationship between work and education in the rural context. In order to have the answers to this problem, the following specific objectives were proposed: to investigate in which context, social and ecclesial, the *Agricultural Lands* project arose, as well as its purposes and objectives; to verify how it was implemented, the training practices and the workers' organization; and identify the ruptures and permanences of the *Agricultural Lands* project. Considering this agricultural experience as part of a process that contributed to the formation and organization of rural workers in Cametá region, this research adopted *Oral History* as a methodology and qualitative research as a method. Also, as part of the methodological procedure, we conducted research in the archives of Diocese of Cametá and field visits in order to establish contact with people from Carapajó community and to conduct Oral History interviews. These interviews were guided by a script of questions and were conducted with subjects that were part of this project, as well as with other people who witnessed or experienced this agricultural experience, totaling eighteen people contacted. The project involving São Vicente and Ponta Grossa colonies can be considered a pioneering agricultural experience in the lower Tocantins region, both for access to land and the financing method. This research allowed us, therefore, to verify in what context this project was developed, and how the training process developed by Prelature of Cametá took place; but also to identify ruptures and permanences of this agricultural experience, to understand the historical course of rural workers of Carapajó community and, above all, to give visibility to these rural social subjects, who fought for the overcoming of social relations of exclusion.

Keywords: Agricultural lands. Agriculture. Rural worker. Carapajó.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – VISTA DA VILA DE CARAPAJÓ DESDE O RIO	24
FIGURA 2 – MAPA DO DISTRITO DE CARAPAJÓ.....	25
FIGURA 3 – UMA DAS PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO À VILA DE CARAPAJÓ.....	26
FIGURA 4 – MAPA DA COLÔNIA SÃO VICENTE DE PAULO	27
FIGURA 5 – MAPA DA COLÔNIA PONTA GROSSA.....	27
FIGURA 6 – INFORMATIVO DA COMUNIDADE CRISTÃ Nº 1.....	45
FIGURA 7 – CARTILHA “A IGREJA E PROBLEMAS DA TERRA”	47
FIGURA 8 – INFORMATIVO DAS CCS Nº 50.....	48
FIGURA 9 – INFORMATIVO DA COMUNIDADE CRISTÃ Nº 5.....	52
FIGURA 10 – INFORMATIVO DA COMUNIDADE CRISTÃ Nº 52.....	56
FIGURA 11 – VISTA DO RIO QUE PASSA EM FRENTE À VILA DE CARAPAJÓ.....	63
FIGURA 12 – PIMENTA-DO-REINO EM FASE DE SECAGEM.....	68
FIGURA 13 – SANTANA EM SEU SÍTIO LOCALIZADO NA COLÔNIA SÃO VICENTE.....	73
FIGURA 14 – DOCUMENTO DO PLANO DE CUSTEIO RURAL EDUCATIVO	82
FIGURA 15 – DOCUMENTO DE CONTROLE DO FINANCIAMENTO DO CUSTEIO RURAL EDUCATIVO	83
FIGURA 16 – SÍTIO DO LUCIVALDO NA COLÔNIA SÃO VICENTE.....	84
FIGURA 17 – ESTACA PIMENTEIRA	88
FIGURA 18 – DOCUMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA PRODUÇÃO.....	95
FIGURA 19 – CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO DO RECURSO PARA OS INSUMOS	96
FIGURA 20 – CARTILHA <i>LEI AGRÍCOLA EM DEBATE</i>	99
FIGURA 21 – CARTILHA DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS	101
FIGURA 22 – CAMPO EXPERIMENTAL DE CURUÇAMBABA.....	102
FIGURA 23 – CÍRCULO BÍBLICO – FASCÍCULO 2	104
FIGURA 24 – FORMAÇÕES REALIZADAS PELA PRELAZIA DE CAMETÁ	106

FIGURA 25 – ATIVIDADE FORMATIVA DA PRELAZIA DE CAMETÁ.....	108
FIGURA 26 – UM DOS CAMINHOS DE ENTRADA PARA OS SÍTIOS DA COLÔNIA SÃO VICENTE.....	117
FIGURA 27 – ÁREA DA COLÔNIA SÃO VICENTE SENDO DESMATADA PARA LOTEAMENTO.....	118
FIGURA 28 – SÍTIO DA SANTANA NA COLÔNIA SÃO VICENTE.....	131
FIGURA 29 – SÍTIO DO GERSON: ATIVIDADE DE PISCICULTURA.....	132
FIGURA 30 – SÍTIO DO GERSON – CANTEIRO DE HORTALIÇAS.....	133
FIGURA 31 – PIMENTAIS EM CONSTRUÇÃO.....	136
FIGURA 32 – ANTIGO SÍTIO DA COLÔNIA DE SÃO VICENTE DE PAULO.....	137
FIGURA 33 – RELATÓRIO DO ENCONTRO DE LAVRADORES.....	139
FIGURA 34 – I CONGRESSO DAS COMUNIDADES CRISTÃS DA PRELAZIA DE CAMETÁ.....	140
FIGURA 35 – CARTILHA “O LAVRADOR E SEU SINDICATO”.....	141

LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
APAAC	Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
APP	Áreas de Preservação Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCs	Comunidades Cristãs
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Campanha da Fraternidade
CJP	Comissão de Justiça e Paz
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GESPAM	Projeto Gestão Participativa de Recursos Naturais
MST	Movimento Sem-Terra
ONG	Organização Não Governamental
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
SINIMA	Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
SAFS	Sistemas Agroflorestais
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – OS SÍTIOS AGRÍCOLAS EM PROJETO	36
1.1 A TERRA COMO DIREITO À PROPRIEDADE E COMO ESPAÇO DE VIDA.....	36
1.1.1 A terra na concepção da Igreja Católica	40
1.1.2 A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Prelazia de Cametá.....	42
1.2 A PRELAZIA DE CAMETÁ E SUA ATUAÇÃO SOCIOPASTORAL DE 1960 A 1980	50
1.2.1 A Igreja de Cametá e sua contribuição para a desenvolvimento social	54
1.3 <i>SÍTIOS AGRÍCOLAS</i> : UMA PROPOSTA DE PROMOÇÃO DO HOMEM PELA AGRICULTURA.....	58
1.3.1 Novo Plano de Pastoral em vista da promoção humana.....	60
1.3.2 Boonekamp e os <i>Sítios Agrícolas</i>	62
CAPÍTULO II – OS <i>SÍTIOS</i> EM MEMÓRIAS	67
2.1 A MEMÓRIA SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS <i>SÍTIOS</i> <i>AGRÍCOLAS</i>	68
2.1.1 Os trabalhadores rurais dos <i>Sítios Agrícolas</i>	70
2.1.2 Seleção das famílias e distribuição das terras	74
2.1.3 Financiamento para a produção da pimenta-do-reino	79
2.2 OS PROCESSOS DE ACOMPANHAMENTO DOS <i>SÍTIOS AGRÍCOLAS</i> E A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS	87
2.2.1 Os primeiros passos dos trabalhadores rurais nos <i>Sítios das Colônias</i> <i>São Vicente e Ponta Grossa</i>	89
2.2.2 Processo de acompanhamento dos <i>Sítios Agrícolas</i>	92
2.2.3 Formação dos Trabalhadores Rurais para além do trabalho e renda	97
2.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO NOS <i>SÍTIOS AGRÍCOLAS</i>	109
2.3.1 O trabalho nos <i>Sítios Agrícolas</i>.....	110
2.3.2 A experiência dos sítios e as transformações na comunidade de Carapajó ...	113
CAPÍTULO III – OS SÍTIOS E SUA SITUAÇÃO ATUAL	116
3.1 AS CONDIÇÕES ATUAIS DOS SÍTIOS AGRÍCOLAS	116
3.1.1 As terras e a legalização da propriedade dos <i>Sítios Agrícolas</i>	118
3.1.2 Os trabalhadores rurais que desistiram dos sítios e o destino das terras.....	121

3.2 RUPTURAS E PERMANÊNCIAS NAS COLÔNIAS SÃO VICENTE E PONTA GROSSA	125
3.2.1 O mercado da pimenta-do-reino e a venda na folha	126
3.2.2 A monocultura da mandioca e o cultivo do maracujá	128
3.3 DO DECLÍNIO DA PIMENTA-DO-REINO ÀS NOVAS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS	130
3.3.1 Novas formas de produção em vista de uma agricultura diversificada	130
3.3.2 O trabalhador rural e sua relação com a natureza	133
3.3.3 Organização dos trabalhadores rurais	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	147
ANEXOS	153
ANEXO A: Informativo da Comunidade Cristã nº 5 – Ano 1979	153
ANEXO B: Informativo da Comunidade Cristã nº 52 – Ano 1976	154
ANEXO C: Relação dos Trabalhadores Rurais da última fase do Projeto Sítios Agrícolas.....	155
ANEXO D: Plano de empréstimo para custeio da pimenta-do-reino.....	157
ANEXO E: Panfleto anexado no informativo das Comunidades Cristãs do ano de 1981	158
ANEXO F: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	159

INTRODUÇÃO

Os primeiros raios do sol refletiam no rio Tocantins e, desde a balsa saindo de Cametá, travessia necessária para chegar à vila de Carapajó, observávamos a natureza daquele lugar do interior do Pará: quão grandiosa, encantadora e, ao mesmo tempo, desafiadora. O objetivo daquela viagem era colher informações *in loco* a fim de organizar a pesquisa de campo para a construção desta dissertação de mestrado, que tem como objeto de estudo o processo de implantação dos *Sítios Agrícolas* das Colônias São Vicente e Ponta Grossa na comunidade de Carapajó, ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980.

O relógio ainda não marcava seis horas da manhã quando chegamos à vila de Carapajó, e logo seguimos para o sítio do senhor Gerson Lopes, localizado na Colônia Ponta Grossa. Ao chegar lá, o senhor Gerson já nos esperava na varanda com uma garrafa de café, e a rotina de quem vive da agricultura já havia começado. Sua esposa, sua filha e seu neto já haviam iniciado o trabalho e se dividiam entre os cuidados com a casa e com a lavoura.

Ele estava se recuperando de uma cirurgia na garganta e, ainda assim, foi muito gentil em nos dar as primeiras informações sobre a experiência agrícola desenvolvida em Carapajó, da qual ele também fez parte. O senhor Gerson nos informou que participou da última fase desse projeto e nos indicou o seu irmão, Lucivaldo Lopes, pois ele tinha sido a última pessoa a trabalhar diretamente com o padre João Boonekamp.

Então, posteriormente, fomos à residência do senhor Lucivaldo, localizado na Colônia São Vicente, onde nos deparamos com uma produção agrícola diversificada, que ele desenvolve juntamente com sua esposa. É importante destacar que a paisagem desse sítio foi de encontro com a que havíamos presenciado na chegada à vila de Carapajó. E, sem mesmo dizer o motivo que me levava até lá, fui logo convidada a adentrar sua casa, tomar café e conhecer, por meio de fotografias, dois dos seus filhos e os netos.

Após essa calorosa acolhida, que nos faltam palavras para descrevê-la, fomos até a varanda e, assim, pudemos iniciar a conversa com o senhor Lucivaldo. Após explicar o motivo de nossa visita e o objetivo de nossa pesquisa, demos início a um diálogo marcado por forte emoção de retorno ao passado. Quanto sentimento ele demonstrava em falar das colônias, dos sítios, da comunidade de Carapajó à época em que foi desenvolvido esse projeto e, especialmente, do padre João Boonekamp. Esse mesmo sentimento também fora demonstrado pelo seu irmão Gerson. Pesquisar é envolver-se com a vida das pessoas.

Esse breve relato é parte do primeiro registro da pesquisa de campo que escrevemos ao retornar de Carapajó no mês de julho de 2017. Esse momento foi muito importante e significativo para esta investigação científica, pois, de certa forma foi o primeiro contato com os sujeitos da pesquisa, e, a partir daquele dia, não só pudemos planejar a pesquisa de campo, como também começar a compreender o processo de desenvolvimento dessa experiência agrícola que teve como principal cultivo a pimenta-do-reino.

Sítios Agrícolas foi um projeto desenvolvido pela Prelazia de Cametá nas décadas de 1970 e 1980 e coordenado pelo padre Johannes Gerardus Boonekamp, um religioso que se colocou à frente desse projeto peculiar. Esse sacerdote também foi conhecido como padre João Boonekamp ou padre Joãozinho, por isso, no decorrer do texto poderão aparecer essas três denominações.

A motivação dessa pesquisa sobre os “*Sítios Agrícolas* das Colônias São Vicente e Ponta Grossa” surgiu devido à nossa atuação na Organização Não Governamental (ONG) Haren Alde, Arcores, ONG Samagna, Cáritas Brasileira, Comissão de Justiça e Paz (CJP) e na própria Prelazia de Cametá. Foi nesses espaços que pude ter contato com a população rural, os desafios do trabalho no campo e os modos de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, pois, para implementar projetos de desenvolvimento social, era necessário fazer levantamento de dados, diagnósticos e visitas às comunidades, e isso me possibilitou conhecer mais de perto a realidade das mulheres e dos homens do campo.

Esta pesquisa, portanto, se justifica pela necessidade de colocar em evidência o sujeito do campo que, historicamente, é invisibilizado pela sociedade, e, para isso, propomo-nos a pesquisar uma experiência agrícola desenvolvida pela Prelazia de Cametá¹ na década de 1970, momento em que o Brasil passava por sérios problemas sociopolíticos que atingiam, principalmente, os mais empobrecidos. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como se deu a implantação dos *Sítios Agrícolas*, os processos de formação e a organização dos trabalhadores rurais das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, município de Cametá (PA).

A problemática dessa pesquisa está vinculada à compreensão de como se efetivou a participação dos trabalhadores rurais na implantação dos *Sítios Agrícolas*, o engajamento sociopolítico desses sujeitos e a relação trabalho e educação no contexto rural. E, para responder

¹ Instituição Católica, elevada à categoria de Diocese no dia 12 de maio de 2013, que abrange os municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento e Pacajá (Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá).

a essa questão, propomos os seguintes objetivos específicos: investigar em que contexto, social e eclesial, surgiu o projeto *Sítios Agrícolas*, tal como suas finalidades e objetivos; verificar como se deu a sua implantação, as práticas formativas e a organização dos trabalhadores; e identificar as rupturas e permanências do projeto *Sítios Agrícolas*.

O recorte temporal dessa pesquisa se concentra entre as décadas de 1970 e 1980, pois foi nesse período que a Prelazia de Cametá, instituição juridicamente responsável por esse projeto, propôs um Novo Plano Pastoral e nele estavam previstas ações de desenvolvimento social pela via da agricultura (FAVACHO, 1984). Além disso, propomo-nos a verificar como os trabalhadores rurais deram prosseguimento aos sítios, agora sem mais qualquer tipo de financiamento por parte da Igreja e, também, a questão das terras que ainda são de propriedade da Prelazia de Cametá.

Embora tenhamos adotado esse recorte temporal, em algumas partes do texto faremos referência aos anos que compreendem a década de 1960, pois foi nesse período que a Igreja da América Latina buscava sair dos templos e viver “um novo jeito de ser igreja”², mais próximo do povo, dos empobrecidos e dos excluídos. O fenômeno que motivou essa mudança era denominado de Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação que busca partir do compromisso por abolir a atual situação de injustiça e construir uma sociedade nova deve ser verificada pela prática desse compromisso; pela participação ativa e eficaz na luta empreendida pelas classes sociais exploradas contra os seus opressores. A libertação de toda forma de exploração; a possibilidade de uma vida mais humana e mais digna, a criação de um homem novo passam por essa luta (GUTIÉRREZ, 2000, p. 365).

Com base em Gutiérrez (2000), acreditamos que essa nova postura da Prelazia de Cametá foi motivada pela Teologia da Libertação, cujo compromisso social e participação efetiva da Igreja nas questões sociais se fazia necessário, pois a conjuntura daquele tempo, de exploração e miséria, assolava não só o Brasil, mas vários países da América Latina, como a Colômbia, o Chile, a Bolívia, entre outros.

Löwy (2000), por sua vez, denomina esse fenômeno ocorrido nas Igrejas dos países da América Latina como “Cristianismo de Libertação”. Para o autor, o Cristianismo da Libertação deve ser entendido como um movimento social que abrange associações de moradores, sindicatos, comunidades eclesiais de base (CEBs), grupos revolucionários, pastorais da Igreja, entre outros. “Proponho chamá-lo de *cristianismo da libertação*, por ser esse conceito mais

² Trecho da música “Nessa Mesa da Irmandade”, de Zé Vicente.

amplo que “teologia” ou que “igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e prática” (LÖWY, 2000, p. 57).

Como procedimento metodológico desta pesquisa, adotamos a História Oral, pois “[...] é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, entre outras) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas [...] como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERTI, 1990, p. 1).

Para Alberti (1990), a História Oral é um tipo de método privilegiado, pois a partir das narrativas é possível construir fontes de pesquisas históricas, antes não registradas, mas que fizeram parte das relações sociais de uma determinada sociedade. E, no caso da pesquisa em questão, as fontes históricas são consolidadas pelos próprios sujeitos que fizeram parte do projeto *Sítios Agrícolas*, pois, por meio da entrevista de História Oral, pudemos fazer essa pesquisa, considerada pioneira nessa localidade e, conseqüentemente, possibilitar fontes de pesquisas, pois:

Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 1990, p. 1-2).

Assim como Alberti (1990), a pesquisadora Delgado (2010, p. 15) acredita que a metodologia de história oral possibilita criar “[...] fontes de documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões”. Esse processo de construção de fonte histórica, expressadas pelas narrativas, nos possibilitou compreender o desenvolvimento dos *Sítios Agrícolas* desde a sua criação até os dias atuais, pois, esse tipo de fonte tem duplo ensinamento: “[...] sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época no qual o tempo foi produzido – tempo presente” (DELGADO, 2010, p. 16).

A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – a dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-la pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida (DELGADO, 2010, p. 16).

Há, de acordo com Delgado (2010), uma interligação entre história, tempo e memória, e, por meio da metodologia da História Oral, é possibilitado ao sujeito narrar a história que ficou na memória, em um tempo passado que faz parte do tempo presente. Portanto, nesta

pesquisa, foram realizadas entrevistas de História Oral, por meio de roteiros de perguntas, pois “[...] é na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer da história oral; é para lá que convergem os investimentos iniciais de implantação do projeto de pesquisa, e é de lá que partem os esforços de tratamentos do acervo” (ALBERTI, 1990, p. 45).

A pesquisa qualitativa, por sua vez, “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 21-22). Assim, esse tipo de abordagem busca compreender os fenômenos que estuda a partir da interpretação das pessoas que participaram do projeto *Sítios Agrícolas*. Desse modo, a partir das histórias e memórias narradas por esses sujeitos, e também por outras pessoas que vivenciam esse projeto, pudemos averiguar os acontecimentos socio-históricos ocorridos no processo de implantação dessa experiência agrícola em Carapajó.

Segundo Rabelo (2011), “[...] a análise de narrativas caracteriza-se tanto pela atenção cuidadosa à autoridade interpretativa do investigador, quanto pela relevância da voz do informante”. E foi com base nesses dois pontos que as narrativas dessa pesquisa foram analisadas, buscamos primeiramente transcrever as falas das pessoas de forma mais fiel possível, e, a partir disso, interpretar os fatos que os informantes consideraram como os mais importantes.

Como parte do processo metodológico dessa investigação, após a pesquisa bibliográfica, partimos para a pesquisa documental na Diocese de Cametá, a fim de levantar todo o material acerca do objeto de estudo: relatórios, jornais, fotografias e outros documentos do período em que o projeto *Sítios Agrícolas* foi desenvolvido. Na época desse projeto, essa instituição era denominada de Prelazia de Cametá, por isso no decorrer do texto fazemos referência à primeira nomenclatura dessa instituição, pois ela só foi alterada recentemente.

Ressalta-se que, nos arquivos da instituição, encontramos um acervo com informações das Comunidades Cristãs que vai do ano de 1969 a 1981. Esse material é denominado pela instituição de *Informativo*, por isso, ao decorrer do texto, ele será mencionado dessa forma. Entretanto, no curso da análise desse material, detectamos que ele também era nomeado de *Jornalzinho e Boletim*.

Portanto, dos arquivos da instituição levantamos os seguintes documentos para essa pesquisa: Informativos da Comunidade Cristã da Prelazia de Cametá, do período de 1969 a 1978; Relatório da Assembleia Pastoral Ordinária da Prelazia de Cametá, de 1986; Relatório do Conselho Prelático de Pastoral, do ano de 2013; Relatório da II Assembleia do Povo de

Deus, de 2012; Documentos dos projetos de Agricultura (1970 a 1990); Parecer “Caminhos e encruzilhadas: Um olhar Teológico-Pastoral sobre a avaliação da Prelazia de Cameté”, escrito por Paulo Fernando Carneiro de Andrade, na década de 1980; e algumas fotografias e cartilhas formativas.

Posteriormente, fizemos a pesquisa de campo, mas, antes de efetivarmos as entrevistas de História Oral, realizamos algumas visitas para entender a dinâmica daquela localidade e estabelecer contatos prévios com os sujeitos da pesquisa. Esta etapa, por sua vez, foi mais lenta, pois tivemos dificuldade em encontrar algumas pessoas, uma vez que o projeto em questão foi realizado há quase cinco décadas e muitos dos sujeitos envolvidos não residem mais em Carapajó.

Devido a essa situação, priorizamos primeiramente os sujeitos que residem no lote e ainda desenvolvem atividades agrícolas. Depois, estabelecemos contato com aqueles que desistiram do projeto, mas também com pessoas que testemunharam/vivenciaram esse projeto na localidade, e com pessoas que tiveram relação com a instituição Prelazia de Cameté. No total, tivemos contato com dezoito pessoas³, sendo que quatorze delas fizeram parte desse projeto, e quatro, tiveram algum tipo de contato com o projeto ou com as pessoas envolvidas.

Consideramos essa etapa da pesquisa a mais importante, pois foi no contato com essas pessoas que pudemos delinear esse processo investigativo e ter informações concludentes dessa experiência agrícola em Carapajó. E, para termos um perfil dos sujeitos dessa pesquisa, descrevemos, a seguir, algumas informações, com dados atuais e também do período que eles ingressaram no projeto.

Lucivaldo Lopes da Cruz, 65 anos, casado e pai de quatro filhos, ingressou no projeto no ano de 1988. Ele foi o primeiro informante dessa pesquisa, sendo indicado pelo gestor da Prelazia de Cameté, como a pessoa referência desse projeto em Carapajó. Fizemos contato com ele várias vezes antes da primeira entrevista realizada no mês de outubro de 2017. O senhor Lucivaldo foi o último gerente dessa experiência em Carapajó, mas, antes da Colônia São Vicente, ele pertenceu à Colônia Ponta Grossa. Essa mudança se deu a convite do padre João Boonekamp, que, em seus últimos anos em Carapajó, repassou para o Sr. Lucivaldo a gestão do projeto em questão e, também, a posse de parte do seu sítio na Colônia São Vicente, pedindo

³ As pessoas que fizeram parte desta pesquisa autorizaram a divulgação dos dados obtidos durante a entrevista de história oral, narrativas gravadas em áudio (posteriormente transcritas), a utilização de imagens (fotografias) e outras informações acerca da sua identidade (nome, idade, origem, entre outras) por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLC). Assim sendo, buscamos através do TCLC atender à dimensão ética da pesquisa científica, e para aqueles que estavam impossibilitados de assinar tal documento, solicitamos a autorização no final da entrevista de história oral gravada em áudio.

a ele que zelasse por esse espaço que, além da produção agrícola, também tinha uma capela, um centro comunitário e um campo de futebol.

Manoel Timóteo Pinho, 85 anos, nasceu em Tabatinga, região ribeirinha de Cametá, teve oito filhos e aprendeu a ler sozinho. Ingressou no projeto no ano de 1974, na Colônia São Vicente, e foi um dos primeiros trabalhadores que participou dessa experiência agrícola em Carapajó, mas antes trabalhou no sítio do padre João Boonekamp. Encontramo-nos com ele no dia 29/03/2018, e, apesar da sua idade avançada e de já ter se aposentado como lavrador, continua ativo na agricultura.

Afonso Pompeu dos Anjos, 66 anos, nasceu em Mapeuá, região ribeirinha de Cametá, é casado e tem três filhos. Antes de ingressar no projeto no ano de 1971, na Colônia São Vicente, trabalhou dois anos no pimental para o padre João Boonekamp. Atualmente está aposentado como lavrador, porém continua realizando atividades agrícolas. Ele nos concedeu entrevista em 29/03/2018, em sua residência localizada no próprio sítio em Carapajó.

Gerson Lopes da Cruz ingressou no projeto no ano de 1986, é casado, teve cinco filhos e adotou mais um. Estudou o ensino fundamental pelo projeto Cametá-Tapera. Com o auxílio de sua esposa e de seu neto mais velho desenvolve atividades de agricultura bem diversificada, inclusive com criação de peixes em cativeiro. Apesar de estar com a saúde fragilizada, concedeu entrevista no dia 19/04/2018, em seu sítio localizado na Colônia Ponta Grossa, Carapajó.

Pelópidas Araújo, 66 anos, casado, teve doze filhos, ingressou no projeto no ano de 1983, Colônia Ponta Grossa, por intermédio do seu irmão que fez o contato com o padre João Boonekamp, pois não queria mais ir trabalhar nos pimentais em Tomé-Açu. O senhor Pelópidas foi, por um período curto, um dos gerentes da Colônia Ponta Grossa, pois ele preferia cultivar no seu lote. Apesar de atualmente estar aposentado como lavrador, ele continua desenvolvendo atividades agrícolas, inclusive adquiriu um lote que pertencia a outro trabalhador rural para poder ter mais espaço de produção.

Romário Alves Machado, 74 anos, é casado e pai de dois filhos e três enteados. Antes de ingressar na Colônia São Vicente, no ano de 1975, a convite do padre João Boonekamp, exercia a profissão de alfaiate e “um grande alfaiate”, como ele mesmo enfatizou. Estudou até o terceiro livro, que equivale basicamente à 5ª série do Ensino Fundamental. Atualmente ele está aposentado como lavrador e reside na vila de Carapajó junto à sua esposa, alguns filhos e netos.

João Pereira Ramos, 66 anos, estava muito à vontade em conceder sua entrevista. Nasceu em Carapajó no ano de 1952, é casado e tem cinco filhos, todos formados pela universidade, e, ao falar sobre isso, emociona-se: “A educação é maior herança e meus filhos são todos concursados”. Ele, que cursou até a 5ª série, pertenceu à Colônia São Vicente e se aposentou como lavrador. O senhor João Pereira não soube precisar o ano que ingressou no projeto, e, apesar de ainda ter os lotes, ele não desenvolve mais atividades agrícolas. Atualmente ele possui uma oficina mecânica próximo à sua residência na vila de Carapajó.

Benedito de Castro Maciel, 72 anos, e **Maria Zeneide Assunção Maciel**, 66 anos, são casados, têm oito filhos, ambos cursaram o Ensino Fundamental. Ele se aposentou como lavrador e ela, como servente de uma escola estadual de Carapajó. Essa família foi uma das últimas que tiveram acesso ao projeto, no ano de 1982, pois o senhor Benedito era funcionário (barqueiro, cozinheiro e secretário da Paróquia de Carapajó). Em um primeiro momento, a entrevista de História Oral seria somente com senhor Benedito, mas, por várias vezes, a senhora Maria Zeneide trouxe informações complementares, dessa forma, ela também fez parte desse momento. Portanto, consideramos essa entrevista dupla, e destacamos que houve grande cumplicidade entre os dois. Ambos ficaram emocionados ao relatarem diversas histórias sobre o padre João Boonekamp.

Anália Rodrigues dos Santos, 90 anos, e mesmo com saúde muito debilitada, foi muito gentil em nos receber em sua residência localizada na vila de Carapajó. Talvez, de todas as pessoas que fizeram parte dos *Sítios Agrícolas*, ela foi a que mais sofreu, por ter criado os filhos sozinha e, principalmente, por ser mulher. Seu esposo faleceu logo depois que eles mudaram para a Colônia São Vicente e, devido a essa situação, os demais trabalhadores rurais envolvidos nesse projeto, a maioria deles homens, não acreditavam que ela fosse capaz de levar a produção agrícola adiante. Hoje, aposentada como lavradora, a senhora Anália, à época viúva e mãe de três filhos pequenos, carregou muita estaca para cultivar a pimenta-do-reino no seu sítio e sustentá-los.

Isabel Igreja Alves, 68 anos, ingressou no projeto no ano de 1970, é mãe de quatro filhos, professora aposentada e líder comunitária. O sítio de sua família fica localizado na Colônia São Vicente, sendo cadastrado no nome do seu esposo, Orcy Cleber de Moraes Alves. Tivemos contato com ela no dia 09/03/2019, em sua residência na vila de Carapajó. Sua trajetória de vida é marcada por muitos desafios, foi a primeira mulher vereadora do Município de Cametá, assumiu depois que o vereador titular foi afastado. Também foi Conselheira Tutelar

e pôde fazer um trabalho em defesa dos direitos da criança e do adolescente, especialmente na região das ilhas e vilas próximo a Carapajó.

Jandira Moraes Estumano, 79 anos, mãe de oito filhos e viúva do senhor Egídio Moraes Estumano (pessoa que, por muito tempo, foi responsável pela cantina que era mantida pela Prelazia de Cameté). Sua família ingressou no projeto no ano de 1969, na Colônia São Vicente, sendo uma das primeiras famílias a fazer parte dessa experiência em Carapajó. Tivemos a grande oportunidade de encontrá-la no dia 09/03/2019, em seu sítio, um espaço verde, com árvores e uma agricultura diversificada, bem diferente daquilo que ela encontrou há décadas atrás: “descampada e terra seca: um campo”.

Maria Santana Beckma, 66 anos, lavradora aposentada, teve dez filhos e desses somente oito estão vivos. Fez questão de dizer que é separada há trinta anos e que trabalhou muito para manter o seu sítio, mas não recordou o ano em que sua família passou a morar na Colônia São Vicente. Atualmente ela e seus filhos desenvolvem uma agricultura voltada mais para a cultivo de plantas frutíferas, açaí e hortaliças e, com isso, ela pode “ajudar os miúdos”⁴.

Benedita Júlia Batista Miranda, 66 anos, nasceu em Tabatinga, região das ilhas de Cameté, e passou a residir em Carapajó no ano de 1971, permanecendo nessa localidade até os dias atuais. É casada, tem seis filhos e é aposentada como lavradora. Tivemos contato com ela no dia 09/03/2019, em sua residência na vila de Carapajó. No primeiro momento ela iria dar sua entrevista como pessoa que testemunhou o projeto *Sítios Agrícolas*, mas, no decorrer da narrativa, ela disse que o padre João Boonekamp financiou os insumos para sua família iniciar a plantação da pimenta-do-reino. Desse modo, ela passou a ser considerada como parte do projeto, pois, mesmo que sua família não tenha recebido um lote em nenhuma das colônias, eles receberam o financiamento para adquirir os materiais agrícolas.

As falas desses sujeitos foram mantidas na íntegra, pois assumimos o compromisso em preservar a essência das narrativas, sentimentos, aflições e tudo que a História Oral envolve. Em algumas narrativas aparecem expressões muito particulares, por isso nem sempre é possível compreendê-las, mas nada que interfira na compreensão dos dados. Para assinalar as pausas e emoções, assim como esquecimento de datas e outras informações que ocorreram durante as narrativas, fizemos o uso de reticências.

Antes de adentrarmos às reflexões conceituais, consideramos importante fazer uma breve contextualização sobre a localidade de Carapajó. Procuramos trazer informações mais

⁴ Expressão usada pela senhora Santana para se referir aos seus netos.

atuais, sem deixar de evidenciar a conjuntura do período em que o projeto *Sítios Agrícolas* das Colônias São Vicente e Ponta Grossa foi implementado.

Para melhor ilustrar o ambiente da localidade de Carapajó, colocamos algumas imagens fotográficas no decorrer do texto, feitas durante a pesquisa de campo. Na imagem a seguir, fotografada desde o rio que passa em frente à vila de Carapajó, podemos observar casas do tipo palafita, construídas sobre o rio, em madeira e pontes que interligam uma casa à outra.

Figura 1 – Vista da vila de Carapajó desde o rio



Fonte: Arquivo da pesquisa (2019).

Localizado na região do baixo Tocantins, Carapajó é um distrito pertencente ao município de Cametá e, geograficamente, é constituído por ilhas e vilarejos de terra firme. Conforme dados obtidos pela Delegacia Sindical de Carapajó, a população atual desta localidade está estimada em 10.170 habitantes. Este distrito, mais precisamente a vila de Carapajó, está localizado em um braço do rio Tocantins e interliga outras localidades, conforme demonstram os dados obtidos no relatório do Projeto GESPAN⁵:

A importância do Rio Tocantins, no município, é enfatizada pela ligação que mantém com inúmeros paranás, igarapés, furos e braços de rios, que se interpenetram no grande número de ilhas (aproximadamente em número de

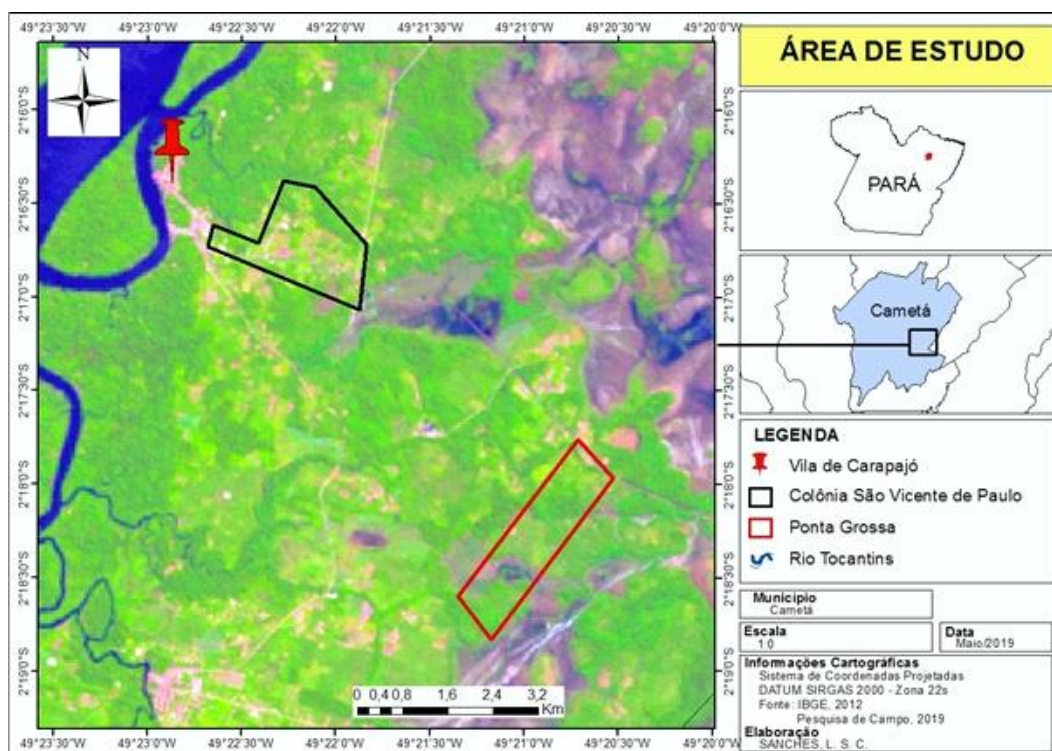
⁵ O Projeto Gestão Participativa de Recursos Naturais (GESPAN) é proveniente da Cooperação Técnica firmada inicialmente entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), do governo britânico, e Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Esse projeto coletou, sistematizou e analisou dados estatísticos dos municípios de Abaetetuba, Acará, Bagre, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, Tailândia e Tomé-Açu (PROJETO GESPAN, 2004, p. 3).

noventa), onde se concentram povoados e aglomerações relativamente habitados (PROJETO GESPAN, 2004, p. 196).

Com a abertura da PA-151, o tráfego de veículos e o fluxo de pessoas se elevaram, pois, anteriormente, o acesso para algumas cidades do baixo Tocantins se dava apenas por meio de embarcações fluviais. Com essa rodovia houve uma forte migração de pessoas para a vila de Carapajó em busca de trabalho, sendo que a maioria desses migrantes foi procedente do êxodo rural. E isso, de certa forma, aumentou consideravelmente o número de moradores na vila, o que gerou bairros periféricos sem um mínimo de estrutura física e tampouco de saneamento básico para ser viver com dignidade.

A seguir, apresentamos o mapa atual de uma parte do Distrito de Carapajó, destacando a vila de Carapajó e as duas Colônias: São Vicente e Ponta Grossa. Percebe-se, ainda, nesse mapa uma área bastante verde e banhada por água, principalmente, a mais próximo à vila de Carapajó.

Figura 2 – Mapa do Distrito de Carapajó



Fonte: Sanches (2019).

Conforme dados obtidos no *site* do IBGE (2017), a economia do município de Cametá é pautada na agricultura, no funcionalismo público, na informalidade dos pequenos comércios, vendas de alimentos e serviços braçais. A agricultura, por sua vez, é a atividade mais desenvolvida nesse município e a que mais agrega pessoas; e, em Carapajó, localidade que

ainda é considerada como espaço rural, isso não é diferente, ou seja, é na agricultura que está a subsistência das famílias.

Figura 3 – Uma das principais vias de acesso à vila de Carapajó



Fonte: Arquivo de pesquisa (2018).

Apesar do crescimento populacional ocorrido em Carapajó nos últimos dez anos, e que aglomera pessoas às proximidades do rio para o trabalho informal, local onde está instalado o porto para balsas e para as empresas rodofluviais (Belém-Cametá-Belém), os dados obtidos no Relatório do GESPAN também destacam que a agricultura ainda é o maior meio de sobrevivência das famílias nessa região do baixo Tocantins.

O município de Cametá caracteriza-se pela atividade agrícola familiar, com destaque para a mandioca, o cacau, o coco-da-baía e a pimenta-do-reino. Concorrem para o desempenho da atividade agrícola naquele município o tipo de solo, de clima e a temperatura (PROJETO GESPAN, 2004, p. 202).

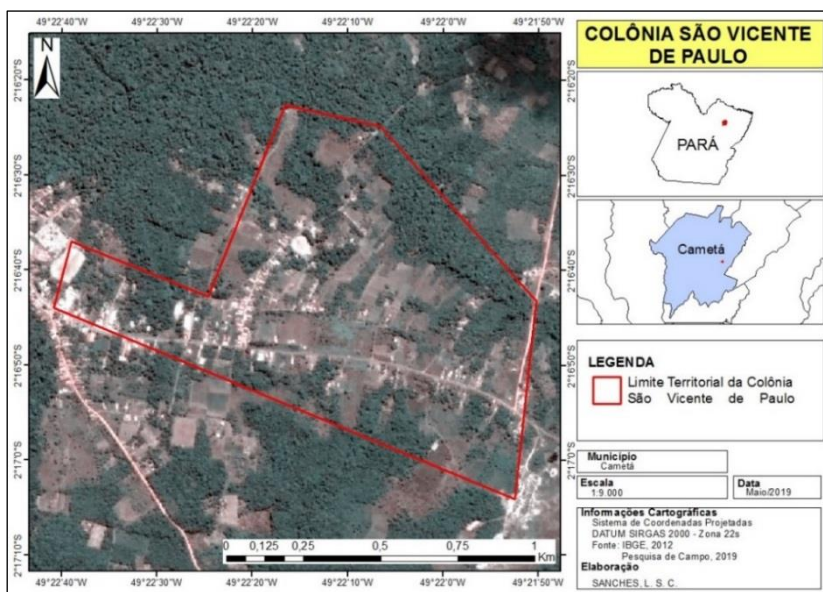
Portanto, com base nas informações do projeto GESPAM, as principais culturas ainda são pautadas na monocultura da mandioca para a produção de farinha e outros derivados, do cacau, do coco e da pimenta-do-reino, que, com a alta no ano de 2016, voltou a ser cultivada. Além disso, com base em outras informações mais atuais obtidas junto ao Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) e à Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APAAC), culturas como arroz, café, feijão e milho também fazem parte da produção agrícola dessa região.

Para termos uma maior compreensão acerca do território onde foram instados os *Sítios Agrícolas*, a seguir apresentamos dois mapas sobre o estado atual da geografia que compreende

as Colônias São Vicente de Paulo e Ponta Grossa, ambas localizadas no Distrito de Carapajó, como foi informado anteriormente.

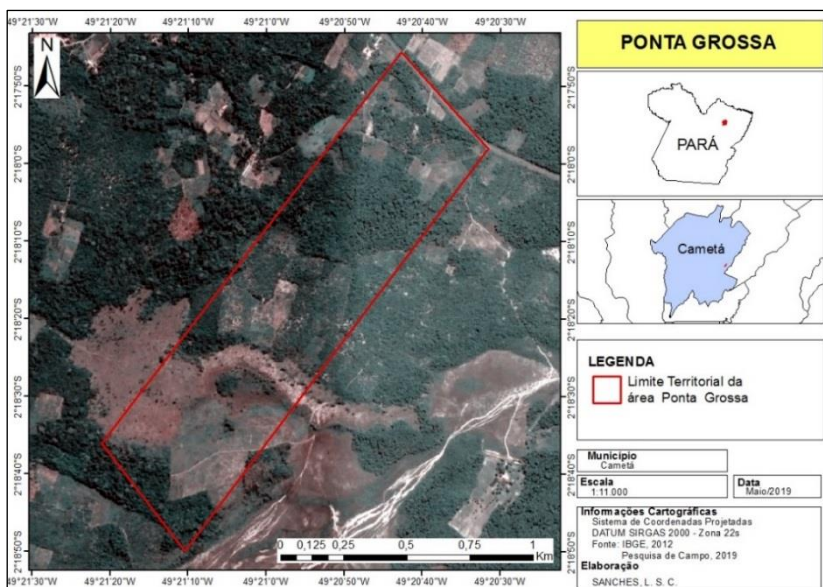
Esses mapas foram elaborados pelo geógrafo Leonardo Sanches, o qual utilizou o Sistema de Coordenadas Projetadas DATUM SIRGAS 2000-Zona 22s, tendo como fonte dados do IBGE (2002). E, ao relacionar as duas áreas, podemos observar que, no mapa onde consta a Colônia São Vicente, há uma diferença acentuada quanto à área verde em relação à Colônia Ponta Grossa. Essa situação será abordada no Capítulo III, onde trataremos das rupturas e permanências do projeto *Sítios Agrícolas*.

Figura 4 – Mapa da Colônia São Vicente de Paulo



Fonte: Sanches (2019).

Figura 5 – Mapa da Colônia Ponta Grossa



Fonte: Sanches (2019).

Realizadas essas considerações iniciais, faz-se necessário refletir sobre algumas concepções teóricas que nos auxiliaram no processo investigativo sobre o projeto *Sítios Agrícolas*, e também na análise dos dados, como: ideologia, classes sociais e relação trabalho e educação. Portanto, esses conceitos foram considerados balizadores para esta pesquisa.

O conceito Ideologia, em uma abordagem marxista, é visto como uma falsa consciência, um instrumento de dominação e/ou um conjunto de ideias que visam ocultar a origem de interesses vinculados a um determinado sistema:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

Karl Marx viveu em um período histórico em que a industrialização dava seus primeiros passos, a fábrica necessitava de um grande contingente de trabalhadores, cujas condições de trabalho eram desumanizantes e a exploração de sua força de trabalho era a marca desse sistema. Daí o conceito ideologia ter tido uma concepção mais negativa na compreensão marxiana, pois Marx (2007) observara que os detentores do poder econômico ditavam e veiculavam um conjunto de ideias que legitimavam seus próprios interesses.

A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...]. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam [...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

É verdade que, para Marx, a missão da religião, enquanto produto da consciência do homem, consistia em produzir um operário submisso a um sistema de exploração econômica, que lhe tira a dignidade e a liberdade. Tornada ideologia pela classe dominante, a religião vira droga e mata com morte lenta a classe trabalhadora. Ideologia é poder. É tudo aquilo que esconde e impede aos oprimidos de saberem a verdade. Tudo que impede de ver a conexão entre fenômenos sociais e suas causas.

Nessa perspectiva marxiana, poderíamos pensar a então Prelazia de Cameté e o projeto *Sítios Agrícolas* como instituições que, de alguma forma, enredaram uma gama de homens e mulheres nas redes e malhas da ideologia. Talvez isso poderia explicar a sacralidade presente

nas narrativas dos sujeitos que fizeram parte dessa experiência agrícola, quando se referem ao padre João Boonekamp como: “um santo”, “um profeta”, “um homem de Deus”. Seria tudo isso ideologia que os impedia de ver as relações de subserviência e de total obediência a que eram submetidos?

Para J. Thompson, a ideologia “[...] está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder” (2011, p. 76). Isto é, a ideologia serve para estabelecer relações de poder e dominação, e também para sustentar as desigualdades sociais. Essa concepção crítica de ideologia, para o autor inglês, não se dá de forma isolada, pois depende da análise do contexto socio-histórico, pautado nas “[...] condições sociais e históricas da produção e recepção das formas simbólicas” (Ibid., 2011, p. 34).

A partir do pressuposto de que toda relação social é uma relação de poder, podemos entrever uma relação de tipo paternalista entre padre João Boonekamp e os participantes do projeto *Sítios Agrícolas*. Entendemos o paternalismo como uma relação entre um sujeito que, por razões quase sempre econômicas, está em uma posição privilegiada em relação aos outros sujeitos que são em algum grau dependentes dele.

E. Thompson (2017), ao analisar a relação entre patrícios e plebeus na Inglaterra do século XVIII, concluiu que o paternalismo permeava as relações entre a aristocracia agrária e a plebe. A aristocracia agrária se relacionava com os pobres colocando-os sempre em uma posição de dependência e subserviência, como se os plebeus dependessem inteiramente da aristocracia e não o contrário.

As ocasiões de patronagem da aristocracia e da *gentry* certamente merecem atenção: esse lubrificante social dos gestos podia, com bastante facilidade fazer mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente. Os pobres, habituados à sua posição irrevogável, eram frequentemente transformados, pela sua própria boa índole, em cúmplices de sua própria opressão: um ano de provisões escassas podia ser compensado por uma generosa doação no natal (THOMPSON, E., 2017, p. 49).

Embora guardando as devidas diferenças de contexto histórico, E. Thompson pode nos ajudar a ler alguns aspectos da relação que o padre João Boonekamp mantinha com os homens e mulheres que compunham o projeto *Sítios Agrícolas*. Esse padre tinha o dinheiro e a terra que ele ofertou a algumas famílias, utilizando critérios um tanto pessoais. Essa oferta lhe colocava em uma posição de poder em relação a essas pessoas. Um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores, não revelará o que realmente pensa (THOMPSON, E., 2017, p. 38).

Diferentemente do contexto analisado por E. Thompson (2017), no contexto aristocrático rural da Inglaterra do século XVIII, o padre João Boonekamp não se mantinha separado dos trabalhadores rurais, ao contrário, mantinha-se muito próximo. Talvez, por isso, há entre esses trabalhadores uma profunda admiração expressa de diferentes maneiras nas narrativas. Essas pessoas o idolatram até os dias de hoje, e, em nenhuma das narrativas, há menção de críticas destinadas a ele.

Quanto ao conceito de classes sociais, Marx é categórico ao dividir as classes em três categorias: proprietários de terra, burguesia e proletariado. Essa divisão retrata a situação daquele tempo, a forma como se dava a organização das classes na sociedade alemã. Para Bogo (2010, p. 140), “[...] classe é gente organizada e em luta”, isto é, para que haja a constituição de uma classe é preciso que um determinado grupo social se organize e tenha consciência de seus verdadeiros inimigos.

Geralmente o primeiro passo para a formação da classe é a luta por um interesse comum, uma necessidade imediata de um determinado grupo ou uma categoria profissional. No entanto, ficar preso somente em seus interesses imediatos não é o suficiente, é preciso se unir a outras frentes de lutas, seja do campo ou da cidade, a fim de unificar a luta da classe trabalhadora frente aos desmandos da classe dominante.

Então, os planos precisam ser dos pequenos agricultores da classe; das mulheres agricultoras, da classe; dos jovens, da classe; dos quilombolas, da classe; dos índios, da classe. E assim os operários e os favelados, todos organizados, compõem a classe trabalhadora; mesmo aqueles que estão desempregados devem ser articulados para lutar e compor a classe. Dessa forma, se estrutura o projeto comum que nos leva ao poder da classe explorada (BOGO, 2010, p. 175).

Nesse sentido, o conceito classe social proposto por Bogo (2000) nos ajudará a compreender como se deu a organização de classe dos trabalhadores rurais da região de Cametá, com recorte aos sujeitos da comunidade de Carapajó, pois “[...] o processo organizativo é que forma a classe e a partir disso é que entram em cena os demais elementos de sua qualificação” (BOGO, 2010, p. 141).

Além desses conceitos, também consideramos importante refletir sobre a relação trabalho e educação, haja vista a Prelazia de Cametá, mesmo que não exclusivamente, ter desenvolvido uma espécie de educação popular por meio de processos formativos, ao promover cursos, encontros e outros eventos. E algumas dessas atividades educativas eram destinadas exclusivamente aos trabalhadores rurais que faziam parte dos projetos desenvolvidos por essa entidade.

Constatamos durante a pesquisa de campo que a formação desenvolvida pela Prelazia de Cameté não estava restrita apenas à parte teórica, mas também abrangia, sobretudo uma prática em espaços denominados de campos experimentais. Esses campos experimentais foram instalados nas comunidades de Aricurá e Curuçambaba, localizadas no município de Cameté, e em Bração-Miri, no município de Baião. Foi através desses espaços que essa instituição pôde orientar de forma prática as técnicas para a produção agrícola.

Para Saviani (1997), a educação é concebida como produção do saber, um saber não necessariamente adquirido na escola; a escola, por sua vez, mas também o ensino e a aula, são elementos da ação educativa, mas não se restringem apenas a esses elementos. Partindo do pressuposto de que a educação se origina da produção do saber e que vivemos em constante aprendizado, ou seja, construindo saberes, as iniciativas em favor desse aprendizado, que é realizado em ambientes formais da educação, também são processos que contribuem para o desenvolvimento histórico das pessoas e da transformação da sociedade.

O que se chama desenvolvimento histórico não é outra coisa senão o processo através do qual o homem produz a sua existência no tempo. Agindo sobre a natureza, ou seja, trabalhando, o homem vai construindo o mundo histórico, vai construindo o mundo da cultura, o mundo humano. E a educação tem suas origens nesse processo (SAVIANI, 1997, p. 81).

Tendo o homem e a mulher como construtores da cultura e de um mundo mais humano, a educação torna-se um dos principais fatores para o desenvolvimento histórico da humanidade, pois, “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1997, p. 13).

Saviani (1997) apresenta a pedagogia histórico-crítica, como uma proposta pedagógica que corresponde aos interesses daqueles que lutam pela transformação da sociedade, pois, a determinação que a escola recebe não é absoluta; há um espaço de ação, embora tênue, em que a educação pode interferir sobre as pessoas e a sociedade, contribuindo para a transformação social.

Nesse sentido, é preciso compreender esse processo formativo a partir da experiência dos movimentos sociais, em particular a dos camponeses, que perceberam a importância de se pensar uma educação voltada para os sujeitos do campo não somente pautada no trabalho manual, mas também em uma formação intelectual, emancipadora. Uma educação que levasse em conta todas as dimensões e necessidades desses sujeitos que estão culturalmente ligados à terra, ao trabalho e a toda uma rede de relações plenas de significados e de vida.

Para Maria da Glória Ghon (2012, p. 21), “[...] a educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo”. E os movimentos sociais, tendo sua existência fundamentada da luta pelos coletivos sociais, possuem uma relação histórica com a educação, pois é por meio do conhecimento que se adquire uma consciência crítica diante das questões sociais, econômicas e políticas de uma sociedade.

Portanto, os movimentos sociais pensaram uma educação capaz de desenvolver a força revolucionária em seus espaços de atuação, seja no campo ou na cidade, e em espaços de luta pela igualdade de direitos, haja vista que os coletivos organizados constituem forças para resistirem diante dos problemas sociais; pois, somente uma educação que tenha como referência a própria realidade socio-histórico-cultural de uma sociedade será possível formar um sujeito capaz de tomar os rumos da história.

Nesse processo de educação emancipadora, não podemos deixar de fazer referência ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Esse grande pensador foi de grande importância no processo educacional de mulheres e homens, que, frente à classe dominante, precisavam tomar consciência da sua situação enquanto sujeitos oprimidos, excluídos e explorados. E, através do seu método, possibilitou que muitos movimentos sociais desenvolvessem uma educação pautada na realidade socio-histórica das pessoas.

O pensamento de Paulo Freire, portanto, tornou-se uma das mais importantes ferramentas no processo de tomada de consciência, de libertação e de organização social, pois contribuiu com a formação de mulheres e homens que puderam entrar na luta pela formulação e implementação dos seus direitos sociais, já que:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 2017, p. 72).

Esse processo de libertação já deu passos significativos no contexto brasileiro, contudo a desigualdade de acesso aos direitos sociais ainda é muito marcante, principalmente na realidade rural. As Políticas Públicas básicas e fundamentais para a sobrevivência do sujeito do campo ainda estão longe de responder à realidade rural, pois não consideram os aspectos sociais, históricos e culturais dos povos que habitam e trabalham no campo (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2008, p. 27).

A questão do trabalho em relação à educação vem sendo discutido na academia por vários pesquisadores no Brasil. Arroyo (2013) considera que a educação precisa ter uma vinculação necessária com o trabalho, pois são nessas relações, que também são relações sociais, que as pessoas se transformam e se tornam seres históricos. Para o autor, o trabalho, como princípio educativo, possibilita processos de formação humana, pois reconhece a pessoa como elemento central desse processo.

Quando voltarmos nossa reflexão trazidas para o trabalho como princípio educativo, terminamos nos aproximando de uma teoria social sobre como se forma o ser humano, como se produz o conhecimento, os valores, as identidades, como se dá o processo de individualização, de constituir uma sociedade de indivíduos livres, em relações sociais regidas por princípios éticos, onde o trabalho, a técnica produtiva seja objetivo e ponto de referência para liberdade pessoal e coletiva (ARROYO, 2013, p. 143).

Gramsci (2004), por sua vez, pensava o trabalho como princípio educativo, como base da sociabilidade humana, onde as pessoas pudessem, de fato, se apropriar dos avanços da ciência, da técnica e da organização, processos advindos da revolução industrial, e não mais se limitarem somente a um tipo de formação separadas pelas relações de classes sociais. Tratava, portanto, em unir o trabalho manual ao intelectual, processos separados historicamente pela necessidade do controle da produção e dos meios da produção por parte da classe dominante.

Para isso, Gramsci pensou na “Escola única”, uma metodologia capaz de formar indivíduos com capacidade técnica e política, comum a todos e não mais separados: ensino profissional às classes subalternas e o ensino intelectual às classes dominantes. Portanto, a escola única, para Gramsci (2004, p. 43), “[...] é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando a transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente”.

Dentro da conjuntura neoliberal, um dos ideais dos movimentos sociais é construir uma educação que vise à construção de um homem integral, isto é, uma educação que leve em conta todas as dimensões e necessidades das pessoas em vista de um outro mundo: mais justo e mais humano.

Nesse sentido, “[...] a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação” (BRANDÃO, 2006, p. 76). Essa forma de educação, uma espécie de corrente pedagógica que emerge em torno das ideias de Paulo Freire, é assumida, principalmente, pelos movimentos sociais como uma valiosa metodologia emancipadora. Isso porque ela possibilita uma leitura dos contextos sociais, políticos

econômicos e culturais nos processos reflexivos desenvolvidos por propostas e práticas sociais emancipadoras (CARRILLO, 2013).

Nessa lógica embebida da cultura marxista, os movimentos sociais idealizaram uma educação voltada para a realidade histórica e cultural do homem do campo em busca da construção de um mundo novo, justo e solidário. Essas ideias podem até ser consideradas utópicas. Todavia, a utopia, nessa perspectiva, alimenta e dá forças para a caminhada histórica das pessoas que, mesmo em meio às mais variadas mazelas sociais, ainda insistem em caminhar e pensar numa outra realidade.

Para a elaboração dos capítulos desse trabalho, optamos em seguir o percurso da própria pesquisa, a qual resultou na construção de três capítulos. No primeiro capítulo, denominado **Os Sítios Agrícolas em Projeto**, buscamos, primeiramente, trazer a questão da terra, abordando aspectos como: a terra como direito à propriedade; a terra como espaço de vida e de relações sociais; e a concepção da Igreja sobre a questão da terra. E, nesse mesmo capítulo, propomo-nos a fazer uma breve contextualização sobre a atuação sociopastoral da Prelazia de Cametá nas décadas de 1960 a 1980, o surgimento do projeto *Sítios Agrícolas* e a relação desse projeto com o trabalho desenvolvido por essa instituição.

No segundo capítulo, **Os Sítios em Memórias**, queremos compreender o processo de implantação, formação e acompanhamento dos *Sítios Agrícolas* na localidade de Carapajó, colocando em relevo os trabalhadores rurais, que, durante o desenvolvimento desse projeto, puderam ler sua própria realidade. E, para isso, procuramos dar evidência às narrativas de pessoas que fizeram parte dessa experiência agrícola desenvolvida, e também daquelas que, de alguma forma, vivenciaram ou testemunharam experiência agrícola.

Finalmente, no terceiro capítulo, sob o título **Os Sítios e sua situação atual**, nos propomos verificar as rupturas e permanências do projeto *Sítios Agrícolas*, desenvolvido há quase cinco décadas na localidade de Carapajó. E também as mudanças ocorridas nessa experiência agrícola em sua atualidade, tanto do aspecto da produção agrícola, quanto nas relações do trabalhador rural com a natureza.

Ainda nesse capítulo, propomo-nos a verificar como se deu a organização dos trabalhadores rurais da região de Cametá, e o papel da Prelazia de Cametá no processo de organização social da classe trabalhadora durante a década de 1980. E, para a construção desse subtópico, o material obtido nos arquivos da Diocese de Cametá, como cartilhas e folhetos, nos auxiliaram no processo de verificação dessa questão.

A construção desses capítulos, portanto, é resultado dos passos que este trabalho adotou durante o processo investigativo desta pesquisa, o qual perpassou pelos arquivos da Diocese de Cametá, pelas visitas à comunidade de Carapajó e pelo contato com as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte do projeto em estudo.

CAPÍTULO I – OS SÍTIOS AGRÍCOLAS EM PROJETO

A questão da terra sempre esteve presente na história da humanidade, sobre ela os povos constroem uma cultura que vai desde a maneira de se relacionar com seus pares até a maneira de produzir seus alimentos e lidar com a natureza. Sobre esse espaço suas vidas transcorrem no tempo: trabalho, família, organização social, política, religião, arte. Enfim, tudo aquilo que compõe o universo cultural de qualquer sociedade. A terra também tem sido motivo de tensões sociais e de conflitos entre aqueles que buscam nela sua sobrevivência e os produtores que visam a acumulação de riqueza.

Neste capítulo propomo-nos a refletir sobre a questão da terra como direito de propriedade e como espaço de vida e de relações sociais. Além desses aspectos que nos ajudarão a conjecturar a idealização do projeto *Sítios Agrícolas* das Colônias de São Vicente e Ponta Grossa na comunidade de Carapajó, também verificaremos, neste capítulo, em que contexto esse projeto foi idealizado pela Prelazia de Cametá.

1.1 A TERRA COMO DIREITO À PROPRIEDADE E COMO ESPAÇO DE VIDA

A terra foi por muito tempo o único meio de sobrevivência da humanidade e, quando a propriedade foi instituída como um direito pessoal, ela passou a ser sinônimo de poder. Concentrada nas mãos de poucos, aqueles que não a detinham foram obrigados a aceitar as condições impostas pelos proprietários ou sair em busca de terra em outros países. Essa contradição entre os que têm e os que não têm terra perpassou a história humanidade e chegou aos nossos dias com uma vitalidade ímpar. Teria, então, Rousseau razão ao dizer que a desigualdade entre os homens se deu quando esse decidiu inventar os muros, influenciando séculos mais tarde Karl Marx para quem a propriedade privada é a raiz de todos os males?

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém! (ROUSSEAU, 2001, p. 91).

Não à toa a questão da terra no Brasil tornou-se uma problemática social entre aqueles que as têm em abundância, frente àqueles que não as têm, mas que precisam dela para sobreviver. No interior do regime escravocrata, a terra no Brasil era obtida por meio do regime sesmarial. Nesse modelo de distribuição de terra, “[...] os títulos só podiam ser obtidos por pessoas que fossem brancas e livres, o que até o século XVII se chamava de homens bons, isto

é, aqueles que tinham direitos políticos e podiam fazer parte das câmaras municipais” (MARTINS, 2009, p. 48).

Ainda para Martins (2009), ao se aproximar a extinção do regime escravocrata, e com a vinda em massa de emigrantes europeus para o Brasil, esse modelo de acesso à terra se tornou perigoso, pois os recém-chegados da Europa eram brancos e livres e poderiam ter acesso a ela. E os negros, se livres, também poderiam reivindicar o direito à terra. A solução para esse problema veio por meio da Lei de terras⁶, na qual estabeleceu que as terras devolutas deveriam ser compradas e não mais ocupadas.

São quase simultâneas duas leis que trataram do assunto, em 1850: a que promoveu o fim do tráfico negreiro para o Brasil e a Lei de Terras. Esta última gerou um direito novo de propriedade em substituição ao regime sesmarial. Pela nova Lei de Terras, base do nosso atual direito de propriedade, as terras devolutas não poderiam ser ocupadas por outro meio que não fosse o da compra (MARTINS, 2009, p. 49).

Essa manobra para retirar toda e qualquer possibilidade de acesso à terra aos negros e aos europeus que estavam no Brasil também pode ser interpretada em um viés marxiano: se pensarmos a lei e o direito como superestruturas, podemos concluir que essas leis visam legitimar e manter os direitos de uma classe dominante.

Também poderíamos observar o nascimento de uma ideologia que diz que só tem acesso à terra quem “trabalha muito” e pode comprá-la. Logo, quem tenta possuí-la por meio de ocupações é estigmatizado como criminoso e também qualquer movimento social, cuja bandeira seja a questão da terra, vem sofrendo um processo de criminalização por parte de políticos, da mídia e de uma parcela significativa da sociedade.

Como podemos perceber, a questão da terra no Brasil está em perfeita harmonia com a ideia de Rousseau (2001), que afirma que a posse da terra, enquanto propriedade, é a base da desigualdade social entre os homens. De fato, em muitos lugares do Brasil, a terra sempre pertenceu a uma minoria branca; pobres e negros foram excluídos desse processo de distribuição da terra e, muitas vezes, um obstáculo a ser retirado pela força da violência.

Evidentemente, muitos homens e mulheres, em diferentes regiões do Brasil, engajaram-se em lutas pelo direito à terra, e assim fizeram emergir uma nova compreensão do sentido de propriedade. Essa nova compreensão está muito além do sentido privado e absoluto, mas sim na relação que os lavradores, os pequenos posseiros, mantinham com a terra por

⁶ Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do Brasil, a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro.

intermédio de seu trabalho. Relação que ultrapassava o aspecto econômico, e atingiu o campo da justiça social de distribuição de terra para quem nela vive e a cultiva, tirando dela a sua subsistência.

Nesse sentido, podemos inferir que a ocupação da terra pelo posseiro, embora *a priori* não questionasse o estatuto jurídico da propriedade privada da terra, impunha na ação mesma da posse limites à expansão da grande propriedade capitalista. Interessante apontar que embora não haja historicamente de parte dos posseiros uma negação quanto à legalidade da propriedade privada da terra, o que se pode verificar no desejo fomentado de se tornarem proprietários, há, no entanto, na prática da reivindicação e resistência na posse, seja de áreas devolutas ou de terras privadas incultas, a materialização de noções de justiça estreitamente relacionadas a modos de vida e trabalho que vinculam cultivo e morada como modelo garantidor de direito à terra (ESTEVES, 2016, p. 111).

Portanto, segundo Esteves (2016), a terra como direito à propriedade ganha um novo sentido a partir das lutas e encontros que os pequenos lavradores empreenderam em todo território nacional. E também das relações que estes estabeleciam com a terra, pois “[...] o que estava em jogo para os pequenos posseiros, portanto, não era a defesa da propriedade da terra definida pela lei, mas um conflito em nome da efetivação do direito de uso da terra” (Ibid., 2016, p. 108).

Em se tratando da Amazônia, é importante compreender que a questão da terra foi pensada a partir de um programa de apropriação do espaço geográfico que nada mais era que a colonização – estratificação – desse território para a expansão de áreas produtivas. Essa estratificação, portanto, visava ao desenvolvimento econômico, a partir da produção agrícola, conforme expressou Nunes (2017, p. 81):

Localizada ao norte do Brasil e no século XIX formada pelas províncias do Grão-Pará e do Amazonas, não há dúvidas de que, nas décadas de 1840 a 1880, a Amazônia foi projetada como espaço estrategicamente pensado para desenvolver a economia brasileira por meio da criação de programas de colonização vinculados à expansão das áreas produtoras de alimentos e do aumento do número de trabalhadores rurais.

Apesar dessa estratégia de colonização ter visado à expansão de áreas produtivas na Amazônia, consideramos que todo processo de colonização vai de encontro aos valores e aos costumes de um povo, pois, além de ocupar o que era da população nativa, também interfere no modo de vida e fragiliza as relações. Essa situação, portanto, pode ter motivado ou contribuído com conflitos em relação à questão da terra no Brasil e tem se perdurado até os dias atuais, mas com uma nova configuração: de um lado, os latifundiários, e de outro, a população, que tem na agricultura a sua subsistência.

Mesmo com o avanço da reforma agrária e da legislação em relação ao acesso à terra, ainda há uma forte presença dos grileiros que usam da sua influência econômica e muitas vezes política para se apropriar de terras consideradas devolutas, inclusive de áreas demarcadas, como é o caso das terras indígenas e quilombolas. Essa situação tem gerado tensões sociais, até mesmo com assassinatos de lavradores, lideranças da comunidade local e de pessoas que lutam pelo direito à terra.

Para Martins (1994), essa apropriação do território brasileiro tende à lógica de acumulação de capital, e isso contribui para o processo de exclusão da população local, pois, quando a terra não é “tomada”, os pequenos proprietários se veem obrigados a vendê-la a baixo custo. Feito isso, muitos deles passam a ser mão de obra barata, isto é, tornam-se funcionários de empresas em terras que outrora foram o seu meio de sobrevivência.

Enquanto o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra (MARTINS, 1994, p. 129).

Percebe-se, ainda, uma diferença acentuada entre os modelos de desenvolvimento do Brasil em relação a outros países da Europa, cuja terra é o principal meio de exploração. E, sendo esse território ocupado, os conflitos agrários tendem a se intensificar. Daí a trajetória agrária no Brasil ser marcada por grandes conflitos, pois se “tira” a terra, muitas vezes, dos sujeitos do campo – negros, índios e caboclos – em favorecimento do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, do fortalecimento do capital.

As transformações capitalistas nos modos de produzir têm sido um dos fatores que contribuíram para que grandes áreas consideradas rurais e ainda pouco exploradas fossem apropriadas por grandes latifundiários, produtores de alimentos e/ou criadores de animais para o abate. No norte do Brasil, essa situação tornou-se comum, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, em que grandes áreas da Amazônia foram apropriadas por pessoas de influência política e/ou econômica. Pessoas apareciam com documentações dúbias de terras antes consideradas devolutas e também de terras que há gerações vinham sendo habitadas por pessoas da comunidade local.

Paulo e Almeida (2010) traçam uma reflexão mais atual sobre a questão da terra no Brasil, que, aliada aos conflitos e à disputa pela propriedade, apontam dois aspectos. O primeiro diz respeito à intencionalidade do uso da terra, pois, de um lado, existem os grandes proprietários de terra, cuja produção nela realizada visa o fortalecimento e acúmulo de capital;

e, do outro lado, encontram-se os camponeses, lavradores, trabalhadores rurais, quilombolas, índios e caboclos, que produzem para a subsistência.

O segundo aspecto descrito por Paulo e Almeida (2010) concerne em saber quem são as pessoas que lutam pela terra, haja vista que, de um lado, existem pessoas que buscam o direito de ter a terra para nela viver e dela sobreviver, e, de outro lado, pessoas e até mesmo grupos econômicos que querem a terra para acumular capital.

Portanto, o que diferencia a real intencionalidade do uso da terra são as relações sociais, e os modos de produção ditam quem são as pessoas que lutam por ela. Isto é, dependendo das relações sociais, os atores envolvidos no processo de luta, e qual a finalidade da produção cultivada nessas terras, para fins lucrativos ou para a subsistência, são fatores que retratam os conflitos atuais das terras no Brasil. Frente a isso, fica evidente o porquê de a terra ser motivo de conflitos, e o que leva as frentes econômicas e também os movimentos sociais a lutarem por ela.

Com base nesses estudos, consideramos que as questões relacionadas ao acesso à terra no Brasil ainda contribuem para os conflitos agrários nos dias atuais. E, diante dessa situação, a terra e tudo que a envolve foram e continuam sendo os principais prejudicados. Portanto, os conflitos que envolve a questão da terra, como o direito à propriedade e como espaço de vida, é fruto do processo histórico ocorrido no Brasil.

1.1.1 A terra na concepção da Igreja Católica

Refletir sobre a questão da terra e da propriedade na concepção da Igreja é fundamental, uma vez que o projeto *Sítios Agrícolas* estava inserido no contexto eclesial da Prelazia de Cametá. Para auxiliar-nos nessa reflexão, levantamos alguns pontos acerca da mentalidade eclesial no século XX, tendo como base a Doutrina Social e a Teologia da Libertação.

Para Adrietta⁷ (2018), “[...] a Doutrina Social da Igreja é uma construção histórico-teológica que se atualiza sempre”. Isto é, conforme a situação social em que o mundo se encontra, a Igreja se posiciona por meio de documentos, encíclicas, pronunciamentos e declarações que expressam sua posição frente às questões sociais de um determinado período histórico. A Doutrina Social, portanto, serve como bússola que orienta os passos da Igreja Católica em relação às questões sociais.

⁷ Entrevista concedida a CNBB em 14/05/2018. Fonte: <http://www.cnbb.org.br/a-doutrina-social-da-igreja>.

Nesses inúmeros escritos que compõem a Doutrina Social da Igreja, a questão da terra ocupa um lugar de destaque. E, para compreender a posição oficial da Igreja em relação à terra, faremos menção à noção de propriedade privada encontrada em alguns desses documentos, em especial no *Pacem in Terris* (JOÃO XXIII, 1963) e na Encíclica *Populorum Progressio* (PAULO XI, 1967).

Com base nesses documentos, a propriedade privada é entendida pela Igreja como um direito legítimo, que deve ser respeitado. É importante nos atentarmos para o adjetivo “legítimo” no sentido que ele anula todo tipo de propriedade conquistada por meios ilícitos. Tratando-se do contexto brasileiro, onde práticas de grilagem foram uma constante, a legitimidade da propriedade não pode fugir de nosso horizonte.

Junta-se a isso o reconhecimento da noção de destinação social da propriedade em vista do bem comum. Essa noção parte da ideia que a propriedade não tem um valor absoluto e que, por um bem maior, ela pode ser desapropriada. Por exemplo, uma terra improdutiva poderia servir para assentar famílias sem-terra, um prédio desocupado poderia servir para moradia dos sem-teto e ainda em um espaço abandonado em um bairro poderia ser implantada uma horta comunitária, pois, “A tradição cristã sempre entendeu o direito à propriedade em um contexto mais amplo do direito comum de todos a usar os bens da criação: o direito à propriedade privada como subordinado ao direito do uso comum, ao destino universal dos bens comuns” (GALINDO, 1996, p. 221).

A Doutrina Social da Igreja é bastante atual e orienta as ações em prol do desenvolvimento social em todas as partes do mundo. Acreditamos que essas ideias influenciaram de alguma forma a Prelazia de Cametá ao desenvolver o projeto *Sítios Agrícolas* em Carapajó, enquanto uma iniciativa que tinha como objetivo oferecer melhores condições de vida e trabalho pela via da agricultura.

Levando em conta que o projeto *Sítios Agrícolas* se deu entre as décadas de 1970 e 1980, não podemos esquecer como a Teologia da Libertação também tratou sobre a questão da terra. Um tema bastante discutido, uma vez que, nesse período, os conflitos agrários em todo o país levaram à morte inúmeros padres, religiosos e camponeses. Essa teologia colocou o pobre no centro de suas reflexões.

Portanto, o pobre aparece na Teologia da Libertação como o destinatário privilegiado do Reino e como sujeito histórico responsável pela tarefa de se organizar coletivamente e lutar por sua própria libertação (BOFF, 2004). Segundo o autor, foi a primeira vez ao longo da

história da teologia católica que o pobre assume um lugar central na reflexão teológica. Talvez, isso seja consequência do lugar teológico dessa teologia, o sofrimento do oprimido.

Por isso, o pobre ocupa, para ela, **a Teologia da Libertação**, o lugar epistemológico central, quer dizer, o pobre constitui o lugar a partir do qual se procura pensar o conceito Deus, de Cristo, da graça, da história, da missão das igrejas, do sentido da economia, da política e o futuro das sociedades e do ser humano. A partir da perspectiva do pobre nos damos conta o quanto as atuais sociedades são excludentes, o quanto as democracias são imperfeitas e as religiões e igrejas atreladas aos interesses dos poderosos (BOFF, 2004, p. 151, grifos nossos).

A iniciativa do padre João Boonekamp, na comunidade de Carapajó, provavelmente recebeu essas influências da eclesiologia e teologia das décadas de 1960 e 1970. Todavia, resta-nos responder se ele conseguiu, através de sua instituição, contribuir com os que participaram dessa experiência do projeto *Sítios Agrícolas*, em sujeitos históricos, protagonistas, capazes de assumir a luta pela sua libertação.

Em todo caso, a experiência dos *Sítios Agrícolas*, ao oferecer terra aos trabalhadores e ajudá-los a levar para frente uma lavoura de pimenta-do-reino, com o intuito de erguer em dignidade o homem, estava perfeitamente em harmonia com essa Teologia da Libertação e com a doutrina social da Igreja.

Embora a Igreja se posicione de forma crítica diante dos conflitos agrários e tome posição do lado do polo mais fraco do poder, ao menos no âmbito de seus discursos oficiais, não podemos deixar de destacar que ela sempre foi uma grande proprietária de terras no Brasil e no mundo. Há sempre uma tensão entre seus discursos e sua prática, pois, ao mesmo tempo que ela está ao lado dos mais fracos, sua imponência luxuosa e sua riqueza ostenta-se diante da fome e da miséria de muitos.

1.1.2 A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Prelazia de Cameté

Embora existam críticas fundadas quanto à atuação da Igreja no que concerne à disparidade entre seu discurso oficial e sua prática, consideramos importante evidenciar algumas ações da Igreja do Brasil que levaram à organização de movimentos sociais em relação à defesa da terra e do direito de ter a terra. Como também a sua contribuição e incentivo para a criação de sindicatos, associações, cooperativas e outros coletivos em vista da transformação social, conforme expressa Löwy (2000, p. 135):

A Igreja Brasileira é um caso único na América Latina, na medida em que é a única Igreja no continente sobre a qual a teologia da libertação e seus seguidores das pastorais conseguiram exercer uma influência decisiva. A importância desse

fato é evidente, se considerarmos que a Igreja Brasileira é a maior Igreja Católica do mundo. Além disso, os novos movimentos populares brasileiros – a radical confederação dos sindicatos (CUT), os movimentos de trabalhadores sem terra (MST), as associações de moradores das áreas pobres – e sua expressão política, o novo partido dos trabalhadores (PT) são até certo ponto produto da atividade comunitária de cristãos dedicados, agentes leigos das pastorais e comunidades de base também cristãs.

Nesse mesmo sentido, Grícolliokoi (1996) relata que a Igreja no Brasil se posicionou de forma favorável frente às ações em defesa da mulher e do homem do campo, inclusive sendo mediadora “nos tempos de guerra”, pós-golpe de 1964, entre o Estado e os camponeses. Esse novo comportamento da Igreja em relação às questões sociais se deu em meio às tensões internas da hierarquia da Igreja, pois nem todos os bispos seguiam as mesmas ideias. Havia bispos mais conservadores e outros mais progressistas, que logo se entusiasmaram com a nova teologia que emergia no Brasil e na América Latina.

Como é que essa mudança aconteceu? Já no final da década de 50 era possível perceber a emergência de uma série de correntes diferentes entre os bispos e o clero. Dessas, as três mais importantes eram as tradicionalistas, os modernizadores conservadores e os reformistas: todos compartilhavam a mesma aversão pelo “comunismo ateuista”. A personalidade mais progressista era Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda, que representava o melhor da “teologia do desenvolvimento” e questionava a trágica pobreza do povo nordestino (LÖWY, 2000, p. 136).

Como podemos observar a Igreja internamente não é uma instituição homogênea e harmoniosa, muito ao contrário, há diversas linhas de pensamento que geram em seu núcleo hierárquico verdadeiras guerras pelo poder. No interior desse conflito, um grupo de bispos tomou posição em relação às questões sociais e se colocou ao lado dos pobres. Löwy (2000) cita Dom Helder Câmara⁸, mas também podemos mencionar Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia de São Félix, e, na Amazônia, temos nomes como Dom Erwin Kräutler, bispo emérito da Prelazia do Xingu.

Em 1980, por ocasião da Assembleia dos Bispos do Brasil, a CNBB lançou o documento “Igreja e Problemas da Terra”, o qual foi motivado pela incidência de violências no campo, que vinha acontecendo naquele período, conforme descrito no número 29 do referido documento:

A situação tem se agravado muito depressa. Tomando como referência a região de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará, podemos ter uma ideia da velocidade e amplitude da situação de conflito. No começo de 1979, havia 43 conflitos

⁸ Brasileiro, nascido no estado de Ceará, foi bispo católico (arcebispo de Olinda e Recife) e um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil.

identificados e cadastrados. Seis meses depois, os conflitos já eram 55. No final do ano já eram mais de 80. No Estado do Maranhão, tradicionalmente conhecido como Estado das Terras Livres, aberta à entrada de lavradores pobres, foram arrolados, em 1979, 128 conflitos, algumas vezes envolvendo centenas de famílias. Em três casos, pelo menos, o número de famílias envolvidas ultrapassa o milhar, sendo grande a concentração da violência nos vales do Mearim e do Pindaré (1980, p. 4).

Como podemos perceber, esse documento também traz dados sobre os conflitos que ocorreram na região do Pará no ano de 1979, sendo mais de oitenta. Isso nos leva a questionar que, passado aproximadamente quatro décadas desde a formulação desse documento, essa realidade ainda é presente, pois são inúmeros os casos de violência no campo. Os dados mais atuais fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), informa que, somente no ano de 2017, houve mais de 70 assassinatos relacionados a questões de conflitos de terra no Brasil, alguns eram lideranças, outros assentados e ainda índios, quilombolas, pescadores, posseiros e sem-terra.

O relatório de 2017 destaca o maior número de assassinatos em conflitos no campo dos últimos 14 anos, 71 assassinatos (dado atualizado após divulgação em abril, quando chegou a informação de uma morte em Anapu) – 10 a mais que no ano anterior, quando foram registrados 61 assassinatos. 31 destes assassinatos ocorreram em 5 massacres, o que corresponde a 44% do total. Além do aumento no número de mortes, houve aumento em outras violências. Tentativas de assassinatos subiram 63% e ameaças de morte 13% (CPT, 2017).

A Prelazia de Cametá, por sua vez, também estava conectada aos assuntos discutidos nessa assembleia dos bispos da CNBB, como podemos observar no Informativo das Comunidades Cristãs, nº 01, foi destacada a posição que os bispos tomaram nessa assembleia: “Devemos assumir os sofrimentos, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse de terra” (INFORMATIVO DAS CCs, 1980, nº 01).

Figura 6 – Informativo da Comunidade Cristã nº 1

DIOCESE DE CAMETA ARQUIVO

PRELAZIA DE CAMETA DO TOCANTINS.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

COMUNIDADE CRISTÃ

84
N. 01
1980
xxx

Igreja e problema da terra

O que os bispos disseram:

No mês de fevereiro deste ano os bispos do Brasil (220) fizeram uma reunião numa casa muito grande perto de São Paulo.

- Durante dez dias, de manhã até à noite estudaram, discutiram e falaram sobre a situação da nossa Igreja no Brasil.
- Eles procuraram descobrir onde a Igreja podia ajudar este mundo para ter mais felicidade e mais justiça e amor.
- Uma grande preocupação que todos os bispos do Norte ao Sul trouxeram foi com a situação dos LAVRADORES em nosso país.
- Houve muitas críticas e queixas. Achavam que a classe dos lavradores tem uma vida incerta e sem ajuda de ninguém e portanto sem esperança de melhoramento.
- E resolveram ajudar um pouco. Primeiro ouviram diversas histórias/tristes de lavradores que foram expulsos, presos, maltratados e depois de trabalhar muitos anos numa terra sem dono encontraram-se em outras injustiças cometidas contra eles.
- Depois procuraram as causas, raízes e os culpados desta situação de sofrimento pela qual milhões de brasileiros não conseguem achar para deiro, terra e segurança.

E escreveram assim: "A situação dos que sofrem por questões de terra/ em nosso país é extremamente grave. Ouve-se por todas partes o clamor deste povo sofrido, ameaçado de perder sua terra ou impossibilitado/ de alcançá-la.


E missão da Igreja convocar todos os homens para vivam como irmãos, vencendo todas formas de exploração como quer o único Deus e Pai Comum dos homens. Devemos assumir os sofrimentos, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra.

Convidamos todas as pessoas de boa vontade a que se unam e apoiem os nossos lavradores, não só para que eles reconquistem a terra, mas para que possam trabalhar e manter-se dignamente a produzir os alimentos de que todos precisamos".

Foi com estas palavras que os bispos começaram o documento.

Em seguida colocaram os fatos da realidade:

- 1 - Pouca gente ocupa terras grandes e muitos lavradores não ocupam/ ou ocupam pouca terra.
- 2 - Os que ocupam muita terra tem muito pasto para bois e pouca lavoura.
- 3 - Os que ocupam pouca terra tem mais la- vouva e produzem alimentos.
- 4 - Os bancos gostam mais de ajudar os grandes.
- 5 - O governo beneficia empresas grandes com incentivos fiscais para comprar sempre mais terras para pasto.
- 6 - Governo e Sudam dificultam títulos definitivos de terra para os pequenos lavradores.
- 7 - Quando os grandes expulsam os pequenos com violência se envolvem pistoleiros, profissionais, até forças policiais, oficiais de justiça e às vezes juizes.



DIOCESE DE CAMETA ARQUIVO

24
04

- 8 - Nas inundações pelas represas os lavradores recebem normalmente uma indenização fraca pelas suas terras e, caso inundadas ou não, recebem outra terra igual àquela que possuíam.
- 9 - Milhões de brasileiros andam pelas estradas do Sul ao Norte à procura de terra e trabalho que não acham ou trabalham longe das famílias.
- 10- Empresas seduzem trabalhadores com bonitas promessas para depois prendê-los nas matas com salário e alimentações desumanas.

Quem é culpado de toda esta tristeza, perguntam os bispos?

Não é Deus, isso é certo. Será a falta de união e organização do povo? Mas de outro lado nunca deixaram o povo participar e decidir os destinos do País.



A culpa é que nosso país está devendo muito a países de fora. Então pensaram que grandes produtores e firmas com grandes extensões de terras podem ajudar rapidamente a resolver este problema. Por isso não dão valor ao colono e ao pequeno lavrador. O resultado é que pouca gente fica cada vez mais rica. E que o poder político cria / mais força. Que o lavrador é obrigado a enigrar ou a vender barato seu trabalho para as indústrias. Mas tudo isso não é humano nem cristão. Porque este sistema sacrifica milhões de pessoas humanas por serem pobres. E onde eles continuam ainda trabalhando na terra não se dá valor aos seus produtos e com pouco / dinheiro não se vive.

Olhando para o Evangelho e para as Palavras da Igreja ultimamente descobre-se que Deus quer um mundo de justiça onde os bens materiais sejam distribuídos com fraternidade.

PUEBLA diz o seguinte:

- "Os bens da terra destinam-se a garantir a todos os homens um decente teor de vida".
- "Onde os pobres ainda continuam a ser esmagados na sua dignidade/humana, isso é sinal que a Fé ainda não alcançou pleno resultado".
- "Quando a Igreja não se preocupa com a injustiça, a violência e a pobreza ela não será a verdadeira Igreja de Cristo".

E os bispos continuam falando no seu documento:

Há pessoas que querem terras para negociar (grilheiros, grandes firmas), há pessoas que querem terra para trabalhar nela e produzir para suas famílias.

Os "grandes" e os "poderosos" encontram certa facilidade para negociar enormes pedaços de terra. Eles querem isso para ter mais / lucros ainda. E o pequeno que trabalha para viver, cujo único trabalho é lavoura, encontra enormes dificuldades para possuir terra legalmente e termina vendendo seu trabalho para os mesmos grandes.

CONCLUSES:

- Devemos denunciar situações abertamente injustas e violências.
- Devemos apoiar e animar todas as justas organizações da classe dos lavradores.
- Devemos apoiar o desejo de uma verdadeira Reforma Agrária.
- Devemos animar as comunidades que dão um espírito de União ao povo baseado na Fé.

Canetá 24 de abril de 1980.

Henrique Rienslag - Prelado de Canetá.

SAUDE

ENCONTRO DE PARTEIRAS E ENFERMEIRAS.

Foi realizado no antigo seminário de Canetá, segundo encontro de parteiras e enfermeiras interior de Canetá e a equipe central de saúde.

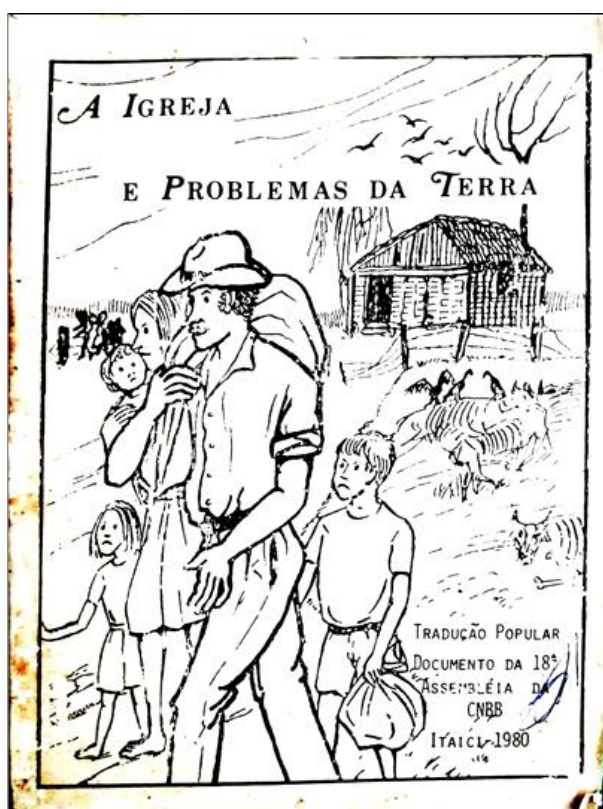
durante os dias 16,17 e 18 de abril.

Foram debatidos os principais problemas das C.O.s. e feitas sugestões de melhorias. Em comparação com o encontro passado, verificamos que muitos dos problemas haviam sido solucionados, e que realmente este encontro atinge seus objetivos.

E para melhor estudar esse documento nas comunidades cristãs, a Prelazia de Cametá elaborou uma edição popular, evidenciando os pontos mais inerentes à realidade da população da região de Cametá. Desse documento, “A Igreja e problemas da terra”, extraímos parte da introdução:

Situação de tantos que sofrem por causa da terra no Brasil é muito difícil. O grito de dor deles é ouvido em todo o lado. Sobre a cabeça deles pesa, ou a ameaça de perder a terrinha que têm, ou a impossibilidade de conseguir um pedacinho de chão para viver e trabalhar (1980, p. 3).

Figura 7 – Cartilha “A Igreja e Problemas da Terra”



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá (1980).

O acesso à terra, como um direito, não é uma situação recente, há décadas a luta pela reforma agrária tem sido motivo de assassinatos na região Norte do Brasil. Essa situação não foi muito estampada na região do baixo Tocantins, talvez tenha ocorrido de forma velada, pois grandes extensões de terra estavam se tornando propriedade de políticos e empresários. E, apesar de essa situação ter sido, de certa forma, velada, acobertada, os trabalhadores rurais perceberam a movimentação dos grileiros e começaram a se organizar para enfrentá-la:

TERRA. Durante a viagem em Baião – 21 dias para visitas em 22 comunidades – aprendemos uma palavra nova: Grileiro. Chegando em Cametá no dia 25 de agosto copiamos logo do Pequeno Dicionário: “Grileiro é: Individuo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade”. Em quase

todas as 41 reuniões de que participamos o assunto principal foi: A NOSSA TERRA. Descobrimos que os grileiros não vêm apenas do “Sul”; há “gente” de dentro do povo que falsifica, rouba e mente pela “danada fome de ouro” de que o poeta romano Vergílio já falava. (INFORMATIVO DA CC, Nº 50).

Figura 8 – Informativo das CCs nº 50

PRELAZIA DE CAMETÁ

50

DIÓCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO

comunidade cristã

terra

Durante a viagem em Baião - 21 dias para visitas em 22 comunidades - aprendemos uma palavra nova: Grileiro. Chegando em Cametá no dia 25 de agosto copiamos logo do Pequeno Dicionário: "Grileiro é: 'Indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade'. Em quase todas as 41 reuniões de que participamos o assunto principal foi: A NOSSA TERRA. Descobrimos que os grileiros não vêm apenas do "Sul"; há "gente" de dentro do povo que falsifica, rouba e mente pela "danada fome de ouro" de que o poeta romano Vergílio já falava.

Gostamos de ver que o pessoal da C.C. se acordou. Anotamos a linha geral, com algumas pequenas diferenças de comunidade para comunidade.

O que podemos fazer para defender a nossa terra e a nossa maneira de ganhar a vida para nossa família?

- 1) Fazer reuniões - sempre de novo - para em conjunto debater - nos os casos e para combinarmos uma atitude geral da comunidade.
- 2) Comunicar à equipe central, ao Pe. Tiago e ao Sindicato a que combinamos para facilitar os trabalhos de um topógrafo honesto.
- 3) Procurar ter os documentos pessoais (certidão de nascimento ou de casamento, C.P.F., pelo menos atestado militar e carteira de identidade ou título do eleitor) para
- 4) Documentar a nossa terra.
- 5) Podemos até fazer empréstimos através da comunidade do Fundo da C.C. para os títulos da gente e da terra.
- 6) Entrar em maior número no nosso Sindicato, que é antes de mais nada, a organização que defende os direitos da classe de agricultor.
- 7) Trabalhar em grupos de trabalho para
- 8) Fazer em conjunto plantios permanentes para assim valorizarmos as nossas terras, usando adubo conforme indicações da gente que entende.
- 9) Tirar peças de comunidade nas terras devolutas e procurar criar assim patrimônio para os atuais e futuros moradores da comunidade, antes do dia 31 de dezembro de 1975.
- 10) Pedir e estimular: Planos de colonização.



liderança VII

Pela sétima vez vamos fazer os nossos encontros de Liderança. Estamos pensando em seis cursos intensivos de três dias, cinco para equipes fundadas em boas comunidades e um em Aldeia para TODAS as equipes NÃO FUNDADAS.

Fonte: Diocese de Cametá (1975).

Com base nesse informativo, percebe-se que a terra foi aos poucos sendo invadida pelos grileiros, mas os trabalhadores rurais já tinham uma maior consciência sobre essa situação e o direito à terra, “a nossa terra”, e passaram a se organizar para defendê-la. Esses sujeitos apontaram linhas de ação para defender a terra e tudo aquilo que ela gerava para a subsistência de suas famílias, como podemos observar a seguir:

- 1) Fazer reuniões – sempre de novo – para em conjunto debatermos os casos e para combinarmos uma atitude geral da comunidade.
- 2) Comunicar à equipe central, ao Pe. Thiago e ao Sindicato o que combinamos para facilitar os trabalhos de um topógrafo honesto.
- 3) Procurar ter os documentos pessoais (certidão de nascimento ou de casamento, C.P.F., pelo menos atestado militar e carteira de identidade ou título de eleitor) para
- 4) Documentar a nossa terra.
- 5) Podemos até fazer empréstimos através da comunidade do Fundo da C.C. para os títulos de gente e da terra.
- 6) Entrar em maior número no nosso sindicato, que é antes de mais nada, a organização que defende os direitos da classe do agricultor.
- 7) Trabalhar em grupos de trabalho para
- 8) Fazer em conjunto plantios permanentes para assim valorizarmos as nossas terras, usando adubo conforme indicações de gente que entende.
- 9) Tirar picos de comunidade nas terras devolutas e procurar criar assim patrimônio para os atuais e futuros moradores da comunidade, antes de 31 de dezembro de 1975 e
- 10) Pedir e estimular: Planos de colonização. (Texto extraído do Informativo das CCs, nº 50, ano de 1975).

Em relação ao item dez dessas linhas de ação, “Pedir e estimular: Planos de colonização”, acreditamos que diz respeito à ocupação das terras antes que os grileiros pudessem se apropriar, desenvolvendo ações coletivas, “plantios em conjunto”. Esses trabalhadores, portanto, já começavam a pensar de forma coletiva e acreditavam que somente através da organização da classe poderiam lutar pelos seus direitos e buscar soluções para as suas realidades, pois:

É pela luta que os Sem Terra e os pequenos agricultores encontram sua identidade de classe. Sem a luta, não haveria condições de atingir esse patamar de relação entre si e com as demais forças. A organização de classe impede que cada um se isole em seu espaço (BOGO, 2010, p. 139-140).

Feitas essas considerações, vimos o quanto a questão da terra no Brasil é sinônimo de poder, de conflitos e de tensões sociais. No interior desse contexto, tentamos observar a ação da Igreja no Brasil acerca da questão da terra e as pessoas que dela precisam. Portanto, foi a partir de profundas mudanças eclesiais, teológicas e pastorais que essa instituição acabou por contribuir com a discussão sobre a terra e assumiu o compromisso de “[...] denunciar situações

abertamente injustas e violências em áreas de [...] dioceses e prelazias e combater as causas geradoras de tais injustiças e violências (CNBB, 1980, p. 14).

1.2 A PRELAZIA DE CAMETÁ E SUA ATUAÇÃO SOCIOPASTORAL DE 1960 A 1980

Com objetivo de verificar o contexto histórico no qual a Igreja estava inserida, consideramos importante contemplar um tópico neste capítulo, haja vista que o estudo em questão – projeto *Sítios Agrícolas* – foi uma proposta que partiu da Prelazia de Cametá, instituição religiosa que, no final da década de 1960 e, mais precisamente, nas décadas de 1970 e 1980, mudou a sua forma de atuação. Embora a sua doutrina estivesse fortemente ligada “aos caminhos da evangelização”, essa instituição passou a inserir nesse caminho ações que também pudessem possibilitar o desenvolvimento social de pessoas que estavam inseridas naquele contexto de exploração e exclusão.

Foi nesse contexto, principalmente na década de 1960 devido ao golpe militar de 1964, que o Brasil viveu sob o regime de opressão e de grandes conflitos sociais, econômicos e políticos, e que impactaram a vida de muitos brasileiros. Diante desse conflito, que não se dava apenas do Brasil, mas também em muitos países da América Latina, surge um movimento na Igreja Católica que buscava, por meio de uma teologia – Teologia da Libertação – contribuir, entre outros aspectos, no enfrentamento dessas questões.

A Teologia da Libertação vinha se manifestando desde a conferência de Medellín (1968) e se configurou mais precisamente em Puebla (1979). Essa teologia direcionou as ações da Igreja Católica nesse continente e contribuiu com a nova maneira de evangelizar da Igreja nos países da América Latina e, conseqüentemente, no Brasil e na Prelazia de Cametá.

Como resultado da conferência de Puebla, foi publicado um documento que, de certa forma, passou a nortear a ação evangelizadora das igrejas da América Latina, e, como podemos observar na citação abaixo, uma das diretrizes que esse documento aponta é opção preferencial pelos pobres e essa diretriz tornou-se um dos princípios de evangelização da CNBB, sendo incorporada nos planos de pastoral, atividades e formações da maioria das dioceses e prelazias da Igreja do Brasil.

A conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação (CNBB, 1979, p. 275).

A incorporação dessa nova teologia teve resistência de alguns bispos e de outros membros da ala mais conservadora da Igreja Católica, e, conseqüentemente, houve sérios conflitos entre eles, inclusive de afastamento e transferência para outras localidades, pois essa nova teologia, entre outros delineamentos, não só colocava o povo como parte da Igreja e agente da evangelização, como também buscava encarar os problemas sociais, como bem fazia Dom Hélder Câmara, grande defensor dos direitos humanos e que foi perseguido durante a ditadura militar.

A pesquisadora Gricoliokoi (1996, p. 29) afirma que “[...] o setor progressista procurava firmar uma posição diferente, mas que, apesar de combater os privilégios da Igreja e dos membros da hierarquia, concordava com a postura anticomunista, criticava os defensores da revolução proletária”. Portanto, nem todos aqueles padres que se diziam progressistas se converteram de fato, pois não bastava optar pelos pobres, mas sim provê-los, dando condições para que as pessoas empobrecidas pudessem, de fato, enfrentar essa sociedade excludente e isso se daria pela afirmação social desse sujeito.

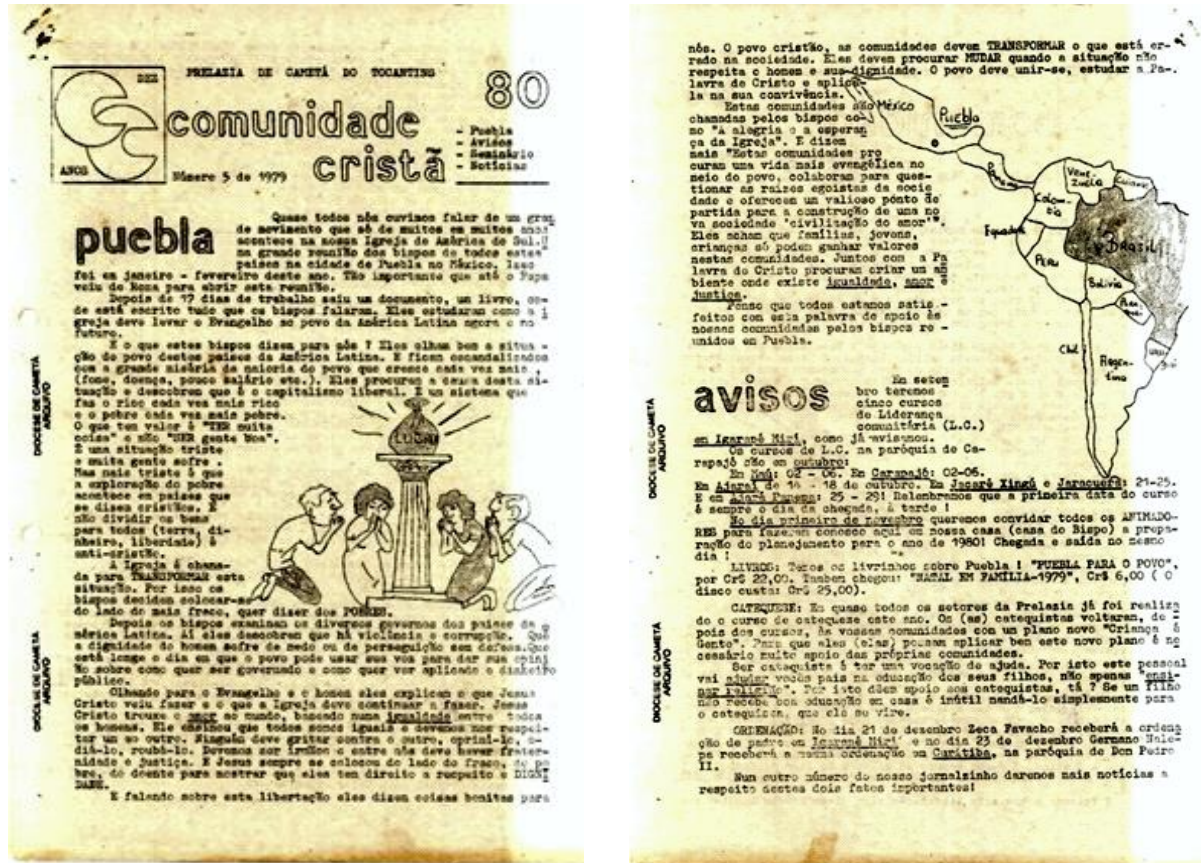
Para Boff (2004, p. 150), “[...] optar pelos pobres implica uma prática: significa assumir o lugar do pobre, sua causa, sua luta e, no limite, seu destino muitas vezes trágico”. Nesse sentido trágico que muitas mulheres e homens, alguns ligados diretamente à hierarquia da Igreja, tiveram suas vidas ceifadas por optar pelo pobre, pelo negro, pela criança, pelo índio, pela mulher.

Não nos faltam exemplos no Brasil, como foi o caso de Josimo Moraes Tavares, “padre negro de sandálias surradas”, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, que foi assassinado a mando de fazendeiros no ano de 1986. E um mês antes de sua morte esse padre fez um pronunciamento durante a Assembleia Diocesana de Tocantinópolis, localizada no estado do Tocantins, proferida no dia 27 de abril de 1986, do qual destacamos alguns pontos:

O discípulo não é maior do que o Mestre. Se perseguirem a mim, hão de perseguir vocês também. Tenho que assumir. Agora estou empenhado na luta pela causa dos pobres lavradores indefesos, povo oprimido nas garras dos latifúndios. Se eu me calar, quem os defenderá? Quem lutará a seu favor? Eu pelo menos nada tenho a perder. Não tenho mulher, filhos e nem riqueza sequer, ninguém chorará por mim. Só tenho pena de uma pessoa: de minha mãe, que só tem a mim e mais ninguém por ela. Pobre. Viúva. Mas vocês ficam aí e cuidarão dela. Nem o medo me detém. É hora de assumir. Morro por uma justa causa. Agora quero que vocês entendam o seguinte: tudo isso que está acontecendo é uma consequência lógica resultante do meu trabalho na luta e defesa pelos pobres, em prol do Evangelho que me levou a assumir até as últimas consequências [...]. A minha vida nada vale em vista da morte de tantos pais lavradores assassinados, violentados e despejados de suas terras. Deixando mulheres e filhos abandonados, sem carinho, sem pão e sem lar. É hora de se levantar e fazer a diferença! Morro por uma causa justa (MOREIRA, 2011).

Nossas pesquisas também apontaram que as Comunidades Cristãs (CCs) estavam em sintonia com esses movimentos, os leigos também refletiam nos encontros comunitários e em outras formações os direcionamentos que esses movimentos delinearam, conforme podemos observar no informativo nº 5 do ano de 1979⁹, cuja notícia principal se referia às conclusões da Conferência de Puebla.

Figura 9 – Informativo da Comunidade Cristã nº 5



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá (1979).

PUEBLA: Quase todos nós ouvimos falar de um grande movimento que só de muitos e muitos anos acontece na nossa Igreja de América do Sul. Uma grande reunião dos bispos de todos esses países na cidade de Puebla no México [...]. Depois de 17 dias saiu um documento, um livro, onde está escrito tudo o que os bispos falaram. Eles estudaram como a igreja deve levar o Evangelho ao povo da América Latina agora e no futuro [...]. Eles olham bem a situação do povo destes países da América Latina. E ficam escandalizados com a grande miséria da maioria do povo que cresce cada vez mais (fome, doença, pouco salário etc.). Eles procuram a causa desta situação e descobrem que é o capitalismo liberal [...]. A Igreja é chamada a TRANSFORMAR esta situação. Por isso os bispos decidem colocar-se ao lado do mais fraco, quer dizer dos POBRES.

⁹ Arquivo completo no Anexo A.

Deste informativo, consideramos importante destacar que alguns pontos, de certa forma, revelam uma nova postura dos leigos, isto é, integrados aos debates e não mais limitados às questões colocadas pela Igreja. Na parte final dessa notícia, percebemos que, de uma maneira simples e direta, os redatores desse informativo fizeram uma tradução sintética dos resultados do movimento de Puebla, destacando que a Igreja é chamada a olhar e transformar a realidade de miséria dos países da América Latina.

Portanto, essa postura dos leigos também pode ser considerada resultado da nova maneira como a Igreja estava delineando as suas atividades, pois, conforme Favacho (1984), o novo plano de pastoral da Prelazia de Cametá se configurou nesse período da Conferência de Puebla e da Teologia da Libertação. E nesse momento contou-se com o apoio dos padres denominados “padres progressistas”, pois nem toda conjuntura da Igreja era favorável a esse novo fazer pastoral pautado na Teologia da Libertação. Uma teologia que, além de colocar o pobre no centro da evangelização, rompia com a maneira tradicional de conduzir as atividades da Igreja.

Além da importância desses padres que, de certa forma, rompiam com a velha estrutura da Igreja, outro fenômeno importante nessa época era o das Comunidades Eclesiais de Base, então denominadas Comunidades Cristãs (CCs), na circunscrição eclesiástica da Prelazia de Cametá. Para Favacho (1984, p. 100), “[...] o movimento das CCs trouxe consigo uma nova atitude perante os problemas sociais, a prática da cooperação, do mutirão, de ajuda mútua. O clero, por sua vez, assumia uma nova postura, a de ajudar o povo a descobrir as suas próprias possibilidades para se promover”.

Passadas cinco décadas da Conferência de Puebla (1968-2018), esse princípio norteador ainda está presente em documentos da Igreja Católica, inclusive no objetivo geral de muitas dioceses e prelazias, como é caso da Diocese de Cametá, que, mesmo tendo o seu objetivo geral reformulado por ocasião da sua III Assembleia do Povo de Deus, realizada no ano de 2012, manteve a opção preferencial pelos pobres, conforme podemos observar a seguir:

Evangelizar o povo da Prelazia de Cametá em suas diferentes culturas e realidades, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres e marginalizados, sendo uma igreja povo de Deus, comunidade de comunidades, a serviço da vida, iluminada pela palavra de Deus, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, que respeite o meio ambiente a caminho do reino definitivo (RELATÓRIO DA III APD, 2012, p. 26).

Ao realizarmos a análise da pesquisa documental dos arquivos da Diocese de Cametá, detectamos que a opção preferencial pelos pobres, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, passou a fundamentar as ações dessa instituição, especialmente aos sujeitos que estavam

excluídos da sociedade. Portanto, foi a partir desse novo movimento de ação eclesial, pautado em uma evangelização para além dos muros da Igreja, dialogando com o mundo, sobretudo com as causas de sua miséria, que a Prelazia de Cametá passou a criar ações em defesa e promoção de mulheres e homens excluídos pela sociedade.

Enquanto instituição religiosa, a Prelazia de Cametá não mais ficou restrita às questões do altar, dos sacramentos e celebrações, mas também passou assumir a causa do pobre, dos excluídos que foram colocados à margem (ARROYO, 2010). Essa nova maneira de evangelizar com um olhar para as minorias pode ser considerado um desdobramento dos movimentos de Medellín e Puebla, pois constatamos nas documentações da instituição que, no período dessas conferências, ocorreu uma mudança de direção em suas atividades, no seu fazer pastoral, sendo mais ligadas às questões sociais e ao enfrentamento da pobreza.

1.2.1 A Igreja de Cametá e sua contribuição para a desenvolvimento social

Com essa nova forma de evangelização, a Igreja de Cametá possibilitou a realização de muitos cursos nos âmbitos da saúde, da educação e do desenvolvimento agrícola. Encontramos vários documentos sobre a importância dessas ações, pois naquele período a ausência de políticas públicas dificultam o desenvolvimento da região e a sobrevivência das pessoas. Frencken (2010, p. 394) relata que, por parte da Prelazia de Cametá, “[...] houve muita dedicação na área social e de promoção humana naqueles anos, pois era uma região inóspita e abandonada pelos poderes públicos”.

Havia, a partir de meados dos anos 1960, dois tipos de trabalho na área social que, embora distintos, tinham como objetivo comum a melhoria das condições de vida do povo ao longo do Tocantins e, mais tarde, na Transamazônica. Enquanto permaneciam os trabalhos sociais mais no sentido tradicional da palavra, acompanhados sempre de certo assistencialismo, o movimento das comunidades trouxe uma nova atitude perante os problemas sociais, tornando muito importante a conscientização, através da formação, para ajudar o povo a descobrir as suas próprias condições e possibilidades. Instalou-se, desta forma, uma pastoral de promoção humana (FRENCKEN, 2010, p. 471-472).

Também foram realizadas palestras e formações sobre temas de relevância social para a sociedade. E, com o objetivo de melhor preparar os leigos e potencializar a ação pastoral, foi criado um tipo de formação denominado “Cursos de Lideranças”, haja vista que o povo, naquele novo contexto de atuação da Igreja, passou a ser “[...] um dos mais importantes pilares de sustentação do trabalho das comunidades cristãs” (2010, p. 467). Esses cursos eram destinados, principalmente, às pessoas ligadas às comunidades cristãs, lideranças e agentes de pastoral.

Os Curso de Lideranças era uma espécie de formação em módulos, cuja metodologia era pautada na educação popular e no método de Paulo Freire, conforme Gommers (*apud* FRENCKEN, 2010, p. 467):

Seguíamos o método de Paulo Freire: os cursos sempre partiam de questionamentos, devendo todos construir respostas em grupo. Aprendia-se julgar, ser sujeito, consciente de sua responsabilidade em relação à sua própria história. Aprendia-se a dar nomes ao seu próprio mundo, formular pensamentos próprios.

Como podemos observar, todos esses tipos de formação eram promovidos com objetivo de levar as pessoas, a comunidade e a sociedade a refletirem sobre as questões que afligiam a população. Além dessas formações, obtivemos informações, durante a pesquisa documental realizada na Prelazia de Cametá, sobre atividades desenvolvidas em vista da promoção humana, do desenvolvimento social, como: criação de cantinas¹⁰, apoio ao grupo de mulheres (confeção de artesanatos, produção de alimentos e manipulação de remédios caseiros) criação de pequenos animais, hortas comunitárias e empreendimentos maiores, como oficinas (de móveis e de motores) e cultivo da mandioca para a produção de farinha, cacau e de e pimenta-do-reino.

Algumas dessas iniciativas foram realizadas por meio de projetos sociais mais concretos, consolidados e enviados a organizações internacionais, como: “CEBEMO do governo holandês, ‘BRASIL OP WEG’, MISERIOR, ADIUTO da Alemanha [...]” (FRENCKEN, 2010, p. 473).

No Informativo das Comunidade Cristãs nº 52¹¹, há registro de alguns projetos desenvolvidos pela Prelazia de Cametá, dentre os quais trinta e três deles foram destinados à agricultura. Esses projetos foram denominados como Projetos de Lavoura, conforme podemos verificar nos dados extraídos desse informativo, a seguir:

Roça de comunidade/roçagem: 14; Trabalhar/plantar em conjunto: 4
Pimenta: 6; Recuperação de pimentais: 7
Plantar cacau: (3), café (5), mandioca (7)
Projeto de adubação: 1 (INFOMATIVO DAS CCS, 1976)

¹⁰ Uma espécie de pequenos comércios de venda e compra de produtos agrícolas, especialmente ligados aos trabalhadores rurais acompanhados pela Prelazia de Cametá.

¹¹ Documento completo no Anexo B.

Figura 10 – Informativo da Comunidade Cristã Nº 52

projetos

As 114 comunidades realizaram uns 177 projetos em 1975. Tentamos colocar os diversos tipos em grupos. Esta lista ajudará todas as nossas comunidades para criar idéias.

1) CONSTRUÇÃO: 46 projetos: Casa comunitária ou serviço nela: 15
Capela ou algum serviço nela: 13
Barracão (5), bar (1), salão (2): 8
Construção de trapiche (2), ponte: 4
Carteiras ou bancos: 3
Estrada nova e conservação de estr.: 2
Melhoramento de casas: 1

2) LAVOURA: 33 projetos: Roça da comunidade / roçagem: 14
Trabalhar / plantar em conjunto: 4
Pimenta (6), recuperação de pimentais: 7
Plantar cacau (3), café (3), mandioca: 7
Projeto de adubação: 1

3) COMPRAS: 26 "projetos": Aladin / farol a gás (6), luz, motor: 8
Aparelho de som, eletrola (3): 4
Geladeira (2), prondócino: 3
Livros (2), casa, madeira (2), louça, sorteio de televisor: 7
Jogo de bingo (4), roda da fortuna(2): 6

4) SAÚDE: 14 projetos: Vacinação: 4
Ambulatório, casa de saúde, armário para: 4
Poço d'água (2), poço com bomba: 3
Sanitário comunitário, privada: 2
Curso de saúde: 1

5) MELHORAR FESTA: 10 projetos: Festa comunitária, preparação da festa, melhoramento da festa (jovens), Páscoa e Natal: 10

6) LIMPEZA: 9 projetos: Arraial, estrada, bairro, furo, igarapé: 9

7) DIVERSOS: 9 projetos: Caminhão, Gerador e usina, três grandes janelas, arborização, casis de madeira, visitar outras comunidades, campo de futebol, cruceiro no cemitério, altar e santuário: 9

8) CANTINA: 7 projetos: Cantina (6), plano de cantina: 7

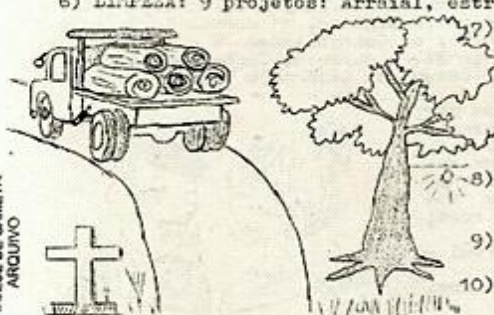
9) TERRENO: 7 projetos: Terreno para comunidade: 7

10) AGRUPAR: 7 projetos: Sindicato, equipe infantil para culto, formar equipes fora da cidade, 12 setores na comunidade, fundação de ala jovem(2) equipe das senhoras para limpeza: 7

11) ENSINO: 4 projetos: Escola comunitária, escola de corte e costura, Hóbral e Minerva, professora para a comunidade: 4

12) DOCUMENTAR: 3 projetos: Documentar pessoas (2), resolver problemas da terra: 3

Gostamos de ver, que os projetos estão mudando um pouco. Por exemplo achamos muito bom que o trabalho na terra - lavoura - está aumentando. A gente está tentando criar uma vida melhor. Construir pode agrupar gente, mas de construções a gente não pode viver.



DIOCESE DE CAMETÁ ARQUIVO

DIOCESE DE CAMETÁ ARQUIVO

Fonte: Arquivos da Diocese de Cameté (1976).

Portanto, a contribuição dessa instituição se pautou, principalmente, nas áreas da educação, saúde e desenvolvimento social. Além disso, ela também apoiou organizações sociais, tanto na mediação de conflitos, internos e externos, quanto no enfreamento de algumas questões políticas e econômicas que dificultavam o desenvolvimento da sociedade (SOUSA, 2002).

Em relação à formação, essa talvez tenha sido uma das maiores contribuições da Prelazia de Cameté para os municípios da região do baixo Tocantins, pois é por meio da

educação, do conhecimento e da informação que as pessoas passam a se reconhecer como sujeitos de direito, ou seja, a educação é a principal ferramenta de libertação do homem da mulher (FREIRE, 2017).

O novo plano de pastoral implementado pela Prelazia, ao estabelecer um conjunto de atividades contínuas, semanais e com novas lideranças leigas, sem mais ênfase na festa do santo padroeiro, continha, subjacente à proposta, uma estratégia de controle de religioso pela hierarquia eclesial, mas sobretudo, essa nova organização religiosa despojava a religião Católica Romana em Cameté do seu papel legitimador da lógica do compromisso, da lealdade e da reciprocidade que fundamentava as relações patrão – cliente, santo – devoto, candidato-eleitor, e que escamoteava o sistema de exploração, que ocorria no domínio econômico e perpassava os demais domínios da vida social (SOUSA, 2002, p. 111).

Com base em Sousa (2002), o novo plano de pastoral da Prelazia de Cameté também queria romper com algumas velhas relações de poder que fragilizavam o desenvolvimento social daquela região. O plano de pastoral da Prelazia de Cameté também deu uma certa abertura para a participação dos leigos¹², tanto do aspecto das reflexões quanto das decisões dessa instituição.

Não raro ouvimos relatos da importância da Prelazia de Cameté na formação de mulheres e homens o que contribuiu para a organização de instituições como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), hoje denominado Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR), que, na década de 1970, estava nas mãos de políticos. Esse acontecimento foi um marco na história dessa instituição, pois colocou em sua gestão pessoas que realmente eram trabalhadores rurais. Conseqüentemente, essa situação mudou a direção das atividades do sindicato, ou seja, passou a “privilegiar” a classe trabalhadora rural.

Portanto, consideramos que o novo plano de pastoral da Prelazia de Cameté foi uma estratégia de evangelização, iniciada no ano de 1969 e consolidada na década de 1970, e que, apesar de usar esse método em vista da sua ação evangelizadora, fazendo a opção preferencial pelos pobres, aproximando as pessoas através da CCs e colocando-as como protagonistas da evangelização, contribuiu significativamente para que essas pessoas entrassem em um processo de afirmação social e de luta pela construção e implementação de seus direitos, em vista de uma sociedade mais justas para todos.

¹² Pessoas que não fazem parte da hierarquia da Igreja, mas que têm uma significativa participação nas atividades desenvolvidas nas comunidades.

1.3 SÍTIOS AGRÍCOLAS: UMA PROPOSTA DE PROMOÇÃO DO HOMEM PELA AGRICULTURA

Neste tópico, priorizamos documentos e estudiosos que pudessem nos ajudar a compreender a ação da Prelazia de Cametá, haja vista que ela é uma instituição religiosa e, como qualquer outra instituição, tem suas diretrizes e documentos balizadores. Todavia, esses documentos não devem ser considerados como o único fundamento teórico desta pesquisa, mas, para essa parte do texto, consideramos importante fundamentar a partir do que a Igreja vivia nas décadas de 1970 e 1980.

Com base em nossas pesquisas, o projeto *Sítios Agrícolas* foi motivado a partir do novo plano de pastoral da Prelazia de Cametá, pois, nesse plano, o desenvolvimento social, principalmente por meio da agricultura, foi contemplado, tendo como objetivo promover o homem pela agricultura (FAVACHO, 1984). As ações mais de cunho social, pensadas por essa instituição, eram realizadas a partir de projetos específicos, os quais abrangeram várias localidades da região do baixo Tocantins.

Esse novo plano de pastoral foi um dos principais meios para que a Prelazia de Cametá mudasse a sua maneira de evangelizar. Vale ressaltar que o novo plano de pastoral foi gerado pelos padres lazaristas da Congregação da Missão¹³, também conhecidos como padres vicentinos, e que, naquele período, estavam responsáveis pela condução da Prelazia de Cametá. Esse novo plano foi pensado, principalmente, por sacerdotes da ala considerada progressista da Igreja Católica, que, inspirados na Teologia da Libertação, buscavam realizar as suas atividades pastorais com enfoque no desenvolvimento humano, comunitário e social.

É importante sublinhar a identidade carismática dos padres lazaristas, “Evangelizar os pobres e formar o Clero e os Leigos”, para melhor compreender o porquê da sua atuação voltada aos pobres. O carisma é uma espécie de identidade de uma congregação religiosa e que guia a ação de padres, religiosas e religiosos, irmãs e irmãos que pertencem a uma determinada ordem ou congregação. Essa terminologia pode ser comparada ao que a administração mais contemporânea denomina *missão*, a qual expressa o motivo da sua existência, o propósito, o compromisso de uma determinada organização.

Em geral o carisma de uma congregação religiosa é desdobrado em um documento denominado *constituição*, onde constam todas as orientações para que padres, religiosas e religiosos, irmãs e irmãos direcionem o seu ministério. E, no caso da Congregação da Missão,

¹³ Fundada no dia 17 de abril de 1625, por São Vicente de Paulo. Fonte: <http://lazaristaspfcm.blogspot.com/p/congregacao-da-missao.html>.

uma das finalidades contidas nesse documento descreve que o sacerdote lazarista deve exercer sua missionariedade em favor dos pobres e em lugares mais carentes, como podemos observar no fragmento a seguir, extraído da constituição dessa entidade:

Exercer ação missionária que vise atender aos apelos dos pobres, nas situações concretas da realidade, pela organização pastoral do Povo de Deus, em áreas carentes, sobretudo no interior e na periferia das cidades, para viver integralmente sua fé, lutar por seus direitos, libertar-se de forma de escravidão ou exploração (CONGREGAÇÃO DA MISSÃO).

Além do carisma e da constituição, fundamentos que direcionam os sacerdotes lazaristas, essa congregação tem como objetivo “seguir Cristo Evangelizador dos pobres”. Mais uma vez podemos observar a questão do pobre em seus documentos, e, de certa forma, vamos compreendendo que as ações em vista da população mais empobrecida tinham um certo fundamento. Esses elementos, portanto, são fundamentais para que o sacerdote lazarista exercesse a sua missão, suas atividades sociais e pastorais.

A Congregação da Missão esteve à frente da Prelazia de Cametá por mais de sessenta anos. Esta circunscrição eclesiástica, termo usado para definir o território de atuação de cada prelazia ou diocese, foi desmembrada da Arquidiocese de Belém e entregue a essa congregação no ano de 1955. Entretanto, “[...] os lazaristas chegaram à região do rio Tocantins, no Pará, em janeiro de 1936” (FRENCKEN, 2010, p. 372). A presença dos lazaristas foi devido ao convite de Dom Mario Miranda, arcebispo de Belém, para que a congregação da missão pudesse desenvolver seu trabalho, a evangelização, nessa região.

Conforme Frencken (2010), do ano de 1952 ao ano de 1961, o padre Cornélio Veerman esteve à frente da Prelazia de Cametá, primeiro como vigário geral, posteriormente foi nomeado administrador e, no ano de 1961, foi nomeado bispo, ficando nesta função até 1979. Após um ano de vacância, o padre Hendrikus Johannes Riemslog, também lazarista, foi nomeado administrador apostólico, ficando nesta função por uma década (1980 a 1990). No ano de 1980, mais um padre lazarista foi nomeado bispo de Cametá, José Elias Chaves, que exerceu seu episcopado até ano de 1999, quando renunciou por problemas de saúde.

Frente a essas datas, percebe-se que a congregação da missão esteve presente em Cametá por mais de seis décadas. Sendo que, em algumas dessas décadas, o Brasil não só passava pelo regime militar, mas também por sérios problemas socioeconômicos, onde os mais empobrecidos eram os mais atingidos. E, em se tratando da região Norte do Brasil, a situação socioeconômica se intensificava, pois, a pobreza e a miséria assolavam aquele povo.

Portanto, foi nesse contexto que surgiu o Projeto *Sítios Agrícolas* na localidade de Carapajó, tendo o sacerdote Johannes Gerardus Boonekamp como a pessoa responsável em conduzir essa proposta de promoção humana pela agricultura, pautado no novo Plano de Pastoral da Prelazia de Cametá (FAVACHO, 1984).

1.3.1 Novo Plano de Pastoral em vista da promoção humana

Nossas pesquisas revelaram que essa proposta agrícola fazia parte do novo Plano de Pastoral que a Prelazia de Cametá havia se proposto, isto é, não somente restrita a celebrações, rezas e ritos litúrgicos, mas também em vista da promoção humana. Essa mudança de atuação da Prelazia de Cametá foi influenciada pelo novo tempo que a Igreja da América Latina estava vivendo através da Teologia da Libertação (FAVACHO, 1984).

Para o professor Paulo Fernando Carneiro de Andrade, essa nova maneira de conduzir a evangelização, tendo o desenvolvimento da pessoa humana como prioridade, é “[...] quando a Igreja promove a luta pela justiça ela não está fazendo outra coisa que não seja evangelizar”. Esse professor, doutor em Teologia, foi convidado para fazer uma análise da situação pastoral da Prelazia de Cametá na década de 1980, e, dessa análise, extraímos o fragmento a seguir, que expressa essa evangelização que visa à promoção da justiça:

Jesus anunciou insistentemente o Reino e seu pai, dom para os homens e mulheres, sonho de Deus para todo o criado. Enquanto dom, o Reino acontece na história pela ação do Espírito Santo que apesar de nossos pecados capacita a cada um de nós a sair de si mesmo na direção do outro, possibilita a humanização e permite que nossa ação diminua o mal presente no mundo, aproximando-o do Sonho de Deus. Em seu sentido mais radical evangelizar é anunciar – realizar a grande Boa Notícia do sonho de Deus. Consiste em um grande e único movimento de transformação religiosa, social e econômica, que nos leva a reconhecer a Deus e a viver sendo o Seu Sonho-projeto amoroso na complexa realidade da história e humanização, criaturalização e santificação-divinização do mundo. Pode-se dizer por isso que onde homens e mulheres se tornam mais humanos, onde o mundo se torna mais justo e fraterno, aí está presente o espírito, ali de algum modo o Sonho de Deus está se tornando realidade, ainda que realidade frágil, não definitiva, ao mundo de um sacramento do Reino Definitivo. A promoção da justiça é considerada neste contexto não uma consequência de evangelização, mas parte constitutiva desta, sem naturalmente ser toda a evangelização.

Nesse sentido, o projeto *Sítios Agrícolas* pode ser considerado a expressão desse evangelizar mais ligado à promoção humana, pois possibilitou trabalho e renda para pessoas que viviam as injustiças do desemprego e do abandono social daquela época. Essa nova maneira de evangelizar também criou espaços de reflexão, aprendizagem e socialização; espaços denominados *formação de lideranças*, que tinham como objetivo contribuir com o desenvolvimento social e político daquela população.

Todavia, não queremos que essa descrição seja vista como uma supervalorização das ações dessa instituição, e tampouco dizer que essa maneira de evangelizar foi aceita por todos, tanto por parte de todo o clero quanto pela sociedade. Houve sim resistência de ambos, de um lado sacerdotes da ala mais conservadora que não comungavam com esse fazer pastoral e, de outro, uma sociedade, principalmente os grupos de políticos e empresários, que se viu ameaçada com o posicionamento da Igreja de Cametá.

De fato, em Cametá, conforme Frencken (2010), o então bispo Dom Cornélio Vernam não acolhia com entusiasmo as novidades que a Igreja propunha, em uma carta dirigida ao padre visitador¹⁴ da Holanda, ele se referia aos resultados do Concílio do Vaticano II, dizendo: “Aqui, por certo, pouco será aproveitado, talvez alguns direcionamentos. Novas ideias chegam bem devagar aqui e são, em geral, mais destrutivas do que construtivas” (FRENCKEN, 2010, p. 457).

Evidentemente, devemos levar em conta a origem europeia de Dom Cornélio e as dificuldades próprias de quem enfrenta outra cultura e outra forma de se viver a religião cristã, totalmente diferentes de sua tradição holandesa. Somam-se a isso as mudanças radicais que a Igreja de então propunha e os desdobramentos dessa proposta na realidade latino-americana.

Muitos bispos e padres, e também leigos, não conseguiram assimilar e aceitar essas ideias progressistas para aquele tempo. Contudo, não podemos omitir uma mentalidade senão colonialista ao menos carregada de um sentimento de superioridade do homem europeu para com os nativos da região amazônica. A postura de Dom Cornélio nos parece subestimar a capacidade da população local e também do clero.

Sousa (2002, p. 105-106) também faz um relato sobre Dom Cornélio Vernam, no qual fica evidente um certo descontentamento dos padres que atuavam na Prelazia de Cametá àquela época, pois as práticas pastorais adotadas por esse bispo não correspondiam ao novo movimento pastoral que a Igreja havia se proposto.

Desde 1952, a Prelazia era dirigida por um bispo de nome Cornélio. Segundo informações obtidas em Cametá, ele participou somente da primeira sessão do Concílio do Vaticano II – considerado o marco no processo de renovação da ação pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana – provavelmente por não concordar com o tipo de abordagem dada aos problemas sociais durante aquele concílio. Em 1969, já com a idade bastante avançada e com a saúde debilitada após diversas crises de malária, Dom Cornélio retornou a sua terra natal, a Holanda, ficando a direção da Prelazia a cargo de Padre Henrique, que assumiu a função de administrador apostólico. Tanto o Padre Henrique quanto a equipe de

¹⁴ Nomenclatura dada ao membro do governo central de uma congregação religiosa, neste caso da Congregação da Missão dos padres lazaristas.

padre holandeses já se mostravam descontentes com a ação pastoral da Igreja Católica em Cametá (SOUSA, 2002, p. 105-106).

Percebe-se, portanto, que, além de esse bispo não ser aberto às novidades pastorais, tampouco ele as considerava positivas. Talvez as inovações no fazer pastoral direcionadas pela Teologia da Libertação tenham rompido com sua concepção de evangelização: as desobrigas, os cultos aos santos, as celebrações eucarísticas e visitas paroquiais. E, por outro lado, a postura de padres tomando a frente das questões sociais e uma participação mais efetiva por parte dos leigos não deveria agradar a Dom Cornélio, um bispo considerado conservador para aqueles novos tempos.

Sousa (2002, p. 106) também transcreve uma entrevista com o padre Geraldinho, onde ele diz que “[...] com a saída do bispo foi imediatamente implementado o novo plano pastoral, objetivando a criação das Comunidades Cristãs”. Portanto, esse novo plano de pastoral, citado por Favacho (1984) e que também consta nos documentos da instituição, confirma que esse novo fazer pastoral foi motivado e planejado por padres que ficaram à frente da Igreja de Cametá na ausência do bispo, que não voltou mais a Cametá devido a uma enfermidade da qual mais tarde veio a falecer no seu país de origem.

Apesar de os projetos sociais terem sido motivados pelo novo fazer pastoral da Prelazia de Cametá, alguns deles foram coordenados por sacerdotes, dentre os quais se destacavam os padres João Boonekamp, Geraldo Parieden e João Tiago Poels, que, embora atrelados a uma instituição, acabaram tomando para si toda a responsabilidade do projeto e se empenhara em buscar recursos junto às suas famílias e instituições do seu país de origem.

No caso do projeto em estudo, *Sítios Agrícolas*, o padre João Boonekamp foi a pessoa responsável em conduzi-lo em Carapajó. Portanto, consideramos importante dedicar uma subseção para descrever a sua relação com esse projeto e com a localidade de Carapajó, onde ele residiu por mais de trinta e cinco anos.

1.3.2 Boonekamp e os *Sítios Agrícolas*

Johannes Gerardus Boonekamp, era de nacionalidade holandesa e chegou ao Brasil no ano de 1946. E, no ano de 1960, após quatorze anos trabalhando no Nordeste, foi destinado ao estado do Pará, especificamente à região onde fora instalada a Prelazia de Cametá. E, ao chegar nessa região, o padre João Boonekamp foi nomeado vigário cooperador da cidade de Tucuruí, ficando nessa localidade até o ano de 1964. Posteriormente, foi nomeado pároco de Carapajó e

permaneceu lá até o ano de 1999, quando retornou para a Casa Provincial, em Fortaleza, para cuidar da saúde, vindo falecer no ano de 2002, com oitenta e sete anos¹⁵.

Figura 11 – Vista do rio que passa em frente à vila de Carapajó



Fonte: Arquivo da pesquisa (2019).

Ao dialogar com as pessoas que vivenciaram a ação da Prelazia de Cametá nas décadas de 1960, 1970 e 1980, muitos expressaram que a iniciativa do padre João Boonekamp possibilitou uma profunda mudança de vida para muitas famílias, condenadas à pobreza e à miséria. Quem em nossos tempos ofereceria terra de forma gratuita, sem contrato de comodato, e ajudaria a comprar o que fosse necessário para plantar?

Essa questão somente pode ser respondida se levarmos em conta aspectos morais e religiosos, que guiam o comportamento cristão e que são superiores a interesses políticos e econômicos. Nesse sentido, Löwy (2000, p. 58) nos ajuda a refletir o porquê de sacerdotes se proporem a trabalhar em favor daqueles que se encontravam em situação de pobreza e exploração.

Sua dedicação à causa dos explorados tem como motivo razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica. Além disso, essa dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de ativistas cristãos nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes revolucionárias. Os próprios pobres se conscientizam de sua condição e se organizam para lutar como cristãos que pertencem a uma Igreja e são inspirados por uma fé. Se consideramos essa fé e essa identidade religiosa, profundamente arraigadas na cultura popular, só como um “envelope” ou “roupagem” de interesses sociais e econômicos, estaremos

¹⁵ Fonte: Arquivos da Prelazia de Cametá.

incorrendo no tipo de abordagem reducionista que nos impede de entender a riqueza e a autenticidade do movimento verdadeiro.

Conforme o excerto acima, padres como o Johannes Gerardus Boonekamp representavam um setor da Igreja mais sensível à situação de pobreza pela qual passava a América Latina, cuja realidade encontrada nos países do Terceiro Mundo apresentava um verdadeiro contraste em relação ao seu país de origem. Esse contato com países menos desenvolvidos “[...] levou muitos deles [padres e missionários estrangeiros] a uma verdadeira conversão moral e religiosa ao movimento de libertação dos pobres” (LÖWY, 2000, p. 75).

Portanto, o movimento de libertação dos pobres pode ser considerado uma espécie de ideologia fundamentada a partir da Teologia da Libertação, a qual levou padres, religiosos, leigos e inclusive mulheres e homens sem qualquer vínculo direto com a Igreja a entrarem na luta pela causa dos excluídos, dos empobrecidos. E, no caso da Prelazia de Cametá, destacaram-se as ações mais vinculadas à questão da saúde, da educação e do trabalho, com enfoque em atividades agrícolas que pudessem dar condições à sustentabilidade das famílias.

Favacho (1984, p. 100) informa que “[...] no final dos anos setenta alguns vigários passaram a orientar várias famílias no plantio da pimenta-do-reino, que na época era um dos produtos mais valorizados no mercado”. Portanto, todas essas experiências agrícolas, desenvolvidas pela Prelazia de Cametá nas localidades de Carapajó, Cupijó e Aricurá, tinham a pimenta-do-reino como a principal cultura, pois era o produto com alto valor no mercado e com um retorno financeiro considerável. Apesar disso, essa proposta de promover o homem pela agricultura não estava restrita ao cultivo da pimenta-do-reino:

O entusiasmo destes párocos e as necessidades sentidas nas viagens de visitas as comunidades, levou a Equipe Central a organizar cursos de agricultura, iniciando com horticultura. O interesse das comunidades logo se tornou manifesto, o que levou a Prelazia a criar, com auxílio financeiro de católicos da Holanda, um setor de pastoral destinado à promoção do homem na agricultura: o ensino de técnicas agropecuárias, a orientação sobre diversos tipos de cultura, sobre o valor nutritivo dos alimentos, sobre a situação do mercado, sobre as implicações do financiamento bancário, sobre os direitos do posseiro, animar e promover a união dos camponeses, a cooperação e solidariedade (FAVACHO, 1984, p. 100).

Como podemos observar, os padres foram os grandes incentivadores do cultivo da pimenta-do-reino, mas não estiveram restritos apenas a essa proposta. Eles também motivaram a produção de outras culturas, por meio da horticultura, e, principalmente, a organização da classe trabalhadora.

Sabe-se, inclusive, por meio de pesquisas acadêmicas, o quanto a Prelazia de Cametá esteve presente no baixo Tocantins e o quanto ela contribuiu com a organização de sindicatos,

cooperativas e da colônia dos pescadores. “Vale lembrar que a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Pesca (CPP), foi de fundamental importância para a compreensão ideológica e também a iniciadora da articulação e da mobilização dos pescadores artesanais na realidade contemporânea” (BARRA, 2013, p. 48).

Frencken (2010, p. 470) menciona que, além do padre João Boonekamp, os padres Geraldo Parieden e João Tiago Poels também “[...] passaram a orientar várias famílias no plantio da pimenta-do-reino, produto mais valorizado nessa época”, e acrescentou que:

O entusiasmo deles, e o próprio povo querendo melhorar de vida, fizeram com que algumas famílias se empregassem em grandes pimentais e cacoeiros, enquanto outras, vendo os resultados positivos desta forma de agricultura, mudassem o seu modo de trabalhar na terra, passando de uma agricultura de terra queimada para plantios permanentes.

Apesar de Frencken (2010) descrever que o tipo de agricultura que esses padres estavam tentando implementar tivesse como um dos objetivos contribuir com a mudança da cultura de queimadas, infelizmente, para o tipo de produto que eles estavam investindo, a pimenta-do-reino, estava longe de ser uma atividade de cultura diversificada. Todavia, alguns trabalhadores de Carapajó nos relataram da insistência do padre João Boonekamp em que eles pudessem plantar outras culturas. “Iá, pimenteira não dá banana, nem alface, nem laranja...”, dizia o padre Joãozinho¹⁶.

Detectamos durante a análise dos dados que padre João Boonekamp centralizou em suas mãos a coordenação dos *Sítios Agrícolas*, ao ponto de identificarmos nesse projeto mais a sua pessoa do que da própria Prelazia de Cameté. Esse religioso investiu todo o valor que ele herdou de sua família biológica, pedia ajuda financeira a amigos de seu país de origem e inclusive ao governo da Holanda para levar à frente não só o projeto dos *Sítios Agrícolas*, mas também outros projetos como: marcenaria, oficina de motores, escolas, construção de casas, entre outros, todos desenvolvidos na comunidade de Carapajó.

Não menosprezamos todas essas ações que são boas em si e que, em grande parte, eram de competência do Estado. De certo que essa postura de tomar para si um projeto não é incomum em religiosos, e até os dias atuais alguns deles ainda se enveredam por uma proposta social, enfrentando com isso a desaprovação de sua própria congregação ou do bispo local.

No entanto, questionamo-nos de onde vem essa centralização de tudo que envolvia o projeto *Sítios Agrícolas*. O padre João Boonekamp não confiava nos seus trabalhadores, no

¹⁶ Relato do senhor Gerson Lopes em visita de campo para elaboração do projeto de pesquisa do mestrado.

povo, nos técnicos da prelazia? Por que tomou para si o trabalho social em detrimento das orientações da instituição a que ele estava ligado? Ele investia tempo e dinheiro, tinha retorno financeiro? Era realmente um projeto de promoção humana? Por que ele não passou a titularidade da terra para os trabalhadores? Desconfiava das pessoas ou o custo seria grande? Ou simplesmente não ligou para isso?

Estes são alguns dos questionamentos que surgiram durante esta pesquisa. Todavia, não temos pretensão de respondê-las em sua totalidade, mas procuramos averiguar com maior fidelidade possível todo o processo de implantação do projeto *Sítios Agrícolas*, respeitando os sujeitos envolvidos e suas memórias.

Esse primeiro capítulo, portanto, procurou evidenciar as questões que levaram o surgimento do projeto *Sítios Agrícolas*, considerando desde a questão da terra como direito à propriedade e como espaço de vida. Também apresentamos algumas ações desenvolvidas pela Prelazia de Cameté em vista da promoção humana, dando evidência ao padre João Boonekamp, pessoa que idealizou essa proposta agrícola e a conduziu na localidade de Carapajó.

No capítulo a seguir, buscamos verificar como se deu a implantação dos *Sítios Agrícolas*, assim como os processo de formação e acompanhamento desse projeto. E, para a construção desse capítulo, daremos evidência às narrativas dos sujeitos que fizeram parte dessa experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980.

CAPÍTULO II – OS *SÍTIOS* EM MEMÓRIAS

Para a construção deste capítulo, o contato com os trabalhadores rurais foi muito importante, pois, além de ouvi-los, foi possível conviver com as pessoas que vivem naquele lugar. Pisar na terra que abriga e dá alimento, sentar à mesa para partilhar o café e reviver, por meio das narrativas, os primeiros passos que esses sujeitos deram para a implantação dos seus sítios.

Desse modo, coletar informações através das narrativas nos coloca de maneira privilegiada no cotidiano desses sujeitos, visto que, nesse contato, foi possível perceber a vivacidade da história oral. E foi nesse contexto de encontros e partilhas que, pouco a pouco, o objeto de estudo desta pesquisa foi sendo delineado, pois “[...] uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista” (ALBERTI, 2004, p. 34).

Neste capítulo, portanto, queremos compreender como se deu a implantação dos *Sítios Agrícolas* na localidade de Carapajó e os processos de acompanhamento e de formação dos trabalhadores rurais que estavam inseridos nos projetos agrícolas desenvolvidos pela Prelazia de Cameté. E, para melhor trabalhar esse capítulo, nós o dividimos em três tópicos, a saber: “A memória sobre a implantação dos *Sítios Agrícolas*”; “Os processos de acompanhamento e formação dos trabalhadores rurais” e “As relações de trabalho e as formas de produção nos *Sítios Agrícolas*”.

Conforme descrito na introdução deste trabalho, as principais fontes desta pesquisa foram os sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras que fizeram parte desse projeto, que fizeram experiência agrícola desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980, em Carapajó. E, para este capítulo, consideramos, principalmente, as narrativas dos senhores Lucivaldo, Afonso, Manoel Timóteo, Gerson e Pelópidas, e das senhoras Jandira e Santana, pois todas essas pessoas permanecem em seus sítios e continuam atuando na agricultura.

Também tivemos contato com as pessoas que desistiram do projeto: Romário, João Pereira, Anália, Isabel, Benedito e Maria Zeneide. Essas, por sua vez, terão mais visibilidade no terceiro capítulo, no qual trabalhamos as rupturas e permanências do projeto *Sítios Agrícolas*. Além dessas pessoas, consideramos importante dialogar com pessoas que vivenciaram ou testemunharam essa experiência agrícola dos *Sítios Agrícolas*.

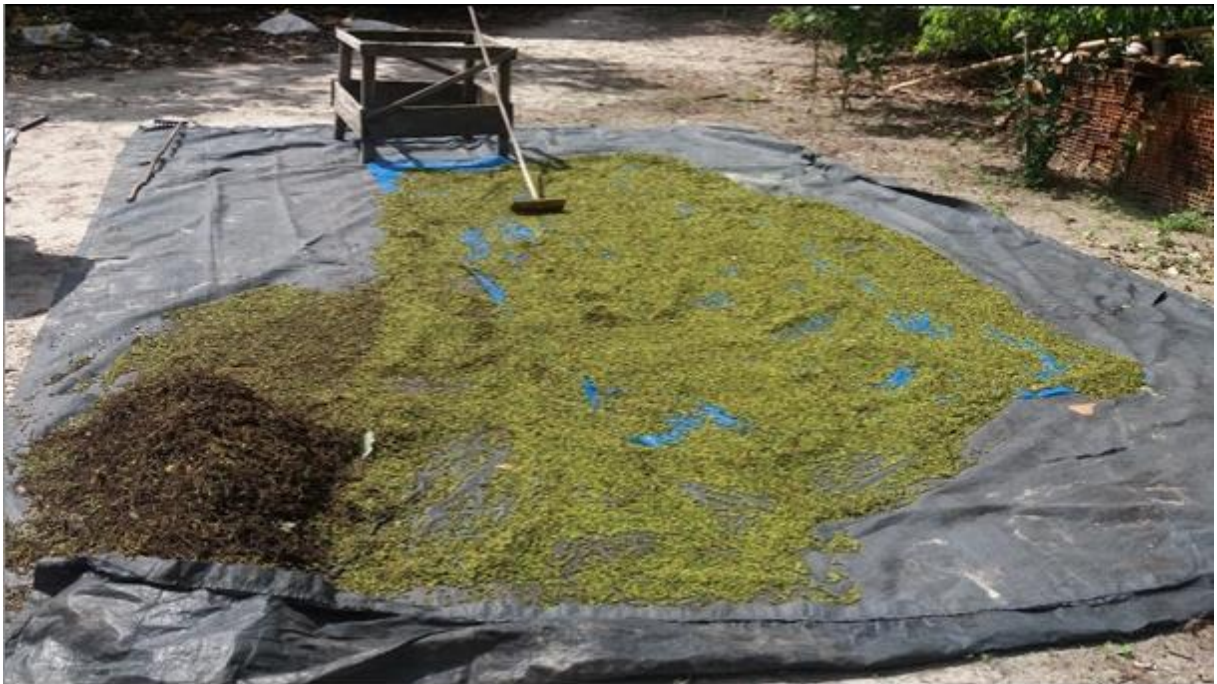
2.1 A MEMÓRIA SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS *SÍTIOS AGRÍCOLAS*

Para Silveira (2007, p. 41), “[...] a história oral produz narrativas orais, que são narrativas de memórias”; nesse sentido, consideramos a memória como base para a oralidade, e foi por meio das narrativas, do diálogo e da escuta com as pessoas que direta ou indiretamente tiveram contato com o projeto *Sítios Agrícolas*, que se buscou compreender o processo de implantação desse projeto na localidade de Carapajó.

Conforme informamos no capítulo anterior, o padre João Boonekamp foi a pessoa que conduziu essa experiência agrícola, que consolidou duas colônias agrícolas na localidade de Carapajó: Colônia São Vicente e Colônia Ponta Grossa. E, apesar de esse padre propor um modelo de colônia com uma agricultura mais diversificada, haja vista que a monocultura da mandioca era quase que a única produção agrícola naquela região, foi a cultura da pimenta-do-reino que mais atraiu os agricultores.

Segundo Filgueiras *et al.* (2004), no ano de 1982, o Pará foi o Estado que mais produziu pimenta-do-reino, e Cametá foi o terceiro município que mais produziu essa cultura no Brasil, chegando a 6.353 toneladas. Esse número é muito expressivo para uma região que, até o início da década de 1970, não possuía nenhum tipo de produto comercializável no Norte do Brasil, e tampouco para exportação.

Figura 12 – Pimenta-do-reino em fase de secagem



Fonte: Arquivos de pesquisa (2018).

Como parte do processo de implantação dos *Sítios Agrícolas*, o padre João Boonekamp teve que primeiramente conseguir recursos financeiros para adquirir as terras, pois as propriedades onde foram instaladas as duas colônias não pertenciam à Igreja Católica de Cametá. Essas terras, portanto, foram adquiridas pelo padre João Boonekamp e somente mediante isso foi possível iniciar as atividades voltadas para o desenvolvimento do homem pela agricultura, conforme havia sido proposto no novo plano de pastoral da Prelazia de Cametá (FAVACHO, 1984; SOUSA, 2002).

Conforme os dados obtidos na pesquisa, o primeiro recurso financeiro para a implementação desse projeto procedeu de uma herança familiar destinada ao padre João Boonekamp e, talvez, por ele ter sido religioso e ter feito votos de pobreza, se desprendeu desse valor, destinando-o à agricultura: “[...]o primeiro recurso que veio pra cá foi de herança, né. E ele investiu aqui, né. Comprou terra e tal”, relatou o senhor Lucivaldo.

Esse desprendimento por parte do padre João Boonekamp pôde ser pelo fato de ele ter pertencido a uma congregação religiosa e, como religioso, ele não poderia ter bens registrados em seu nome. E também, como relatamos no capítulo anterior, a congregação à qual esse padre pertencia estava a serviço da Igreja de Cametá, logo todas as suas ações deveriam estar ligadas a essa instituição.

Segundo dados obtidos nos arquivos da Prelazia de Cametá, com esse recurso, o padre João Boonekamp adquiriu uma extensa propriedade de terra na localidade de Carapajó, local onde foi implantada a Colônia São Vicente¹⁷. E, alguns anos depois, foi adquirida uma segunda propriedade, também em Carapajó, e essa, por sua vez, foi destinada à Colônia Ponta Grossa. Ambas as propriedades de terras foram registradas em nome da Prelazia de Cametá do Tocantins, pois, como relatamos anteriormente, o padre João Boonekamp pertencia à congregação religiosa que estava responsável pela Igreja de Cametá.

Quanto aos nomes das colônias, segundo os sujeitos desta pesquisa, o padre João Boonekamp nomeou a primeira colônia de São Vicente de Paulo para fazer de referência à sua congregação religiosa, haja vista que esse santo é o fundador dos padres lazaristas. E a segunda propriedade, adquirida alguns anos depois, já tinha sido denominada Ponta Grossa pelo antigo proprietário, e apenas foi acrescentada a palavra colônia.

¹⁷ A Diocese de Cametá não localizou a escritura da propriedade onde foi instalada a Colônia São Vicente, mas tivemos acesso a uma certidão da Colônia Ponta Grossa, na qual informa-se que a propriedade era composta por 100 hectares e foi adquirida por Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), no ano de 1979.

Algumas pessoas da localidade de Carapajó nos informaram que a denominação “Ponta Grossa” fazia referência à geografia dessa terra, cuja propriedade possuía uma extensão grossa, ou seja, maior do que a comum nos limites com outras propriedades e/ou com vias/estradas. Portanto, essa característica pode ter influenciado o antigo proprietário a denominar essas terras sob a titularidade de “Ponta Grossa”.

Apesar de o padre João Boonekamp ter mantido essa relação com a congregação e com a Igreja de Cametá, nos parece que ele era a pessoa que buscava levar adiante essa proposta de desenvolvimento agrícola proposto no novo plano de pastoral da Prelazia de Cametá, pois, as narrativas dos trabalhadores rurais demonstraram que o padre João Boonekamp não media esforços para angariar recursos em favor das Colônias São Vicente e Ponta Grossa. Chegando, inclusive, a proferir discursos/reflexões sobre a realidade da Amazônia brasileira, os problemas sociais e a ausência do Estado, em espaços públicos fora do Brasil, como podemos constatar na narrativa a seguir:

Eles faziam todo ano uma viagem lá pra Europa [padres Joãozinho e Geraldinho], terra deles que é a Holanda. E lá o padre Joãozinho no momento em que ele chegava no Aeroporto, naquele tempo não tinha vídeo de nada, ele pegava o alto falante lá, o aparelho de alto falante, e contava uma história aonde era que ele estava e a miséria que nós vivia aqui, aquilo comovia o povo lá e era muito doação que ele recebia pra trazer pra cá, ele trazia de navio, que ele não podia trazer de voo, ele trazia de navio pra cá (GERSON).

Quando o senhor Gerson diz que “Eles faziam todo ano uma viagem lá pra Europa”, ele se refere ao padre João Boonekamp e ao padre Gerardus Pariden, pois ambos desenvolviam projetos de agricultura na região de Cametá, mas com processos de financiamento diferentes. Além dos processos de financiamento, o acompanhamento técnico e a gestão dos projetos mais ligados à Prelazia de Cametá também eram diferentes em relação ao projeto *Sítios Agrícolas* desenvolvido em Carapajó.

2.1.1 Os trabalhadores rurais dos *Sítios Agrícolas*

Apesar de todo esforço no processo de investigação documental, não conseguimos obter um número exato das pessoas que esse projeto agregou. Há informações que mais de cem trabalhadores rurais puderam viver a experiência do cultivo da pimenta-do-reino por meio dos *Sítios Agrícolas*, projeto que fazia parte de uma estratégia produtiva de transformação social daquela região pela agricultura (FAVACHO, 1984; SOUSA, 2002).

As narrativas dos primeiros sujeitos que fizeram parte desse projeto nos informaram que mais de 100 (cem) pessoas fizeram parte somente na Colônia São Vicente, e um número

pouco menor participou da Colônia Ponta Grossa. A entidade, por sua vez, através dos seus atuais colaboradores, nos informou que, na última fase do projeto, em Carapajó, aproximadamente 70 (setenta) famílias ainda estavam desenvolvendo atividades agrícolas, mas não dispõe de nenhum registro que comprove isso. E tampouco possui documentos que possam qualificar tais informações.

Apesar desses desencontros de dados, a última pessoa a trabalhar diretamente com o padre João, o senhor Lucivaldo, informou que, na fase final do projeto, estavam registradas 43 (quarenta e três) pessoas. E, mesmo sem ter documentos da época, pois com a saída do padre João Boonekamp muitas coisas foram extraviadas, ele fez a próprio punho uma relação com os nomes dos trabalhadores rurais. E, com o auxílio desse senhor, acrescentamos a localização dos sítios nas colônias e outras informações essenciais para o andamento dessa pesquisa, como podem ser observadas no Anexo C.

Todavia, nem todas as informações estão completas, inclusive alguns trabalhadores foram denominados apenas por apelidos, pois o senhor Lucivaldo não recorda mais dos nomes de alguns deles. Mas, apesar dessa fragilidade, foi por meio dessa fonte que pudemos dar prosseguimento à nossa pesquisa e entrar em contato com algumas pessoas que fizeram parte do projeto *Sítios Agrícolas*, pois “[...] é preciso investigar como o fato se transforma em coisa” (ALBERTI, 2004, p. 40).

Para investigar o fato, precisamos verificar o contexto desse acontecimento e o que ele significa na atualidade, situação que Alberti (2004) descreve como o presente do passado. Em vista disso, perguntamos para esses trabalhadores como eram as suas vidas antes do projeto e como ela ficou depois da vivência nos *Sítios Agrícolas*. Antes de adentrarmos aos depoimentos, faz-se necessário esclarecer que cada entrevista de história oral segue um percurso, por isso nem todos os sujeitos descreveram essa questão em suas narrativas.

De forma geral, muitos deles disseram que residiam na região ribeirinha e viviam do extrativismo, como foi o caso dos senhores Afonso e Lucivaldo. Outros falaram que, para poder sustentar suas famílias, trabalhavam em fazendas e pimentais de empresários e políticos em várias localidades do Pará, mas as condições de trabalho e salário também eram difíceis. Além disso, muitos deles chegaram a viver uma espécie de “semiescravidão”¹⁸, ou seja, um tipo de trabalho análogo à escravidão, em condições degradantes de trabalho e moradia.

¹⁸ Expressão usada pelo sr. Pelópidas para expressar a situação de exploração no trabalho desenvolvido nos pimentais.

O senhor Pelópidas foi um desses sujeitos que trabalhou por muitos anos em Tomé-Açu até conseguir se inserir no projeto dos *Sítios Agrícolas*: “Eu fui trabalhar para japonês. Aí, depois que eu arrumei um lote lá. Aí trabalhava. Era posseiro. Não era minha terra, eu não tinha documento”. Nessa narrativa podemos perceber que esse senhor não se considerava proprietário da terra que trabalhava em Tomé-Açu, pois ele não tinha escritura e nem um documento que pudesse comprovar que a terra era dele.

Por anos esse senhor trabalhou em Tomé-Açu, mas seu filho residia em Carapajó para poder estudar. Em uma ocasião, ele veio visitar o seu filho e, nesse momento, despertou nele a vontade de retornar à sua terra e isso coincidiu com a necessidade de o padre João Boonekamp necessitar de alguém com experiência para gerenciar uma das colônias, conforme ele expressou na narrativa abaixo:

A minha vinda para cá, para essa colônia aqui, foi que eu morava em Tomé-Açu, trabalhava lá, e o meu filho Rogério vinha estudar para cá. Aí, no início do ano, ele veio para cá e ficamos lá. Aí, no meio do ano, me deu vontade de passear com ele, aí eu vim. Quando eu cheguei aí, a vontade dele já era que eu viesse de volta. Eu estava há 20 e poucos anos em Tomé-Açu. E um dia eu cheguei lá em casa da feira e falei “se eu arrumasse um terreno por aqui, eu ia comprar, ia vir me embora de lá”. Era o que o meu irmão queria. [...] meu irmão veio aqui [...] e falou assim “Padre João lá tem um serviço e tem um senhor lá que tem uma terra para vender. Ele tem dois hectares”. Aí já acertou para mim aqui e eu voltei.

A senhora Jandira, por sua vez, informou que sua família sobrevivia da pesca, seu esposo, já falecido, teve contato com o padre João Boonekamp e algum tempo depois ele os convidou para fazer parte da Colônia São Vicente e até os dias atuais sua família reside no sítio e desenvolve atividades agrícolas.

A gente vivia de pesca. Meu marido pescava, aí trazia aqueles peixes e a gente comia, a gente se alimentava. Assim nós fomos criando nossos filhos [...]. A gente conheceu o padre João, começou a dar esse serviço aqui, depois deu o terreno. Padre João foi uma pessoa muito cem por cento nessa vida. Ele ajudou bastante. Ajudou mesmo. Depois a gente fez a casa para cá (JANDIRA).

Uma outra grande mulher que tivemos o privilégio de conhecer foi a senhora Santana, uma pessoa que criou praticamente sozinha os seus filhos e cuidou dos sítios. Ela nos relatou que: “[...] a vida da minha família era de lavrador, né. A gente sempre trabalhou na roça. Aí depois que eu arrumei um homem, meu marido, a gente se mudou para morar na vila, aí na vila. Aí depois o padre estava doando essas terras né, aí ele nos deu aqui. Doou aqui para a gente”.

Figura 13 – Santana em seu sítio localizado na Colônia São Vicente



Fonte: Arquivos de pesquisa de campo (2019).

Conforme informamos anteriormente, também perguntamos aos sujeitos desse projeto o que mudou na vida deles depois da experiência dos *Sítios Agrícolas*. O senhor Gerson relatou que foi mais do que ele esperava, tanto do aspecto da moradia quanto da luta social em busca de melhoria da qualidade de vida no campo.

[...] ela foi muito além do que a gente esperava né, por exemplo, hoje você vê a minha morada, se eu levar toda a morada do meu irmão, todos os pequenos produtores daqui, é quase todo esse padrão, a questão política veio a eletrificação, que não se deve também menosprezar, né, por que já pensou se nós não tivemos uma política que foi a Partido dos Trabalhadores que trouxe essa bendita energia vinte e quatro horas, que se tinha aquele motorzinho, tinha duas horas de energia na casa, vamos dizer que hoje gastasse vinte reais, com combustível, manutenção, ou mais, uns cinquenta reais [...]. Eu pago por oito reais. Então esta aqui foi a vantagem do político dentro da agricultura, da agricultura familiar (GERSON).

O senhor Afonso, um dos primeiros a fazer parte desse projeto, informou que muita coisa em sua vida e, principalmente, o conhecimento que ele adquiriu acerca da terra e das formas de plantio, de produção agrícola:

Mudou muita coisa, mudou e depois desmudou. Numa coisa eu fiquei seguro, porque eu aprendi a trabalhar mais um pouco, porque o conhecimento pra planta e pra terra, não é só pimenta que eu mexo. Eu plantava capoeira da conta, eu plantava macaxeira da conta, eu planta banana da conta [...] (AFONSO).

Ao relacionar essas duas falas, percebemos o senhor Gerson expressa contentamento por ter conseguido fazer parte de um processo de luta por direitos sociais básicos, como o acesso à luz elétrica. Por outro lado, o senhor Afonso demonstrou um certo desânimo, pois, quando

ele usa a expressão “desmudou”, ele se refere às pessoas que não possuem relações com espaço, principalmente aqueles que não fizeram parte do projeto *Sítios Agrícolas*.

Para esse senhor, “[...] tem muito que planta [...]. Planta e larga aí, não tá nem aí se prestou, se não prestou, como é que tá”. Essa fala do senhor Afonso revela um certo descontentamento para com a maneira que alguns agricultores da contemporaneidade se relacionam com a terra, ao ponto de denunciar em sua narrativa o descuido que esses novos agricultores têm com a terra e as plantações.

Talvez essa leitura realizada pelo senhor Afonso seja resultado de sua experiência de anos como agricultor e de sua relação com o espaço onde foram implantadas as colônias São Vicente e Ponta Grossa, pois, notamos em sua fala um sentimento de pertença. E, mais do que esse sentimento de pertença, a narrativa do senhor Afonso revela ainda um forte sentimento que relaciona justiça e direito à terra, às formas de vida e de trabalho no campo.

2.1.2 Seleção das famílias e distribuição das terras

Como observamos no decorrer do texto, os *Sítios Agrícolas* se apresentam como um projeto mais de cunho pessoal, tendo o padre João Boonekamp como o principal idealizador e a Prelazia de Cametá apenas como instituição à que ele, como padre, estava ligado, e, no máximo, como a responsável jurídica, pois, era necessário uma figura jurídica para alguns encaminhamentos legais.

Em relação à seleção das famílias, não encontramos registros documentais quanto aos critérios estabelecidos para participar desse projeto nas colônias em Carapajó. E, durante a pesquisa de campo, constatamos, por meio das narrativas, que as famílias foram selecionadas de várias maneiras. Portanto, não foram estabelecidos critérios formais de acesso ao projeto, mas o padre João Boonekamp, à sua maneira, selecionou os possíveis trabalhadores rurais para essa experiência agrícola.

O senhor Pelópidas informou que um dos critérios adotados pelo padre João Boonekamp era que o trabalhador demonstrasse responsabilidade: “[...] tinha que ser gente de responsabilidade, gente honesta [...]. No meio de muitos, tem uns que são bagunceiros. E esses aí não tinha vez”. Por outro lado, o senhor Lucivaldo relatou que a questão econômica também era um critério, haja vista que esses projetos implementados pela Prelazia de Cametá visavam à promoção das pessoas que se encontravam sem trabalho para sustentar suas famílias.

O critério maior era a situação econômica, como falei não era muito religioso, não precisava ser católico mesmo pra pegar o que tinha. Primeiro era você querer, e

tinha que ajudar ele pra querer ser ajudado, e ajuda não era dar, era ajudar que as coisas funcionasse, aí o critério era esse mesmo, e tinha responsabilidade com o pagamento, resolver, porque afinal de contas a melhor forma de financiamento que tinha aqui era equivalente ao produto (LUCIVALDO).

Assim como o senhor Lucivaldo, a senhora Isabel disse que um dos critérios que o padre adotava era a situação da família:

O padre João era assim, ele, eu sempre dizia assim que o padre João era um profeta na nossa vida. Ele era uma pessoa muito observadora. Ele observava as pessoas que queriam trabalhar, as pessoas que tinham necessidade na época. Porque, por exemplo eu, mesmo sendo professora, na época eu ganhava 71 cruzeiros. Mas o meu marido não tinha nenhum emprego. O meu marido não tinha nenhum emprego. Aí, quer dizer, a gente se mantinha do que eu ganhava. Algumas vezes ele ia ali para a beira, pegava um pescado, revendia e fazia e a gente ia sobrevivendo. Então ele via essa parte. A necessidade das famílias.

A senhora Jandira disse não conhecer nenhum critério, ela acredita que, pelo fato de o padre conhecê-los, esse foi um dos motivos de ele os ter inserido nesse projeto: “Não, só conhecia [referia-se que não houve critério]. Porque logo no início em que a gente veio para cá, nós fizemos a casa, morávamos aqui [na vila de Carapajó], e o padre João chamou ele para trabalhar para ele. Trabalhou para o padre João”.

A senhora Jandira também informou que o padre João Boonekamp contemplou no projeto primeiramente as pessoas de Carapajó, sobretudo as famílias que não dispunham de terra nem para a moradia e nem para trabalho: “Ele começou a dar para as pessoas aqui [...]. Ele falava ‘e aí gente, vou passar um pedaço de terra para você trabalhar’. E aí a gente conversou. Aí ganhamos esse terreno aqui. Esse terreno que o padre João dava, né”.

Com base nas narrativas dos trabalhadores rurais que fizeram parte do projeto dos *Sítios Agrícolas*, a questão econômica e a relação próxima com o padre foram os meios mais comuns de acesso a esse projeto. E mesmo que esses meios de acesso ao projeto não fossem formalizados, estabelecidos em documentos, essa pesquisa revelou, por meio das narrativas, que esses foram os critérios adotados pelo padre João Boonekamp. Todavia, não parece justa essa maneira que o padre adotou para selecionar as famílias, pois, apesar de a maioria delas se encontrar em situações difíceis e ter relações de amizade com ele, ao mesmo tempo outras pessoas desconhecidas também não tinham condições econômicas para sustentar suas famílias.

No que tange à distribuição das terras, alguns sujeitos que participaram do projeto nos informaram que a terra não foi vendida para eles, mas também não foi doada. E, após analisar as narrativas, parece-nos que os lotes foram, de certa forma, cedidos/disponibilizados para que as famílias pudessem ter um espaço para viver e sobreviver através da agricultura. Outras

peças que também fizeram parte do projeto, principalmente aquelas que venderam os lotes, disseram que a terra foi doada pelo padre João Boonekamp, mas durante as entrevistas de história oral não quiseram aprofundar essa questão.

Contudo, nesse momento, não iremos aprofundar essa questão, queremos primeiramente verificar como se deu a distribuição das terras para as famílias à época em que o projeto estava sendo desenvolvido. No tocante a esse tema, tivemos dificuldades com as informações, pois, como se trata de um bem que ainda não foi resolvido junto à Prelazia de Cameté, muitos evitaram falar sobre esse tema.

O senhor Afonso nos informou que o padre João Boonekamp repassou dois hectares de terra para cada trabalhador rural e sua família desenvolverem atividades agrícolas. Esse senhor também nos relatou como se davam as formas de produção, e que cada trabalhador rural tinha como meta, estabelecida pelo padre, de plantar mil e quinhentos pés de pimenta-do-reino, como podemos observar na narrativa a seguir:

Deu, era dois hectares... dois hectares pra cada um. E lutei, lutei [...]. Ele [referindo-se ao padre João] deu, mil e quinhentos pra cada um agricultor, mil e quinhentos pé de pimenta. Depois foi e falou com três anos eu pagava. Pagava com pimenta também, o meu deu 900 [referindo-se a sua produção] não deu uma tonelada [...] antes de completar os três anos eu paguei pra ele. Ele falava na igreja, ah o homem trabalhador, o homem honesto (risos). Antes dele completar, só que ele não me deu o recibo da quitação, ele não me deu (AFONSO).

O senhor Timóteo, por sua vez, nos relatou que “[...] o padre Joãozinho olhava o terreno e dizia: daqui até ali é sua parte. Depois passe com o gerente para pegar o dinheiro e iniciar a sua plantação”. Entretanto, na segunda parte da nossa pesquisa de campo, a qual contemplou os trabalhadores rurais que desistiram do projeto, o senhor Romário nos informou que havia sim uma pessoa que era responsável pela demarcação dos lotes. Inclusive, disse que o padre João era muito organizado quanto a essa questão, pois o projeto abrangia uma propriedade de terra extensa, e que também envolvia muitas pessoas. Por isso, era necessário ter uma certa organização quanto à divisão dos lotes.

Portanto, há controvérsias entre os sujeitos participantes do projeto *Sítios Agrícolas* sobre esse processo de distribuição das terras, assim como não há um consenso se houve ou não a doação dos lotes. Essa contradição pode ser considerada como uma espécie de Memória dividida, em que os sujeitos envolvidos no projeto não estabeleceram uma uniformidade em suas narrativas, ou seja, suas memórias e a relação com o passado não têm um único ponto, mas sim estamos à frente de um fenômeno de plural, pois:

[...] quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se passa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra ideológica e culturalmente mediadas (PORTELLI, 1996, p. 109).

Também constatamos, por meio das narrativas, que, apesar de o padre ter repassado o lote para o cultivo e também para a moradia, em nenhum momento ele dizia que a propriedade passaria a ser dele, e tampouco forneceu um documento em que se estabelecia essa situação. Alguns trabalhadores participantes do projeto e que ainda estão atuando não se consideram proprietários das terras, outros já venderam sem mesmo ter documento.

A gente sabe que esta terra, esta aqui, é da diocese. Ela paga tudo, os impostos. O Dom Jesus dizia que “quem está lá é dele, eu não quero e ninguém deve querer, não sei se outro bispo né, vai entender diferente”. Mas se ele quisesse, só que aqui existia o usucapião né? (LUCIVALDO).

Percebemos, na fala do senhor Lucivaldo, que ele tem consciência que a diocese paga os impostos e continua sendo a proprietária de direito. No entanto, ele também sabe que, pelo tempo que os trabalhadores rurais estão na terra e pela decorrência da sua utilização, de maneira contínua e incontestadamente, já os tornam “proprietários”. Isto é, eles adquiriram a posse da terra pelo tempo que nela vivem. Assim sendo, as pessoas que fizeram parte desse projeto reconhecem essa questão da terra por registro histórico, mas, de fato, sabem que as terras são suas.

O senhor Lucivaldo nos informou ainda que não era feito nenhum contrato ou qualquer outro documento sobre a questão da terra, ou seja, tudo se dava através de um acordo “apalavrado” entre o padre João Boonekamp e o trabalhador rural. Portanto, nos parece claro que não houve a doação das terras, haja vista não haver nenhum documento sobre essa questão.

Em relação às pessoas que desistiam de realizar atividades agrícolas, mas que continuavam na propriedade, fomos informados que elas não foram obrigadas a devolver os lotes e tampouco o padre João Boonekamp cobrou o valor do financiamento. Porém, ele não voltava a investir, e talvez pelo fato de esses trabalhadores não terem outra fonte de financiamento, alguns, inclusive, abandonaram as terras.

Também houve pessoas que devolveram o lote, e o padre o destinava a outro trabalhador rural e sua família. Assim sendo, um novo ciclo de financiamento e produção era iniciado nas terras. Todavia, foram poucos casos relatados a esse respeito, e não conseguimos contactar nenhuma pessoa que passou por esse processo.

Uma outra questão em relação aos lotes concedidos pelo padre, é sobre a extensão da propriedade e os limites dos hectares. Há um entrave entre aqueles que, de fato, participaram dos *Sítios Agrícolas* em relação a outras pessoas que adquiriram/compraram as terras de pessoas que desistiram do projeto, pois, como ambos não possuem documentos com as demarcações corretas, isso acaba gerando atritos. E, ainda, existem situações de desavenças familiares.

Conforme o senhor Lucivaldo, essas situações geraram inúmeros conflitos e também contribuíram para travar o processo de legalização das terras junto à Prelazia de Cametá, hoje Diocese de Cametá. Esse senhor também nos informou que já houve várias tentativas por parte dessa instituição para realizar o processo de legalização dos lotes junto aos agricultores, mas sem êxito.

Como já informamos, o projeto *Sítios Agrícolas* das colônias de Carapajó, apesar de ser uma proposta ligada à Prelazia de Cametá, após analisar as fontes orais, os dados apontaram que o padre João Boonekamp foi o grande idealizador dessa proposta, que, em consonância com esse novo Plano de Pastoral da Igreja de Cametá, não mediu esforços para levá-lo adiante. Este projeto também foi considerado por alguns trabalhadores rurais como a primeira proposta de reforma agrária, haja vista que foi a partir dos *Sítios Agrícolas* que alguns deles tiveram acesso à terra, como bem expressa o senhor Gerson:

No município de Cametá foram dois [padres que apoiavam os projetos agrícolas], o padre Geraldinho lá daquele lado, o padre Joãozinho aqui desse lado, que alavancaram esse projeto. Projeto que eu falo é de Reforma Agrária. Eles fizeram a Reforma Agrária de fato aqui no município de Cametá, padre Joãozinho daqui [Carapajó] e Geraldinho de lá [Cametá] (GERSON).

Não obstante, as Colônias de Carapajó não podem ser consideradas área de reforma agrária, pois não houve nenhum processo legal de redistribuição de terra e tampouco de apropriação desse território por meio de alguma organização social de trabalhadores rurais. A terra foi cedida para que o trabalhador rural pudesse desenvolver a sua produção agrícola, e, apesar de muitos deles acreditarem que só o fato de o padre João Boonekamp ceder o espaço para a agricultura eles já se tornariam proprietários, não existiu nenhum documento legal por parte da Prelazia de Cametá que repassasse, de fato e de direito, a propriedade da terra.

Portanto, esses trabalhadores não faziam parte de nenhum movimento de luta pela terra, e, conseqüentemente, a questão da reforma agrária não se aplica a esse caso. Essa terra, que tinha como proprietária legal a Prelazia de Cametá, em nenhum momento foi ocupada e nem desapropriada para ser destinada à reforma agrária, mas sim foi loteada pelo padre João

Boonekamp e repassada de forma “apalavrada” para que os trabalhadores rurais pudessem cultivá-la para a subsistência de suas famílias.

Conforme Fernandes (2000), o acampamento e o assentamento dos sem-terra são processos distintos, porém, lineares, pois ambas ações são importantes para o passo seguinte, a posse, pois esses dois movimentos permitem ao sem-terra criar uma relação com a terra. A conquista da terra deve ser analisada para além da sua posse, ou seja, deve ser tida como processo de luta para permanecer nela.

O acampamento é o espaço/tempo de transição entre a ocupação e a posse da terra. São formas de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do Movimento; o assentamento representa a territorialização do movimento, entendida como apropriação de uma fração de espaço determinada. Este processo realiza-se através da projeção do trabalho, revelando relações de produção e consequentemente relações de poder diferenciados (FERNANDES, 2000, p. 67).

Nesse sentido, a metodologia utilizada pelo padre João Boonekamp nos sítios em Carapajó pode ser considerada inovadora para aquela época, mas é diferente dos moldes pensados pelo Movimento Sem-Terra (MST), isto porque os trabalhadores rurais que fizeram parte do projeto não estavam organizados em nenhum movimento de acesso à terra; muitos deles eram ribeiros, cujo extrativismo era a maneira única fonte de subsistência; outros eram lavradores, empregados agrícolas, em pimentais dos municípios de Cametá, Mocajuba e Tomé-Açu.

2.1.3 Financiamento para a produção da pimenta-do-reino

No tocante às formas de financiamento para a produção de pimenta-do-reino, realizadas na região do baixo Tocantins, Sousa (2002) expressou em sua pesquisa que a Prelazia de Cametá foi a principal instituição de financiamento desse produto nas décadas de 1970 e 1980. E, mesmo que o financiamento da Igreja Católica fosse considerado informal, foi por meio dessa instituição que os pequenos produtores puderam ter acesso ao recurso financeiro.

Essa maneira informal de acessar recursos financeiros por meio da Prelazia de Cametá, sem muita burocracia e sem juros, era bem diferente dos processos estabelecidas pelas instituições financeiras formais.

A instituição bancária estabelecia a relação creditícia com base em normas que regulavam os juros e se orientavam ao apoio às políticas de crédito agrícola do Estado Brasileiro, assumidas pelo Banco do Brasil. Os comerciantes e a Prelazia faziam as transações creditícias tendo o produto equivalente para efeito de cálculos. A ação da Prelazia, como administradora de uma linha de crédito informal voltada ao apoio da cultura da pimenta-do-reino, estava destinada

sobretudo os fornecimentos de capital aos pequenos produtores que não tinham acesso ao crédito bancário por não disporem de bens que pudessem ser apresentados na forma de hipoteca junto ao banco (SOUSA, 2002, p. 98).

Em se tratando dos *Sítios Agrícolas* em Carapajó, as entrevistas de história oral revelaram que o processo de financiamento desse projeto se deu em três modalidades diferentes: dinheiro em espécie, repasse do material agrícola e crédito financeiro. E, devido a esse processo de financiamento variado e também da própria dinâmica que o padre João Boonekamp conduziu o projeto em Carapajó, detectamos que essa experiência agrícola foi marcada por três momentos.

Para melhor apresentar esses momentos do projeto *Sítios Agrícolas*, nós os denominaremos de fases. Portanto, na primeira fase do projeto, principalmente nos sítios da Colônia São Vicente, os dados revelaram que o padre João Boonekamp repassava em espécie todo o valor necessário para que o trabalhador rural pudesse comprar os materiais para iniciar a sua produção agrícola, como bem relatou o senhor Pelópidas: “[...] o que ele financiava era adubo, muda, estaca. Isso aí. Se a gente precisava de dinheiro emprestado, tinha que devolver para ele. Sem juros também”.

Também, houve um momento, a qual consideramos como a segunda fase, principalmente na implementação da Colônia Ponta Grossa, que o cofinanciamento não foi mais o valor em espécie, mas sim do repasse dos insumos, ou seja, dos materiais agrícolas necessários para a o cultivo da pimenta-do-reino: “O padre dava todo o material. Ele ajudava. Dava adubo. Dava tudo” (JANDIRA).

Essa segunda fase se aproxima a uma espécie de fenômeno denominado de aviamento, cuja metodologia equivale ao fornecimento de mercadorias por parte do comerciante que, de certa forma, aprisiona os pequenos produtores e até mesmo se estabelece uma relação de dependência por parte do aviado. Para McGrath (1999, p. 59):

Dentro do contexto do sistema de aviamento, aviar significa fornecer mercadoria a prazo com o entendimento que o pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um prazo especificado. O fornecedor da mercadoria é o aviador, a pessoa que está recebendo a mercadoria é o aviado.

Quanto ao conceito de Aviamento, Santos (1980) descreve de maneira bem simples, porém profunda, de como se deu o aviamento no Brasil, em especial na Amazônia, durante a década de 1970:

Aviar, na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O “aviador” de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade em dinheiro.

Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços eram fixados pelo ‘aviador’, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar de ‘juros extras’ apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos “juros extras” e do rebaixamento do preço local da borracha (SANTOS, 1980, p. 159).

Ao adotar essa concepção de aviamento, proposto por Santos (1980), podemos sim associá-la ao método de financiamento que o padre João Boonekamp adotou no projeto *Sítios Agrícolas*. Entretanto, as narrativas dos sujeitos dessa pesquisa nos revelaram que a maioria das pessoas que acessaram esse “crédito” não devolveram o financiamento conforme acordado entre as partes. Portanto, não podemos afirmar se esse fenômeno ocorreu de fato nesse projeto, pois uma das características do sistema de aviamento é a devolução do produto extraído dentro de um prazo especificado (MCGRATH, 1999).

Em relação à última fase do projeto, podemos caracterizá-la pela terceira modalidade de financiamento, a qual se deu por meio de crédito financeiro tanto pelo banco quanto pela Prelazia de Cametá, que, posteriormente, repassava para os produtores através de um projeto institucional. Em relação ao crédito junto ao banco, Sousa (2002) descreve em sua pesquisa que o Estado financiou através do Banco do Brasil o cultivo da pimenta-do-reino para alguns municípios do Pará.

Em 1982, a agência do Banco do Brasil em Cametá havia financiado a cultura nos cinco municípios sob a jurisdição, a saber: Cametá, Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru. A área financiada nesses municípios somou 847ha, cerca de 1,425 milhões de pés de pimenta. Já os dados dessa mesma instituição apontam o financiamento de 249ha de pimenta-do-reino só no município de Cametá, o que representa quase 400 mil pés de pimenta-do-reino (SOUSA, 2002, p. 92).

Nessa modalidade de financiamento junto ao Banco do Brasil, a Prelazia de Cametá acessou o crédito e, por meio de um projeto institucional denominado Custeio Rural Educativo, repassou o valor para os agricultores. Todavia, esse valor era repassado conforme as etapas da produção, ou seja, a própria entidade fazia o controle financeiro e também era responsável pelo acompanhamento técnico.

Acreditamos que essa situação não poderia ser diferente, pois a Prelazia de Cametá era entidade credora junto ao Banco do Brasil e, se houvesse algum imprevisto por parte dos produtores, ela seria responsabilizada, pois todo o processo de financiamento estava sob sua responsabilidade. Dessa modalidade de financiamento, localizamos inúmeros documentos de produtores que acessaram o crédito. Inclusive encontramos documentos desse tipo de

financiamento que estão em nome da Colônia São Vicente de Paulo, tendo como responsável do empréstimo o padre João Boonekamp.

Não tivemos confirmação se, de fato, ele distribuía esse recurso entre os produtores de Carapajó, mas, como podemos observar no documento abaixo, denominado Plano de Empréstimo para custeio da pimenta-do-reino, o financiamento cobriria uma grande extensão de área do projeto dos *Sítios Agrícolas*, duzentos hectares no ano de 1979. Praticamente toda a propriedade da Colônia São Vicente estava inclusa nesse financiamento.

Figura 14 – Documento do Plano de Custeio Rural Educativo

CRÉDITO RURAL EDUCATIVO
PLANO DE EMPRÉSTIMO PARA CUSTEIO DA
PIMENTA DO REINO

Propriedade: **Colônia São Vicente de Paulo** Banco Financiador: **Banco do Brasil**
Município: **Cametá** Abrir conta em: **Cametá**
Proprietário: **Prelazia de Cametá** Assistência Técnica: **Bernardo Krommendijk**

1- OBJETIVOS DO PLANO:

Custeio para 10.000 pes de pimenta do reino

2- IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE:

2.1 Nome e Localização: **Sítio São Vicente de Paulo**
Carapajá.

2.2 Área e Limites: **200 ha**

2.3 Título de Posse: **Escritura Pública**

3- SITUAÇÃO ATUAL DA EXPLORAÇÃO:

3.1 Idade: **5.000 pes de 5 anos**
3.000 pes de 4 anos
2.000 pes de 3 anos

3.2 Produtividade e Produção do Ano Anterior:
2,5 kg por pe

3.3 Estado Fitossanitário: **Bom**

3.4 Adubação e Calagem: **Será feito de acordo com as necessidades da cultura.**

DIOCESE DE CAMETÁ

Fonte: Arquivo da Diocese de Cametá (1979).

Em outro documento datado no ano de 1980, o financiamento seria para mais cem hectares da propriedade da Colônia São Vicente (ver Anexo D). Portanto, por meio projeto de Custeio Rural Educativo, gestado pela Prelazia de Cametá, foram financiados trezentos hectares da Colônia São Vicente. E também nessa modalidade de financiamento, alguns produtores de Carapajó acessaram o valor diretamente na instituição financeira, mas, como eles não possuíam a titularidade da terra e nem bens que dessem segurança ao banco, o padre João Boonekamp repassou uma carta de anuência, liberando para esse produtor o lote e tudo que havia de produção nas terras, pois, somente dessa maneira, a agência bancária teria garantia que esse trabalhador tinha produção agrícola ativa e, sobretudo, a terra.

O senhor João Pereira foi um dos trabalhadores rurais que acessaram o crédito diretamente no banco por meio da carta de anuência fornecida pelo padre João Boonekamp, e quando perguntamos quais foram os materiais, os financiamentos que ele teve através do projeto dos *Sítios Agrícolas*, a sua resposta foi: “Não. O material foi o documento que ele me deu para o financiamento no banco”.

Para os trabalhadores rurais que acessaram o recurso por meio do Projeto de Custeio Rural Educativo, da Prelazia de Cametá, havia um documento de controle do repasse dos valores, assim como outros documentos de acompanhamento das etapas que deveriam ser desenvolvidas pelos produtores, como podemos observar na imagem a seguir:

Figura 15 – Documento de Controle do Financiamento do Custeio Rural Educativo

Insumos recebidos:			
calcário dolomítico	...1000.....kg.		
formulação 10-20-20	...1000.....kg.		
Malatol1		
Cobre Sandoz1.....kg.		
Extravon1		
<i>Dinheiro</i>	50.000,00		
Mudas pimenta		
Estacas para pimenta		
Muda e sacola para cacão		
Muda e sacola para café		
Muda e sacola para guaraná		
DIOCESE DE CAMETÁ ARQUIVO			

Prazo de pagamento:		
	1981 (Nov)	
Pagamento em dinheiro:		
.. em pimenta	1.111.111..... kg.	
.. em cacão kg.	

Pagamentos realizados:		
data	quantidade	receptor

Fonte: Diocese de Cametá (1981).

No que tange à primeira modalidade de financiamento dos *Sítios Agrícolas*, principalmente durante a implantação dos sítios da Colônia São Vicente, ao ser repassado o recurso financeiro para aquisição dos insumos agrícolas, era elaborada uma espécie de promissória, feito a punho pelo próprio padre João Boonekamp. Nesse documento era discriminada toda a despesa para a produção da pimenta-do-reino, os insumos e os seus custos, e o custo desse material era repassado em espécie para o trabalhador rural iniciar a plantação.

Esse documento era retornado para o trabalhador rural mediante a devolução do financiamento, cujo acordo entre os dois – o padre e o trabalhador rural – era que essa restituição fosse em produto, ou seja, em pimenta-do-reino. De promissória, esse documento passava a ser denominado de recibo de quitação, como bem expressou o senhor Afonso na narrativa descrita anteriormente.

Figura 16 – Sítio do Lucivaldo na Colônia São Vicente



Fonte: Arquivos de pesquisa de campo (2018).

Com base nos dados dessa pesquisa, o recurso financeiro que os trabalhadores recebiam daria para plantar quinhentos pés de pimenta-do-reino durante um ano, inclusive nesse montante já estava incluso os possíveis riscos que pudessem ocorrer durante o ciclo da produção. Segundo os trabalhadores rurais que tivemos contato, “[...] tudo isso era bem planejado pelo padre Joãozinho”¹⁹ para que essas pessoas não fossem acessar recursos

¹⁹ Notas de campo.

financeiros em outras fontes, com juros abusivos, pois, esses tipos de empréstimos nem sempre eram realizados em instituições legais de financiamento.

Ele dava [o padre Joãozinho], por exemplo, se fosse plantar hoje, ele empinava mil e quinhentos em três anos né. Empinava quinhentos pés de pimenta hoje, quer dizer que a pimenta tá oito reais o quilo, pra conseguir estaca, muda, adubação, mão de obra, ele, o padre ia gastar quinhentos quilos de pimenta. Cê tinha que devolver quinhentos quilos de pimenta.

Segundo a narrativa do senhor Lucivaldo, o valor repassado pelo padre João Boonekamp era calculado a partir do preço atual da época da pimenta-do-reino, ou seja, o que se gastava para cultivar quinhentos mudas dessa cultura era repassado em espécie. Quanto à devolução desse investimento, esse senhor nos informou que seria: “[...] equivalência ao produto, o produto era a pimenta que comprava”.

Os sujeitos dessa pesquisa também nos informaram que foram poucas pessoas envolvidas no projeto que cumpriram o acordo firmado com o padre João Boonekamp, pois muitas pessoas que fizeram parte dos *Sítios Agrícolas* não se sentiam obrigadas em cumprir o acordo. Segundo o senhor João Anastácio, uma das pessoas que vivenciou esse projeto, muitos diziam que o recurso era da Igreja, e a Prelazia de Cameté era vista como uma instituição que tinha dinheiro, e, por isso, não devolviam o financiamento.

No que tange à devolução do financiamento em produto – pimenta-do-reino – não encontramos nenhuma evidência nas falas dos sujeitos dessa pesquisa que demonstrasse que o padre João Boonekamp exportava esse produto agrícola. Os senhores Lucivaldo e Gerson relataram que, quando o padre colhia a pimenta-do-reino do seu sítio e também a recebia de alguns agricultores parte do financiamento, essa produção era vendida para um grande comerciante de Cameté. E ainda segundo esses senhores, o valor da venda dessa produção era reinvestido nas colônias de Carapajó.

Quanto à comercialização da pimenta-do-reino dos trabalhadores rurais, alguns deles nos informaram que também vendiam para os comerciantes em Cameté. E ainda que muitos deles vendiam para atravessadores, pois era cômodo entregar esse produto no próprio sítio do que ter que transportar para outras cidades do Pará. Dessa forma, eles evitariam despesas com transporte, já que, naquela época, os transportes de cargas se davam apenas de forma marítima, logo, os custos seriam elevados e isso impactaria no lucro desse agricultor.

Também sobre a comercialização da pimenta-do-reino, o senhor Gerson nos relatou que o padre o João Boonekamp orientava os agricultores a criar uma espécie de grupo para que

eles pudessem comercializar a produção e, assim, evitar os atravessadores, como podemos observar na narrativa a seguir:

A comercialização da pimenta-do-reino, ela sempre foi assim, apesar de ser contra a vontade dele, do padre, que ele chegou a ponte de chamar todas as pessoas que ele tinha ajudado, pra que fizesse só um bloco da produção. Pra que procurasse um preço melhor na cooperativa, ele chegou a doar aqui dentro da vila, mandou fazer a casa doou pra nós, depositar nossa produção lá, pra vender em conjunto, mas isso nunca aconteceu. Nunca aconteceu, porque sempre tem a questão da desconfiança, sabe? Não, não entregar minha pimenta nas mãos do fulano, porque quem sabe ele não vai vender minha pimenta, não vai vender mais caro, vai me dar só um pedacinho, tal, tal, aquele negócio (GERSON).

Com base nessa narrativa, percebemos que houve uma tentativa por parte do padre João Boonekamp em organizar esse grupo de trabalhadores rurais das colônias de Carapajó, tanto para criar um polo de produção quanto de comercialização de forma conjunta. Entretanto, como bem relatou o senhor Gerson, os sujeitos do projeto *Sítios Agrícolas*, assim como outros agricultores, não confiavam nesse tipo de comercialização.

Portanto, quanto ao processo de financiamento, constatamos que os trabalhadores rurais do projeto *Sítios Agrícolas* dependiam quase que exclusivamente do padre João Boonekamp. Essa situação fez com que o padre acessasse o financiamento do projeto coordenado pela Prelazia de Cameté para ajudar esses trabalhadores das colônias. E até mesmo liberar uma carta de anuência para que alguns desses produtores pudessem acessar o recurso diretamente no banco.

Para Bogo (2010), os movimentos do campo devem ser autônomos e capazes de andar com os seus próprios pés, e também não se descarta a ajuda de outros movimentos e instituições. Mas alerta sobre o perigo de uma dependência nefasta, pois, para que haja verdadeiramente um processo de emancipação, é imprescindível que os sujeitos do campo sejam os protagonistas de sua ação e atuação.

No passado, os movimentos sociais ancoravam-se nos partidos ou nas igrejas, dessas instituições saiu as diretrizes para as táticas, delas também derivavam os quadros e as finanças. Com isso, quando elas se equivocaram, levavam todos a se equivocarem a que ter relação íntima entre todas as forças e organizações sem perder o senso crítico (BOGO, 2010, p. 176).

Com base nas reflexões de Bogo (2010), observamos que o projeto *Sítios Agrícolas* não foi verdadeiramente um processo de luta dos trabalhadores daquela região. E esse projeto não foi, para a maioria, um processo emancipador, pois os trabalhadores rurais envolvidos nessa proposta dependiam não só economicamente, como também seguiam as orientações do padre João Boonekamp. Esse tipo de situação revelou que, no interior das Colônias São Vicente e

Ponta Grossa, existia um tipo de relação paternalista e uma certa dependência desses trabalhadores rurais em relação ao padre João Boonekamp.

Quem não é capaz de andar com as próprias pernas não pode apostar corrida com ninguém. O vigor da luta está na capacidade de independência que cada movimento tem das forças externas à classe. A solidariedade quando se torna mendicância deixa de ser solidariedade e é equiparada ao plano da caridade. A luta de classes, embora precise de todas as energias jamais será vitoriosa tendo a mendicância e a caridade com o meio (BOGO, 2010, p. 176).

Diante do exposto, não constatamos nas narrativas relações de mendicância, conforme expressa Bogo (2010). E também nenhuma evidência sobre processos de luta em favorecimento da classe dos camponeses. A caridade citada pelo autor diz respeito a um tipo de ajuda em que não seja cobrada a devolução e, no caso dos *Sítios Agrícolas*, havia sim um acordo entre as partes, embora apalavrado, que o financiamento deveria ser devolvido em produto.

Dessa forma, consideramos que essa ajuda oferecida pelo padre João Boonekamp, provavelmente não se tratava de caridade, pois os recursos financeiros para a aquisição dos insumos, assim como o repasse dos próprios insumos, não foram doados, mas sim cofinanciados.

Portanto, os dados desta pesquisa revelaram que o processo de implantação dos *Sítios Agrícolas* das Colônias São Vicente e Ponta Grossa se deu pela distribuição da terra para os trabalhadores rurais e suas famílias, embora sem nenhuma documentação que afirmasse essa situação e também pelo cofinanciamento dos insumos, ou pelo repasse do valor em espécie ou em material agrícola.

2.2 OS PROCESSOS DE ACOMPANHAMENTO DOS *SÍTIOS AGRÍCOLAS* E A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

Com base nos dados da pesquisa em questão, o padre João Boonekamp, após adquirir a propriedade em Carapajó, começou a desenvolver em uma determinada área produções agrícolas para além da pimenta-do-reino. E, ao dialogar com pessoas que vivenciaram esse projeto na comunidade de Carapajó, constatamos que essa área se transformou em uma espécie de mostra agrícola, pois era uma forma de esse padre apresentar aos trabalhadores rurais que seria possível sobreviver pela agricultura.

Tivemos contato com dois sujeitos que fizeram parte da primeira fase dessa experiência agrícola, os senhores Afonso e Timóteo, e ambos trouxeram elementos quanto ao início do Projeto dos *Sítios Agrícolas*. Segundo esses senhores, eles foram os primeiros

trabalhadores do sítio do padre João Boonekamp e também as primeiras pessoas que tiveram acesso a um lote na colônia São Vicente.

Esses senhores também nos informaram que alguns dos trabalhadores do sítio do padre recebiam salários e outros apenas diárias. Os trabalhadores diaristas trabalhavam basicamente na época da plantação da muda de pimenta-do-reino e no período da colheita e manufatura dessa cultura, pois, para essas duas épocas, de plantação e colheita, necessitava-se de um número significativo de mão de obra. Haja vista que esse tipo de cultura tem um tempo certo para plantar, colher e tratar (limpeza e secagem).

Figura 17 – Estaca pimenteira



Fonte: Registro fotográfico realizado durante a pesquisa de campo (2018).

Consideramos importante frisar que, no período da colheita dessa cultura, o trabalho é um pouco mais intenso, pois, se a pimenta-do-reino não for retirada no tempo certo a semente amadurece e cai, ficando quase impossível catá-las. Por esse motivo, era necessário contratar um número maior de pessoas para trabalhar nos pimentais.

A gente trabalhava com padre João. Pois foi. A dona Maria, mulher do Miguel Pinheiro, eu chamava ela de Mãe da Caridade, porque tudo que eu queria, ela arranjava para mim. Falava “venha para cá para trabalhar, o padre João lhe ajuda”. Eu achava difícil, mas quando foi um tempo, eu cheguei. Já tinha uns trabalhadores [...] E aí o padre João se encontrou comigo e perguntou se eu queria vir para cá trabalhar (TIMÓTEO).

O senhor Timóteo também informou que, antes de começar a trabalhar no sítio, perguntou para o padre João Boonekamp qual seria a condição, referindo ao pagamento do seu serviço: “Qual é a condição disso? Ele falou: ‘Olha...’ é tudo pela metade [...]. Ele ia pagar sete

cruzeiros por semana [...]. Não precisava ir nos feriados, o camarada podia ficar descansando, não tinha trabalho”.

Quanto ao senhor Afonso, o acesso dele ao projeto se deu após trabalhar no sítio do padre. Ele nos relatou que trabalhou nesse sítio no serviço de destocamento²⁰, e, por ter apenas dezessete anos, ele teve de insistir muito para que o padre o empregasse, pois ele era menor de idade: “De menor, ele falava que era de menor, não pode. E o velho falava [...] ele é acostumado em Tomé-Açu, trabalhava”.

Mesmo com essa situação referente à idade, o senhor Afonso disse que demonstrou interesse no trabalho, e o padre João Boonekamp acreditou no seu potencial e o contratou. Esse senhor nos informou ainda que, após ter passado dois anos trabalhando nesse pimental, o padre lhe ofereceu um lote para que ele pudesse desenvolver o seu próprio sítio: “Eu tinha vontade em crescer” e não queria voltar para Tomé-Açu”²¹.

Portanto, com base nas narrativas, é possível relacionar o início desse projeto com o sítio do padre João Boonekamp, pois foi nesse espaço que muitos sujeitos que fizeram parte dos *Sítios Agrícolas* trabalharam. E, depois dessa experiência de trabalho agrícola, foi que muitos deles tiveram acesso a um lote em uma das colônias de Carapajó.

Todavia, não queremos aqui afirmar que todas pessoas que passaram pelo sítio do padre João Boonekamp tiveram acesso ao projeto. E nem aqueles que tiveram acesso ao projeto, seja na Colônia São Vicente seja na Colônia Ponta Grossa, trabalharam no sítio do padre. Mas sim, expor que, após a análise dos dados, é possível considerar que o sítio do padre João Boonekamp tenha sido o ponto de partida para a implementação do projeto *Sítios Agrícolas* ou até mesmo a base para a construção dos sítios da Colônias São Vicente e Ponta Grossa.

2.2.1 Os primeiros passos dos trabalhadores rurais nos Sítios das Colônias São Vicente e Ponta Grossa

Após o contato com os sujeitos da pesquisa e da análise dos dados, constatamos que os primeiros sítios do projeto *Sítios Agrícolas* foram instalados na década de 1970, e o maior número de lotes distribuídos/entregues aos trabalhadores rurais pertenceram à Colônia São Vicente. Quanto aos lotes da Colônia Ponta Grossa, as narrativas revelaram que os lotes dessa

²⁰ Atividade de limpeza das raízes após a queimada da área.

²¹ Município do estado do Pará muito frequentado pelos cametaenses entre as décadas de 1970 e 1990 para o trabalho da pimenta-do-reino, pois era uma das maiores localidades produtoras dessa cultura no Brasil.

propriedade foram distribuídos na década de 1980 e também agregou um número menor de trabalhadores rurais.

Conforme descrito pelos trabalhadores rurais que participaram dessa experiência agrícola, o processo de cultivo da pimenta-do-reino não era uma atividade fácil e exigia muita força física e mão de obra, pois, antes mesmo de se iniciar a plantação, era necessário preparar a terra, ou seja, limpar o espaço para a implantação do pimental.

Primeiramente teriam de ser abertas as brocas (derrubada de árvores pequenas), e posteriormente derrubar as árvores grandes. Feito isso, após quinze dias, era realizada a queimada e, em seguida, o destoco e a coivara (limpeza do restante dos troncos das árvores que não conseguiram queimar). Em seguida, passava-se para a escavação de buracos para fincar as estacas, atividade também denominada moirão, e, por último, plantar a muda e fazer os tratamentos culturais para aplicação da calagem e adubo²².

A pimenteira-do-reino é uma planta trepadeira que cresce aderida a tutores de madeira²³ ou troncos de árvores, graças às raízes adventícias que surgem na região dos nós. Produz frutos do tipo baga em inflorescências formadas nos ramos plagio trópicos ou de produção (DUARTE, 2004, p. 14).

Conforme descreveu a pesquisadora da Embrapa-Belém, Maria de Lourdes Reis Duarte, a pimenta-do-reino é uma planta trepadeira e, para cultivá-la, é necessário realizar todo esse processo acabamos de descrever. E, segundo os nossos informantes, para esse processo, era comum fazer o “convidado”, pois o trabalho demandava mão de obra e muitas famílias desse projeto eram iniciantes e não dispunham de recursos financeiros para pagar os serviços.

Esse ato de convidar pessoas para ajudar no trabalho do campo, denominado “convidado”, era uma prática muito comum entre os agricultores da região do baixo Tocantins e também esteve presente no projeto dos *Sítios Agrícolas*.

Era trabalho. Um trabalhava para o outro, aí vinha com a ajuda de um, fazia um mutirão, em rede, sabe... Na roça, pra brocar, pra capinar tudo, isso aí a gente fazia mutirão. Bebia cachaça no mato. É... Era assim “bora tomar uma cachaça pra melhorar e dar mais emoção” aí a gente ia em mutirão (PELÓPIDAS).

O senhor Timóteo também nos informou sobre os primeiros passos para a construção dos sítios, e a forma como se dava o trabalho coletivo, e que o seu papel nesse “convidado” era

²² Notas de pesquisa em visita com o senhor Afonso.

²³ Tutor de madeira (pequeno poste de madeira), que serve para conduzir o caule da planta verticalmente, evitando a ação danosa dos ventos na instalação da muda. Fonte: EMBRAPA.

de classificador de mudas. Sendo que as melhores mudas da pimenta-do-reino eram aquelas que tinham quatro nós.

Nós nos reunimos aqui. Olha, vamos ajudar lá, ele vai plantar tal dia. E ia lá ajudar ele. E cavava, cavava. Carregava estaca. O outro já ia com as mudas. [...]. Nós éramos vinte e poucos, às vezes trinta e poucos trabalhadores. Eu era classificador, tinha aqui com quatro nós (TIMÓTEO).

Um segundo ponto a ser destacado dos primeiros passos para a construção dos sítios diz respeito às mudas de pimenta-do-reino. Segundo os sujeitos dessa pesquisa, as primeiras mudas a serem plantadas nos sítios eram adquiridas de outros produtores ou comerciantes. E, após o primeiro ciclo de produção, ou seja, após a primeira safra, já era possível retirar as suas próprias mudas.

Ressalta-se que a primeira safra desse tipo de cultura só se dava após três anos, e o resultado financeiro da pimenta-do-reino era de médio ou, até mesmo, a longo prazo, pois, em se tratando de agricultura, não há como prever as questões climáticas e as possíveis interferências das pragas durante o ciclo de produção. Por isso, o padre João Boonekamp incentivava os agricultores a plantarem outras culturas, principalmente para a subsistência da família, pois, assim, eles não dependeriam somente da produção da pimenta-do-reino.

Segundo o senhor Lucivaldo, esse método de plantar a cada ano um ciclo quinhentas mudas de pimenta-do-reino, era orientado pelo padre João Boonekamp. Anualmente eram “empinadas quinhentas pimenteiras”²⁴ e, conseqüentemente, o segundo ciclo sairia após primeira safra. Dessa forma, a cada ano, o trabalhador rural do projeto teria uma safra para comercializar, e a cada colheita um novo ciclo era cultivado.

Como podemos perceber, para fazer essa plantação era necessário descampar uma grande área. Portanto, esse tipo de cultura devastou a natureza, desabrigou os animais e empobreceu a terra; pois, além de derrubar árvores para a plantação da pimenta-do-reino, havia grande probabilidade de o adubo químico atingir o solo. E, segundo informações obtidas na atualidade com técnicos agrícolas, essa prática ainda é muito comum para quem cultiva a pimenta-do-reino.

Feitas essas considerações, constatamos que os primeiros passos para a construção dos sítios foram pautados em dois pontos básicos: preparo da terra e mutirão para as plantações. No que tange ao preparo da terra para plantação da pimenta-do-reino, consideramos esse ponto negativo, pois foi utilizada uma das maneiras mais econômicas de limpeza da área, e a que mais

²⁴ Notas de campo: expressão para se referir ao número de pimenteiras que eram cultivadas.

agride a natureza. E, no que diz respeito às plantações, consideramos que a realização dos convidados foi de extrema importância, pois impulsionou a solidariedade e união entre os trabalhadores rurais das colônias de Carapajó.

2.2.2 Processo de acompanhamento dos *Sítios Agrícolas*

“Era ele mesmo, o padre quem ajudava, quem acompanhava” (SANTANA). Expressões como a da senhora Santana estiveram presentes em diversas narrativas desta pesquisa. Portanto, era o padre João Boonekamp que visitava os trabalhadores rurais que pertenciam ao projeto *Sítios Agrícolas*. E, à sua maneira, esse padre acompanhava o desenvolvimento dos *Sítios Agrícolas* das Colônias São Vicente e Ponta Grossa.

Apesar de o foco desse projeto ser a pimenta-do-reino, alguns sujeitos da pesquisa nos disseram que, além das orientações sobre a produção dessa cultura, o padre João Boonekamp também dizia da importância do cultivo de outros produtos agrícolas para garantir a subsistência da família. Portanto, todo processo de acompanhamento desse projeto era realizado por esse padre.

Não localizamos nenhum documento nos arquivos da Prelazia de Cametá sobre esse processo de acompanhamento do projeto em Carapajó. Frente a essa informação, e com os dados das entrevistas de história oral, constatamos que, no projeto *Sítios Agrícolas*, não havia um processo formal de acompanhamento, com formulários e/ou outros instrumentais para o monitoramento das produções agrícolas das colônias; e tampouco os técnicos da Prelazia de Cametá foram convidados pelo padre João Boonekamp para realizar as visitas técnicas nos sítios.

Diante do exposto, concluímos que não houve um processo mais técnico de acompanhamento do projeto *Sítios Agrícolas*, nem por parte do padre João Boonekamp nem por meio da Equipe de Agricultura da Prelazia de Cametá. Apesar disso, segundo o senhor Lucivaldo, o padre João Boonekamp participava das atividades desenvolvidas pela Prelazia de Cametá, e chegou a levar vários agricultores para os cursos, formações e reuniões promovidas pelo Setor da Agricultura dessa instituição. E quando o padre realizava as visitas nos sítios, ele repassava as orientações vivenciadas nesses momentos, como foi o caso do Plano de Sítio.

Segundo Sousa (2002, p. 114), “[...] a Prelazia de Cametá organizou um trabalho de orientação técnica que desenvolvia um programa plano de sítio, voltado ao incentivo à diversificação de culturas perenes e de ciclos curtos combinadas com a criação de animais em cada propriedade familiar”. Essa proposta, portanto, tinha como objetivo incentivar os

agricultores a produzirem uma maior diversidade de produtos agrícolas, associando-a com criação de galinhas, patos e outros animais de pequeno porte.

A população sempre viveu nessa situação de dificuldade econômica, sabe? E muito mais naquele tempo, né, que o pessoal trabalhava só com a mandioca [...] então o trabalho da Prelazia [...] foi implantar um trabalho de cultura permanente chamado Plano de sítio. Que o trabalhador plantasse a mandioca, o milho... mas também plantasse o cacau, a laranja, o coco para ele poder ter outros produtos sem ser a lavoura branca que é chamada (EDIR PINHEIRO).

Como nos informou o senhor Edir Pinheiro, esse programa denominado Plano de Sítio queria romper com a monocultura. Portanto, mesmo sem seguir à risca a proposta da Prelazia de Cametá, as narrativas expressaram que o padre João Boonekamp orientava, em certa medida, a implantação do Plano de Sítio nas Colônias de Carapajó: “Iá, pimenteira não dá banana, laranja, nem alface...”²⁵.

Nesse processo de acompanhamento do projeto *Sítios Agrícolas*, o padre João Boonekamp adotou uma espécie de gerente para tratar mais das questões administrativas, como: o repasse do valor financeiro para a compra dos insumos para a produção da pimenta-do-reino, pagamento dos salários dos trabalhadores, demarcação e distribuição das terras e venda da pimenta-do-reino, tanto da produção do sítio do padre quanto das pessoas que devolviam o produto como pagamento do investimento.

O gerente é uma espécie de [gestor], o que coordena tudo né, finanças, o produto armazenado, prepara tudo, e no final de tudo presta conta, todo o recurso tem pagamento de trabalhador, tudo, tudo... ele não fazia nada, se trabalhasse, se vendesse, tinha que ser eu. Tinha que prestar conta no final do mês (LUCIVALDO).

Os dados dessa pesquisa revelaram que os gerentes das colônias eram assalariados e também receberam um lote para cultivar. Na Colônia de São Vicente, passaram quatro gerentes, e o senhor Lucivaldo foi o último e também a pessoa que, de certa forma, “herdou” o espaço que era do padre João Boonekamp, pois, segundo ele, a terra ainda está em processo de legalização. E, na Colônia Ponta Grossa, houve três gerentes, sendo que um deles também foi um dos sujeitos da nossa pesquisa, o senhor Pelópidas.

Esse senhor nos narrou com detalhes como era o seu papel de gerente, as atribuições a ele confiadas e sua relação com o padre João Boonekamp nesse processo de acompanhamento do projeto *Sítios Agrícolas*:

²⁵ Notas de campo: segundo o senhor Gerson, essa expressão era muito utilizada pelo padre João Boonekamp quando realizava as visitas nos sítios.

Era administração, era de tudo. Até financeiro era por minha conta. Porque eu só ia lá com ele e ele repassava a quantia que era no dinheiro. Eu chegava lá e fazia aquilo tudo de orçamento e falava “olha, preciso de tanto”. Aí ele vinha, me dava logo o dinheiro e eu vinha fazer o pagamento. Eu comprava adubo, eu colhia [recebia] pimenta, eu vendia [...] Olha, eu vendia 200, 300kg de pimenta para cobrir o serviço lá, pagar o serviço. O que sobrava, eu levava para ele de volta. Quando ele não queria de volta, eu tinha que lançar no caderno, no livro, para passar para o outro mês, e aí eu só ia buscar o restante para pagar meu salário, para pagar os trabalhadores também (PELÓPIDAS).

Com base na narrativa acima, acreditamos que o gerente era responsável mais pelas questões financeiras e o padre João Boonekamp era a pessoa que, de fato, administrava todo o projeto, pois, como bem relatou o senhor Timóteo: “[...] com a presença dos gerentes o padre Joãozinho ficava mais livre para andar nos sítios. Para incentivar os trabalhadores a seguir firme na produção, pois muitos eram os desafios naquela época”²⁶. Portanto, essa atitude do padre era de administrador, ou seja, aquele que acompanhava de perto a produção dos sítios instalados nas duas colônias agrícolas em Carapajó.

Ainda que o padre João Boonekamp demonstrasse todo esse apoio aos trabalhadores rurais desse projeto, nós nos interrogamos acerca do fato de ele não solicitar ou não aceitar a presença dos técnicos da Prelazia de Cametá. E mais ainda, surpreendemo-nos o quão forte era o controle dele quanto às questões financeiras, ao ponto de terem sido contratadas pessoas para exercerem essa função nas colônias, pois, como se tratava de um projeto social, a postura deveria ser outra. Isto é, a gestão financeira do projeto não deveria ser centrada em uma pessoa, principalmente na figura de um gerente, pois quem exerce essa função é aquele que tem o controle de tudo. E não foi o caso do projeto *Sítios Agrícolas*, porque não havia uma gestão partilhada com a presença dos sujeitos envolvidos nesse projeto.

Portanto, esses dados demonstraram que o padre João Boonekamp era muito independente na gestão do projeto implementado em Carapajó, e essa autonomia pode ter dificultado o processo de acompanhamento por parte da equipe de agricultura da Prelazia de Cametá, pois, conforme o relatório da assembleia pastoral ordinária dessa instituição, os projetos agrícolas conduzidos de forma independente apresentavam uma certa fragilidade: “Na Prelazia existem Polos de Agricultura que fazem trabalhos isolados da equipe. Tendo uma prática que atrapalha os trabalhos do Setor de Agricultura. Falta de entrosamento na Equipe e Participação nas experiências” (PRELAZIA DE CAMETÁ, 1986, p. 6).

Durante a pesquisa documental, detectamos que Prelazia de Cametá, por meio da equipe de agricultura, elaborou um documento para acompanhar o processo de produção de

²⁶ Notas de pesquisa.

todos os projetos agrícolas (imagem a seguir). Todavia, esse formulário não foi adotado em Carapajó, mas consideramos importante apresentá-lo por se tratar de um documento que pode demonstrar como se deu o processo de acompanhamento dos projetos agrícolas mais ligados à Prelazia de Cametá.

Figura 18 – Documento de acompanhamento da produção

Nome: <i>Antônio da Silva</i>		Localização: <i>Bacão Mau</i>		Órgão financiador: <i>BB 1980</i>			
	quantidade	estado fitossanitário	calagem	adubações	tratos culturais	capinas	observações
18/3/80 Pimenta: adultos:	1.000	B Q ^o F ^o	+ 20(2) 500	2 ^o 100	Am ^o L ^o P ^o C ^o	L	carregado
2 anos:							
novos:							
18/3/80 cecao:	220	B	10	1 ^o 50	P ^o	S ^o	mostra fornecida p/Prezbi
café:							
guaranã:							

Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá (1980).

Esse documento foi denominado *Formulário de Acompanhamento da Produção*, e era utilizado para fazer acompanhamento da produção agrícola junto aos trabalhadores rurais, como: adubação, capina, calagem e tratos culturais. Com esse formulário era possível acompanhar a evolução dos projetos agrícolas.

O acompanhamento dos projetos mais ligados à Prelazia de Cametá pode ter sido o diferencial em relação aos trabalhadores rurais do projeto *Sítios Agrícolas*, desenvolvido em Carapajó, pois, com acompanhamento técnico mais frequente, é possível prever e superar algum problema que pudesse prejudicar a sua produção agrícola. Todavia, não podemos afirmar que os projetos mais ligados à Prelazia de Cametá tiveram êxito devido à presença dos técnicos, mas também não podemos desconsiderar essa possibilidade.

Tentamos contato com alguns desses técnicos contratados àquela época pela Prelazia de Cametá, mas apenas um respondeu à nossa mensagem via *e-mail*. E, por ele não estar residindo no Brasil e nem ter acompanhado o projeto de Carapajó, preferiu não fazer parte desta pesquisa. Assim sendo, não conseguimos informações mais concretas de como se dava esse

processo de acompanhamento dos técnicos agrícolas nos projetos desenvolvidos pela Prelazia de Cametá.

Ressaltamos que esse tipo de acompanhamento foi bem mais realizado nas experiências agrícolas desenvolvidas em Brasão-Miri, município de Baião, pois encontramos muitos documentos dos trabalhadores rurais que pertenciam a essa localidade. Talvez esse acompanhamento mais frequente tenha sido devido ao financiamento por meio do Crédito Rural Educativo.

Portanto, nesse caso, a Prelazia de Cametá era responsável em acompanhar, bem mais de perto, as produções agrícolas. Como foi essa instituição que fez o empréstimo junto ao Banco do Brasil, logo ela era a maior responsável pelo controle das despesas e do êxito na produção. E, para manter maior controle desse financiamento, foi elaborada uma espécie de formulário denominado *Cronograma de Liberação*, ou seja, era por meio desse documento que a instituição teria maior controle dos valores repassados para cada atividade, assim como quais os insumos deveriam ser adquiridos.

Na imagem do Formulário de Cronograma de Liberação, podemos visualizar que o montante liberado para os tratos culturais era detalhado, inclusive de forma mensal. E também podemos visualizar que havia uma rubrica para a manutenção da família e para transporte. Talvez esses valores previstos em rubrica fossem uma maneira garantir os custos/despesas antes da comercialização da produção agrícola.

Figura 19 – Cronograma de liberação do recurso para os insumos

5- CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO							
DISCRIMINAÇÃO	É P O C A					TOTAL Cr\$	
	nov.80	jan.80	abr.80	jun.80	agos.80		
calcário dolomítico	4.700,00					4.700,00	
Formulação 10-28-20	25.379,00					25.379,00	
Defensivos	3.665,50					3.665,50	
Transp. até Cametá	1.400,00					1.400,00	
Tratos culturais		500,00		500,00		1.000,00	
Aplicação de calcário	500,00					500,00	
Adubações químicas		800,00	800,00	400,00		2.000,00	
Pulverizações	250,00	500,00	500,00	250,00		1.500,00	
Capinas	1.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	1.000,00	8.000,00	
Colheita e benef.					10.000,00	10.000,00	
Transporte até prop.	1.000,00					1.000,00	
Manutenção familiar	855,50					855,50	
TOTAL	38.750,00	3.800,00	3.300,00	3.150,00	11.000,00	60.000,00	

Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá (1980).

Também localizamos nos arquivos da Prelazia de Cametá uma espécie de panfleto que foi anexado ao Informativo das Comunidades Cristãs do ano de 1981. Neste panfleto (ver Anexo E) constam descrições sobre a atuação dos técnicos agrícolas e dados em relação às atividades desenvolvidas pela Equipe de Agricultura da Prelazia de Cametá.

Com base nos dados da pesquisa, consideramos que a deficiência do processo de acompanhamento do projeto *Sítios Agrícolas* tenha se dado tanto pela falta de assessoria técnica agrícola, quanto pelo não envolvimento dos trabalhadores rurais que faziam parte dessa experiência agrícola em Carapajó. Esse processo de acompanhamento, portanto, era centralizado na pessoa do padre João Boonekamp que, com o auxílio dos gerentes, buscava controlar mais as questões financeiras.

2.2.3 Formação dos Trabalhadores Rurais para além do trabalho e renda

Apesar da autonomia que o padre João Boonekamp tinha para gestar o projeto em Carapajó, essa ação não era isolada do Novo Plano de Pastoral da Prelazia de Cametá, pois, em consonância com as ações voltadas para a agricultura, foram realizadas atividades formativas para os trabalhadores rurais que faziam parte dos projetos desenvolvidos por essa instituição.

Com base nas pesquisas realizadas no acervo da Diocese de Cametá, essas atividades formativas não estavam restritas apenas à área da agricultura. Outros temas também foram abordados, com objetivo de fomentar uma consciência crítica das pessoas frente aos problemas sociais e à luta por seus direitos.

As narrativas dos sujeitos dessa pesquisa revelaram que esse processo formativo foi mais incentivado pela Prelazia de Cametá, e pouco foi desenvolvido na localidade de Carapajó, pois, quando perguntamos para a senhora Isabel Igreja se houve reuniões, cursos, encontros, ela nos respondeu:

Não. Não tinha assim. O padre João conversava mais assim com cada pessoa. Muito raro, eu sempre digo assim, que ele nos deu um incentivo muito grande para o trabalho. Ele nos ensinou muita coisa, porém ele nunca nos ensinou a reunir, e é um ponto negativo que a nossa vila tem. Se você faz uma reunião...

O senhor Lucivaldo, por sua vez, foi um dos últimos trabalhadores rurais que fez parte desse projeto e também por ser um dos gerentes e líder da comunidade cristã, pode participar de muitos encontros desenvolvidos pela Prelazia de Cametá. Ao perguntarmos para ele se o padre Joãozinho ofereceu algum curso específico para as famílias que faziam parte das colônias, a sua resposta foi que sim, “[...] ofereceu. Tanto de questão técnica, quanto também de questão de vendas e essas coisas”.

Diante dessas duas narrativas, mais uma vez percebemos a presença da Memória Dividida, pois há contradição quanto ao processo formativo desenvolvido no projeto *Sítios Agrícolas*. Esse fenômeno ocorreu exatamente porque os sujeitos que fizeram parte desse projeto tiveram acesso a essa experiência agrícola em tempos diferentes, e com metodologias de financiamentos diferentes. Portanto, essa multiplicidade de memórias encontradas nessa pesquisa é resultado dessa experiência agrícola que foi marcada por muitos desafios.

Para melhor auxiliar os projetos agrícolas desenvolvidos pela Prelazia de Cameté, a entidade contratou técnicos e agrônomos. Alguns desses profissionais possuíam vínculo familiar com os padres, inclusive vieram de outros países; e também foram contratados brasileiros que, junto com os profissionais estrangeiros, buscaram desenvolver o seu trabalho de assessoria técnica aos projetos agrícolas.

Esses profissionais não eram considerados apenas como técnicos, mas também como agentes formadores, pessoas que, para além da sua profissão, envolviam-se com a comunidade, acompanhavam os produtores em suas propriedades, orientando-os sobre as técnicas de produção, cultivo e comercialização dos produtos agrícolas. Mas também criavam outros espaços e materiais impressos para auxiliar esses trabalhadores rurais na reflexão sobre sua condição de agricultor, e tudo que envolvesse a questão da terra.

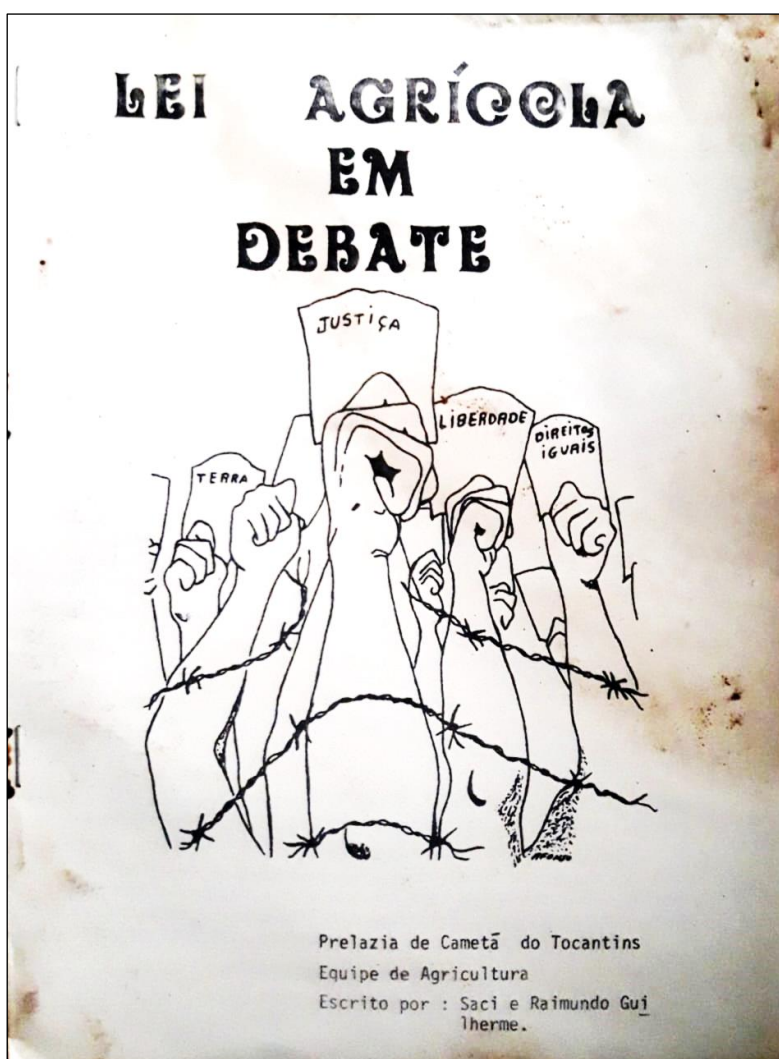
No que tange aos materiais didáticos, podemos visualizar, na Figura 20, uma cartilha que visava discutir sobre a Lei Agrícola. Desse material, extraímos um fragmento, exposto a seguir, a fim de apresentar uma parte do conteúdo do que era discutido nesse documento.

Quando falamos de política agrícola no Brasil, pelo menos três coisas chamam atenção:

- a) A primeira é a descrição discriminatória, ou seja, o planejamento agrícola oficial atinge apenas em pequeno grupo de grandes empresários: deixam de fora milhões de trabalhadores rurais, que, apesar de serem brasileiros, trabalham e vivem da terra, plantando: arroz, milho, pimenta-do-reino, etc... ou criando galinha, boi, etc... não fazem parte dos planos governamentais. Portanto não recebem qualquer benefício ou apoio para desenvolver essas atividades;
- b) A segunda coisa que até agora todas as políticas agrícolas são voltadas para os interesses do mercado internacional, apoiando apenas a produção que sirva para a exportação (para o estrangeiro), desprezando inclusive os interesses ou necessidades do povo brasileiro de comer, de abastecimento etc...

- c) Finalmente a terceira coisa é que a maioria dos pequenos lavradores não sabem O QUE É POLÍTICA AGRÍCOLA, desconhecendo por completo a ação do Estado na Agricultura, seus direitos e deveres. Até mesmo porque os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ainda não conseguiram realizar um amplo debate sobre Política Agrícola, e além do mais a grande maioria dos trabalhadores rurais não são sequer sindicalizados, o que tem dificultado a luta por uma política mais justa, que beneficie também pequenos lavradores e os interesses nacionais (CARTILHA SOBRE LEI AGRÍCOLA EM DEBATE).

Figura 20 – Cartilha *Lei Agrícola em debate*



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametã (sem data).

Ainda nessa cartilha foram apresentadas as propostas da frente AMPLA, da CUT e o projeto da Lei Agrícola; e também havia algumas perguntas para motivar as pessoas a se questionarem quanto a essa temática que atingia diretamente os pequenos agricultores.

Segundo Sousa (2002), a Prelazia de Cametá não incentivou apenas a produção da pimenta-do-reino, mas pensou em uma proposta, denominada Plano de Sítio, que pudesse conciliar uma produção agrícola diversificada juntamente com a criação de pequenos animais, e, com isso, seria garantida a segurança alimentar desses trabalhadores e de suas famílias.

Além disso, [a Prelazia de Cametá] fornecia financiamentos destinados ao plantio de pimenta-do-reino e à implantação de cantinas comunitárias. Essas cantinas funcionavam como instrumentos de compra e venda de produtos agrícolas e produtos industrializados (SOUSA, 2002, p. 44).

Antes do Plano de Sítio, houve um grande incentivo para a criação das Cantinas Comunitárias. Segundo o senhor Edir Pinheiro nos informou, “[...] a cantina era uma pequena venda, uma pequena taberna [...] que reunia os sócios, alguns agricultores. E os sócios então compravam as mercadorias e começavam a vender para eles mesmos. O lucro era dividido entre eles. A cantina funcionava desse jeito”.

Em relação à implantação de cantinas comunitárias, A. Silva (2016) relata que esse tipo de proposta seria uma maneira de os lavradores começarem a se defender da exploração de seu trabalho. Essa autora também relata em sua pesquisa que, após a implantação de Cantinas nas comunidades onde eram desenvolvidos os projetos agrícolas, a Prelazia de Cametá propôs atividades formativas mais específicas para que os trabalhadores rurais pudessem se unir e criar cooperativas, com isso os produtos agrícolas poderiam ser mais valorizados.

[...] existiam projetos mais ousados após a abertura de cantinas, logo deveria haver também a formação de cooperativas, dirigidas pelos próprios trabalhadores, pois, segundos os trabalhadores, essas cooperativas seriam mais fortes mediante união dos sócios da cantina, pois reuniria um número maior de associados, essa certeza se dava pelo fato de que as cantinas, apesar de reunir poucas pessoas, eram, eficazes (SILVA, A., 2016, p. 111-112).

O senhor Lucivaldo nos informou que, a partir das cantinas comunitárias, os agricultores se animaram e passaram a se organizar, inclusive fundaram a Casa do Lavrador, conforme expressou na narrativa a seguir:

Por incrível que pareça, foi aqui, a Casa do Lavrador [se referindo à localidade de Carapajó]. Lá em frente a oficina ali [...]. Lá nós construímos uma casa, recebemos um terreno aí, uma casa né, no início da cooperativa. Aí nós desmanchamos e construímos lá. Organização sindical, construímos, chamada Casa do Lavrador, que deu origem à cooperativa lá em Cametá. Era própria para comercializar produtos. E nós tínhamos como objetivos melhorar a qualidade, se viesse a ruim, e selecionava o preço também.

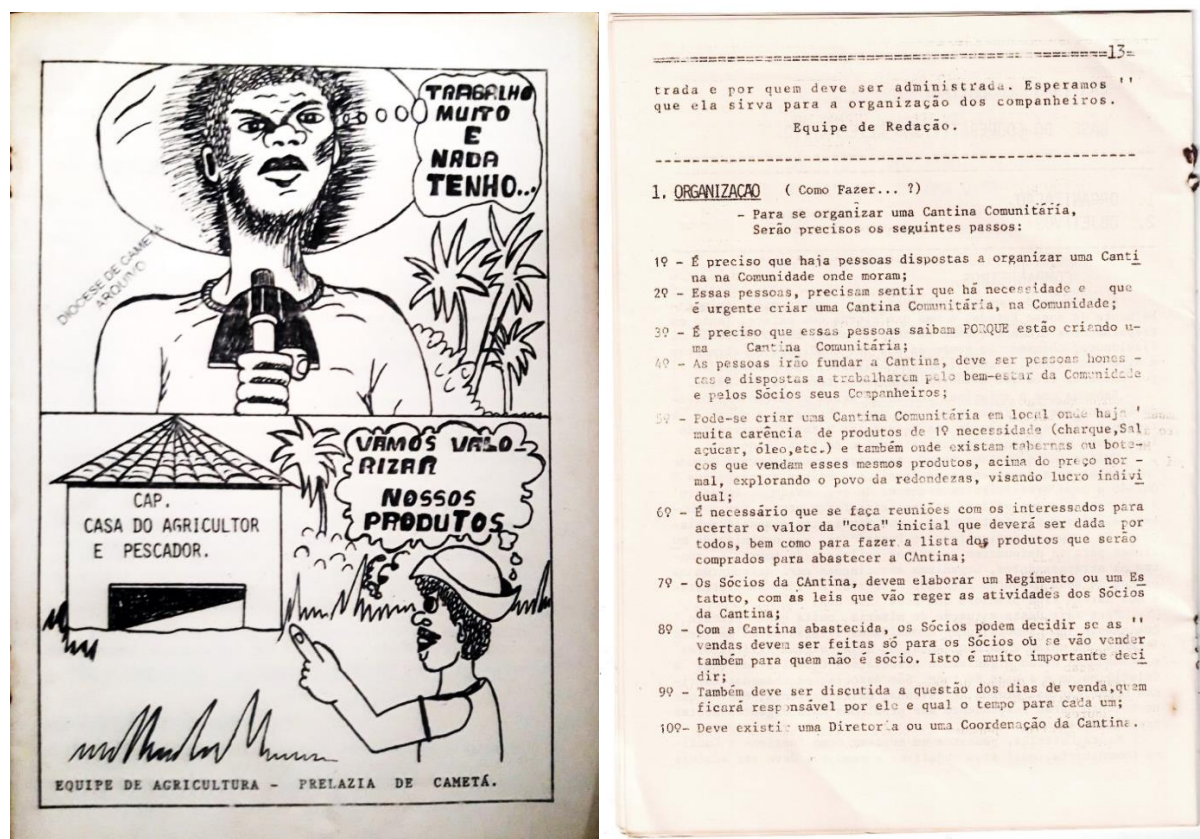
Nessa mesma linha de organização dos trabalhadores, apresentamos, a seguir, uma cartilha elaborada pela equipe de agricultura da Prelazia de Cametá, no ano de 1988, que tinha

como objetivo auxiliar os trabalhadores rurais e também os pescadores na organização de cooperativas. É importante frisar que a Prelazia de Cameté contribuiu significativamente nesse aspecto formativo, o qual poderá ser comprovado por meio das inúmeras publicações voltadas para essa categoria.

Extraímos da introdução dessa cartilha um fragmento que expressa a necessidade de organização dos agricultores para a comercialização das suas produções agrícolas. Após esse fragmento, colocamos uma imagem dessa cartilha, onde constam alguns dos passos para a implantação de uma cooperativa:

Para sair desta situação de miséria, muita gente procura caminhos, e, no campo, algumas Comunidades cristãs estão se fortalecendo na união e na confiança, ou seja, alguns agricultores e Pescadores estão organizando Associações Comunitárias onde a Coletivização, Grupos de Revenda, caixa Agrícola, etc. e que no momento estão respondendo aos problemas mais urgentes destes trabalhadores (CARTILHA, 1988, p. 2).

Figura 21 – Cartilha de Formação dos Trabalhadores Rurais



Fonte: Arquivos da Diocese de Cameté (1988).

Também nesta pesquisa constatamos que, devido à dimensão que os projetos votados para agricultura tomaram, a Prelazia de Cameté implementou três campos experimentais na região de sua atuação, sendo um localizado no município de Baião, especificamente na

comunidade de Brasão-Miri, e dois, em Cametá, sendo um, em Curuçambaba, uma pequena vila próxima a Carapajó, e outro, na comunidade de Aricurá, essa, por sua vez, ficava mais próximo da sede do município de Cametá.

Eram nesses campos experimentais que os pequenos produtores estudavam e, além da parte prática, aprendiam como trabalhar com a terra, o tempo para a plantação de uma determinada cultura e o ciclo de cada produção. E dos trabalhadores rurais que fizeram parte do projeto *Sítios Agrícolas*, os senhores Lucivaldo e Gerson nos informaram que conseguiram participar de algumas formações em Curuçambaba, localidade mais próxima de Carapajó.

Quanto ao conteúdo abordado nos campos experimentais, o senhor Lucivaldo informou que “[...] até essa questão aí da terra, a experiência da análise da terra, do que está faltando. Se é magnésio, se é calcário, se é fosfato”.

Figura 22 – Campo experimental de Curuçambaba



Fonte: Diocese de Cametá (sem data).

Conforme o senhor Gerson, as formações realizadas nesses campos experimentais desenvolviam atividades tanto no âmbito teórico quanto no âmbito prático. A formação sobre técnicas agrícolas foi necessária naquele contexto, pois a maioria dos trabalhadores rurais que fizeram parte desse projeto viviam do extrativismo, residiam nas ilhas, onde a prática da agricultura não era muito comum, já que a geografia não permitia o cultivo de algumas culturas. E também outros trabalhadores rurais estavam voltados apenas a monocultura da mandioca e da pimenta-do-reino.

A Prelazia de Cametá na gestão do Dom José [...] criaram um sistema de apoio aos trabalhadores rurais, no caso a agricultura familiar né, tipo assim, eles montaram lá no Município de Baião, eles compraram uma área muito grande lá de uma localidade chamada Brasão-Miri, não sei se você já visitou lá? e lá eles levavam nós; eu, por exemplo, participei de encontros durante uma semana. Saci, Bernardo e o Raul, eram os três agrônomos que iam pra lá pra repassar conhecimentos é pro agricultores, nós chegava a ter 70 agricultor lá, tudo por conta da prelazia. Da hora que você colocava o pé no barco, que não tinha estrada, a gente iam por lá né, pegava a arca [embarcação fluvial da Prelazia], naquele tempo, enchia a arca de trabalhador, subia o Mocajuba, pegava o caminhão e... lá já era estrada de chão até chegar no Brasão, e a gente tive, lá já estava presente a proposta da diversificação de cultura, eles mostravam todinho lá dentro daquele trabalho que tinha lá como era que nós deveria trabalhar pra nós ter sucesso na agricultura, não se endividar, não ter que deixar o nosso trabalho pra ir pra cidade, pra poder ajudar os filhos e tudo mais [...] (GERSON).

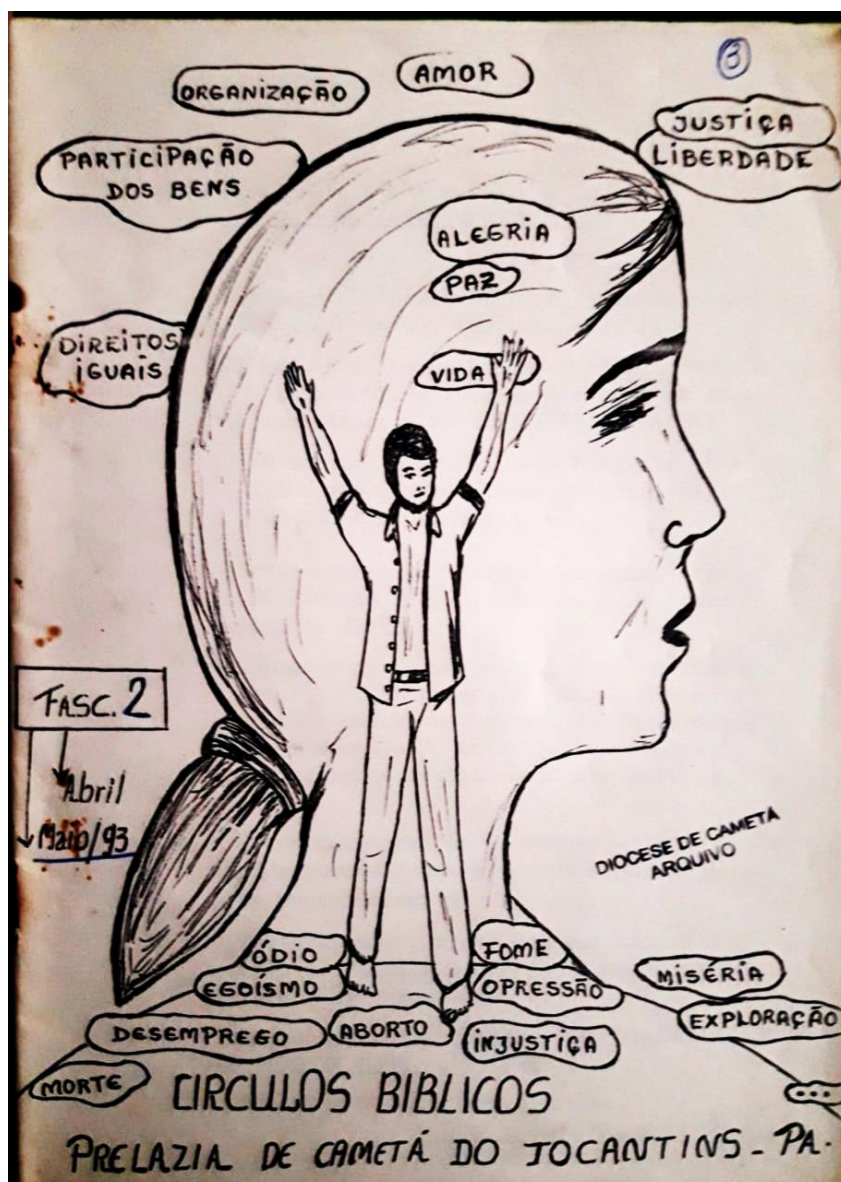
O senhor Lucivaldo também nos informou que, nesses encontros, eram discutidos outros temas, principalmente sobre política e economia, pois a conjuntura da época exigia uma reflexão que também possibilitasse a construção de uma consciência crítica diante da realidade de exploração e exclusão social. Para esse senhor, essas formações também contribuíram para uma consciência crítica, ou seja, para além das técnicas agrícolas a formação crítica também era um dos objetivos da Prelazia de Cametá.

Contribuíram em muito, era o básico, era isso, fazer com que despertasse em nossa consciência, era essa visão crítica das coisas, saber que não dar pra ser explorado, aqui até hoje o atravessador se dá bem, o grande produtor de pimenta-do-reino de Cametá [...] não tem um pé de pimenta (LUCIVALDO).

Acreditamos que a Prelazia de Cametá, por meio de lideranças comprometidas com o desenvolvimento social, propôs um tipo de educação que contribuísse com a construção do trabalhador rural como sujeito social por meio do trabalho, um saber produtivo (SOUZA JÚNIOR, 2010), pois, além das técnicas agrícolas, bem expressadas pelos nossos informantes, os encontros formativos eram associados a temas que refletiam sobre as questões sociais.

Para Frigotto (1994), o conhecimento fundamentado na criticidade possibilita a transformação da sociedade tanto no plano do conhecimento crítico quanto no plano histórico e social. Democracia, política e cidadania eram alguns dos temas mais discutidos nas atividades formativas da Prelazia de Cametá e, por sua vez, as discussões geradas nessas formações não ficavam restritas apenas às pessoas que participavam dessas atividades, pois a metodologia desenvolvida pela Prelazia de Cametá buscava capacitar essa pessoa para ser multiplicadora, uma espécie de assessora, e, a partir dessa formação, ela poderia partilhar em suas comunidades, muitas delas em localidades longínquas, onde saber ler e escrever não era privilégio dos pobres.

Figura 23 – Círculo bíblico – Fascículo 2



Fonte: Diocese de Cametá (1993).

Também como parte do processo formativo a Prelazia de Cametá adotou um material denominado Círculos Bíblicos²⁷, uma espécie de cartilha que era muito utilizada pelas comunidades cristãs para refletir e debater as questões sociais. Esse material era elaborado pelas Pastorais Sociais, dentre as quais também estava a Equipe de Agricultura, e que, devido à sua importância, transformou-se na Pastoral da Agricultura.

Para além das orientações agrícolas, da instalação dos sistemas de cantinas e do gerenciamento da produção, A. Silva (2016) descreve, em sua pesquisa, que os cursos propostos

²⁷ Segundo o Frei Carlos Mesters, referência no Brasil, esse material vem sendo utilizado pelas comunidades católicas desde o Concílio do Vaticano II, e, a partir do Evangelho, da Palavra de Deus, as pessoas são motivadas a ler a realidade e atuar sobre ela.

pela Prelazia de Cametá também se pautavam na formação sociopolítica de homens e mulheres do campo, cujo objetivo era proporcionar aos trabalhadores a construção de uma consciência crítica que os levassem a ser os verdadeiros protagonistas do processo de luta pela emancipação e transformação social.

Uma das iniciativas da Igreja progressista no baixo Tocantins foi fornecer instrumentos reais que chegasse à contestação e a resistência por parte da população contra as oligarquias. No ano de 1979, foi ministrada para 1300 pessoas um curso de Formação de Lideranças, a maioria delas nunca haviam feito curso algum na vida [...]. Foi tratada a formação ideológica com o conhecimento de cunho marxistas para os animadores comunitários; estas foram algumas iniciativas criadas para que os menos favorecidos se tornassem livres da “opressão do barão”, por isso foram organizados inúmeros encontros de formação de lideranças (SILVA, A., 2016, p. 104).

Para Arroyo (2013), esse tipo de formação vai além da educação formal e não está restrita a um determinado currículo, mas vai além de conteúdos pré-estabelecidos. A partir da relação trabalho-educação-humanização-emancipação, o processo educativo é mais profundo, pois visa ao desenvolvimento integral da pessoa.

Quando nos voltamos para os vínculos entre educação e trabalho percebemos que o modo da produção dos bens, os processos de trabalho e as relações sociais mudam e nessas transformações os seres humanos se transformam, se formam e aprendem, se individualizam enquanto seres históricos (ARROYO, 2013, p. 145).

Com base em Arroyo (2013) nota-se que essa relação foi desenvolvida no processo formativo da Prelazia de Cametá, pois não se restringia apenas ao trabalho agrícola, mas o associava a um tipo de educação para a formação humana crítica, onde as mulheres e os homens do campo deveriam ser os protagonistas da sua emancipação, sujeitos históricos e conscientes politicamente.

Nesse sentido, a socióloga Salete Aquime relatou que as práticas formativas desenvolvidas pela Prelazia de Cametá buscavam retratar o contexto social e econômico daquela realidade, assim como os anseios dos trabalhadores rurais: “Desde o início da organização das Comunidades Cristãs, havia uma preocupação muito grande com a formação do povo trabalhador. E as formações ocorriam de acordo com o contexto social e econômico da época. A igreja sempre era muito atuante e atenta aos anseios da classe trabalhadora”.

Figura 24 – Formações realizadas pela Prelazia de Cametá



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá, década de 1970.

Não podemos deixar de expressar que a maioria dessas lideranças que participaram dessas formações eram homens, como bem podemos identificar no registro fotográfico acima. Há de se destacar que as mulheres também se envolviam nas atividades agrícolas, algumas delas eram esposas desses trabalhadores rurais, e, muitas vezes, tiveram de assumir sozinhas o labor no campo e ainda cuidar da casa e dos filhos.

O senhor Lucivaldo nos informou que, durante sua saída para as atividades formativas desenvolvidas pela Prelazia de Cametá, era sua família que ficava responsável pelas atividades agrícolas, destacando principalmente a sua esposa, como podemos observar na narrativa a seguir:

A mulher principalmente [...]. Elas tinham essa visão, essa cumplicidade no trabalho. Ficavam aí. Saía daqui um mês para fazer um curso. E chegava e estava melhor do que quando a gente deixou. Os filhos moravam junto. É porque não tinha opção nenhuma. Não tinha televisão [...] não tinha opção para sair [...].

Quando perguntamos para a senhora Santana sobre os processos formativos, ela disse que “[...] para muitos teve, mas nós como éramos donas de casa, a gente não participava muito né. Mas eles iam, os homens”. Como podemos observar na fala dessa trabalhadora, quando se tratava da divisão sexual do trabalho no projeto *Sítios Agrícolas*, ficava bem claro que o trabalho do homem era no campo. E, além disso, ele também era a pessoa que respondia pelas questões

do sítio, inclusive a maioria das pessoas que participaram das formações e dos cursos promovidos pela Prelazia de Cametá eram do sexo masculino.

Essa divisão de papéis em que se evidencia a figura masculina e se naturaliza a submissão da mulher do campo é contradição que precisa ser enfrentada, pois “[...] uma coisa não pode deixar de existir sem que haja o seu oposto, e somente pode se chegar a verdade, quando se consegue encontrar o seu contrário” (BOGO, 2010, p. 27).

Para o autor, essas contradições estão interligadas, uma precisa da outra para existir, mas, nesse caso, as mulheres precisam superar essa naturalização da divisão sexual do trabalho, e, com isso, avançar no processo de emancipação e no fortalecimento de sua identidade, pois “[...] a identidade para além da cultura centra-se no ser das coisas e nas perspectivas que apontam as mudanças para frente” (BOGO, 2010, p. 27).

Durante a nossa pesquisa documental também detectamos que, além dessas formações mais no âmbito social, a Prelazia de Cametá adotou uma espécie de metodologia denominada *Fé e Política*, uma maneira de ler a realidade a partir da Bíblia. Efetivamente, Fé e Política é um movimento criado em 1989, entretanto já vinha sendo usado como metodologia, principalmente pelas CEBs e pelos movimentos sociais engajados nas lutas populares antes de ser oficialmente reconhecido como movimento.

O Movimento une Fé e Política na medida em que concebe a política como uma dimensão fundamental para vivência da Fé e a fé como horizonte da utopia política. Seu enfoque leva a assumir a causa dos pobres, oprimidos e excluídos, prioriza a conscientização e organização popular, afirma as classes populares como principal sujeito da própria história, compromete-se com o exercício da cidadania ativa e quer construir uma sociedade socialista, democrática, plural e planetária²⁸.

Foi em sintonia com essa proposta que a Prelazia de Cametá inseriu em suas formações essa espécie de metodologia, pois, além do seu enfoque principal – a causa dos empobrecidos e a organização popular – esse método tinha como centralidade a palavra de Deus, e a partir das reflexões bíblicas buscava ler e confrontar a realidade. Além disso, esse método também incentivava que as pessoas se comprometessem em entrar no processo de luta em vista de uma sociedade mais justa e para todos.

O senhor Gerson descreve essa metodologia usada nos processos formativos de modo um pouco saudosista. Talvez por se remeter a uma época em que essas formações eram uma

²⁸ Pedro A. Ribeiro de Oliveira, membro do movimento nacional de fé e política.

oportunidade de conviver com os outros trabalhadores e refletir sobre as questões sociais, “debater a situação”.

Fé e Política, ah isso é um negócio muito importante, eu fecho o olho assim e vejo que eu estou presente naquela casa, no barraco de madeira e tudo natural [...] o camaleão lá, preguiça lá, coisa linda [...] Fé, por exemplo, nada, nada, neste mundo avança e se consegue se você não tiver fé [...] a política é você debater, debater a situação (GERSON).

Figura 25 – Atividade formativa da Prelazia de Cametá



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá (sem data).

Para Arroyo (2002), a construção da identidade de classe perpassa pela produção-formação, um tipo de educação que favoreça a cultura do saber para além da escola e relacionada à formação de uma consciência de emancipação social. Nesse sentido, o tipo de formação desenvolvido pela Prelazia de Cametá estava vinculado ao processo de formação da classe dos trabalhadores rurais, uma vez que relacionava a produção e a formação na perspectiva da emancipação social pelo trabalho e pela educação.

Defender o direito dos trabalhadores a uma educação é uma proposta mais radical do que apenas defender escola para todos. A distinção entre educação, entendida enquanto instrução, e de educação entendida enquanto produção-formação de homem, na construção de identidade de uma classe é uma discussão que vai além de uma pura diferença nominal e encontra uma longa e tensa tradução teórica e prática. Entre nós a negação da escola ao povo faz parte não apenas de uma negação dos instrumentos básicos transmitidos pela escola, mas da negação do direito das classes trabalhadoras a educação e a formação da cultura enquanto classe (ARROYO, 2002, p. 77).

Nesse viés de formação para a emancipação social, a socióloga Salete Aquime, que também foi agente de pastoral e assessora do setor de Educação Popular da Prelazia de Cametá, relatou-nos que “[...] os cursos de formação, em especial os de formação sindical e política, foram elementos essenciais para que os movimentos sociais começassem a participar da vida pública, reivindicar direitos e contribuir assim, como o processo de desenvolvimento da região”.

Para Gohn (2013), por meio da Educação Popular, era possível traçar uma estratégia de conscientização articulada a uma linha de prática apolítica e de processos de aprendizagem, em que a CEB era um espaço privilegiado. Para autora, o “[...] trabalho educativo de formação de lideranças gerou também inúmeras iniciativas populares que contribuíram para a organização das massas populares [...]” (GOHN, 2013, p. 36).

Portanto, as ações formativas propostas pela Prelazia de Cametá, assim como os projetos de desenvolvimento agrícola, não só orientaram para a prática, mas também para a formação social desses sujeitos. Assim, a partir da relação educação e trabalho, os trabalhadores rurais dos *Sítios Agrícolas* e tantos outros que participaram dessas formações, puderam ter uma maior consciência social, política, mas também acerca da necessidade de organização da classe dos trabalhadores rurais e o direito em conceberem novas relações sociais não mais pautadas na exploração.

2.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO NOS SÍTIOS AGRÍCOLAS

Como mencionado anteriormente, o cultivo da pimentado-reino foi introduzido em Cametá pelos grandes proprietários de terra, pois o retorno financeiro era alto e, tendo terra ociosa e/ou com pouca plantação agrícola, eles não hesitaram em iniciar esse tipo de produção que, financeiramente, era muito positivo.

Esse tipo de cultura exigia força de trabalho e mão de obra em abundância, logo os gastos com pessoal também seriam altos. Mas, como as questões trabalhistas não eram prioridade para esses grandes produtores, e nem as pessoas que se dispuseram a esse tipo de trabalho conheciam os seus direitos, essa situação não foi considerada um problema.

Os grandes proprietários passaram a “recrutar” aqueles que estavam em meio à pobreza e desempregados. Assim sendo, não foi difícil conseguir homens e mulheres para esse tipo de trabalho. Muitos deles já entravam no trabalho devendo para o patrão, pois, antes de irem para o pimental, que geralmente era localizado em outra cidade, teriam de deixar alimentos ou algum valor em espécie para sua família. E, geralmente, esse financiamento, tanto o alimento

quanto o valor em espécie, era fornecido pelo patrão como forma de adiantamento, mas que seria debitado no salário desse trabalhador.

Durante a pesquisa de campo, constatamos que alguns trabalhadores chegaram a ir com suas famílias para o pimental, inclusive a esposa e, quase sempre, os filhos também participavam do trabalho de plantação e colheita da pimenta-do-reino. Inclusive, algumas famílias chegaram a morar em grandes barracões ou pequenas casas construídas pelo patrão, mas esses espaços não dispunham de muita qualidade.

Em quase todas essas grandes propriedades havia uma taberna, uma espécie de comércio, com materiais de primeira necessidade e também muita bebida alcoólica. Esses materiais eram repassados a título de crédito para esses trabalhadores, e, geralmente, o valor era exorbitante, mas, como não havia outra opção, eles ficavam reféns dessa situação. Situação que de certa forma gerava uma relação dependência por parte do trabalho e, até mesmo, de dominação por parte do patrão.

É comum ouvir dos mais idosos essa história de muito trabalho e pouco retorno financeiro na região de Cameté e Tomé-Açu. Quem conhece os climas da Amazônia sabe que há meses em que o sol é tão quente “que falta rasgar o coró do caboclo”²⁹. Era nesse contexto de exploração e miséria que o trabalhador rural estava submetido. E, quando a safra da pimenta acabava, essas pessoas voltavam para casa bem piores do que entraram nesse trabalho, que só gerava lucro para o patrão. Percebe-se, portanto, que esses trabalhadores viviam em um contexto de exploração nos pimentais e de opressão por conta da relação patrão-empregado.

2.3.1 O trabalho nos Sítios Agrícolas

A maioria dos sujeitos da pesquisa já havia trabalhado nas plantações de pimenta-do-reino nos municípios de Tomé-Açu, Cameté e Mocajuba. Seja em uma como em outra localidade “[...] o trabalho era muito e o salário pouco”, relatou o senhor Pelópidas. Mas por que o trabalho nas colônias São Vicente e Ponta Grossa gerava outro tipo de sentimento? Ao falarem do sentido do trabalho em seus sítios ele não era mais penoso, mas importante, como podemos observar nos relatos a seguir:

Trabalho é uma coisa muito importante pra mim, primeira coisa que se eu tivesse parado, eu tava todo duro já, preso, porque pra mim o trabalho é primeiro lugar, se não mexer [o corpo] de manhã, seis horas se não tiver com a enxada na mão isso aqui endurece, tem que tá mexendo (AFONSO).

²⁹ Notas realizadas durante a pesquisa de campo.

O senhor Afonso se refere ao trabalho como algo que vai além da sustentabilidade; o trabalho é movimento que o mantém vivo. Assim sendo, esse sujeito com sessenta e seis anos de idade, aposentado como lavrador, ainda exerce a agricultura, vê no trabalho o sentido da sua existência e o meio pelo qual ele se constrói enquanto humano. Também para a senhora Santana o “trabalho é tudo na vida da gente”;

Porque se a gente não tem trabalho [...] amanhece o dia e se a gente não tem nada para fazer... isso não é vida. Por isso que eu falo, porque quando eu viajo assim para passear com os meus filhos, tenho ido para Brasília e para Belém, eu não paro muito tempo, porque eu não gosto muito [...]. Esse aqui gosta muito de trabalho assim [se referindo ao filho]. Trabalho é tudo (SANTANA).

Essa senhora teve uma boa relação com o seu sítio e, até os dias atuais, desenvolve atividades agrícolas juntamente com o seu filho, inclusive ela o cita na narrativa. Para ela, essa proposta de transformação social pela via da agricultura foi positiva, contribuiu com a formação dos seus filhos, situação que ela considera de maior relevância, pois, apesar de todo sacrifício do trabalho nos pimentais, eles puderam ter acesso à educação.

Karl Marx (2017) aborda o trabalho como dimensão fundamental do ser humano. É meio pelo qual o homem constrói sua humanidade, já que, ao atuar sobre a natureza, ele se automodifica. Em outros termos, por meio do trabalho, o homem se humaniza, demarcando, assim, a fronteira entre a humanidade e a animalidade.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se defronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2017, p. 255).

Essa concepção de trabalho que encontramos em Marx vai de encontro ao tipo de trabalho desenvolvido em grandes propriedades de pimenta-do-reino, pois não havia uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza. O trabalho braçal retirava as forças do corpo e da mente, e aquele tipo de relação com natureza não gerava alimento para sua sobrevivência, ao contrário, estabelecia-se como um tipo conflito entre o homem e a natureza, pois era impossível ter uma relação saudável naquele ambiente de exploração.

Portanto, essa experiência de trabalho se caracterizava pela exploração do uso da sua força de trabalho, por isso são recorrentes frases como “era um trabalho escravo”, “um trabalho de exploração”. E, no caso dos *Sítios Agrícolas*, essa concepção de trabalho que encontramos

em Marx parece estar presente nas falas desses sujeitos, pois, após quase cinco décadas dessa proposta de desenvolvimento agrícola, muitos desses trabalhadores ainda buscam na agricultura, na relação com a natureza e no trabalho a afirmação de sua humanidade e o sentido de suas vidas: “trabalho é vida. Sem trabalho não tem futuro” (PELÓPIDAS).

Após analisar as narrativas dos trabalhadores rurais, percebemos que o trabalho antes da experiência dos *Sítios Agrícolas* era concebido por esses sujeitos como processo de desumanização. As condições de maltrato, de semiescravidão e de opressão nas fazendas e pimentais, cuja opulência vinha da pimenta-do-reino, construía um ser sujeitado que pouco poderia fazer para mudar esse quadro. O que ocorria nessas terras do baixo Tocantins era uma expressão microscópica das relações de desigualdade e exploração das populações do Brasil e da América Latina, presentes naquele período.

Mesmo diante de um quadro desolador, esse tipo de produção também virou “a menina dos olhos” dos pequenos agricultores e também daqueles que procuram um meio de sobrevivência. Todos viram na pimenta-do-reino a saída da miséria e da pobreza, e, mesmo que essa cultura gerasse um grande desgaste físico e a produção só desse a médio prazo, “o lucro era garantido”.

O desejo dessas pessoas que viam na pimenta-do-reino uma possibilidade de melhorar suas condições de vida e isso articulado à cooperação da Prelazia de Cametá, sobretudo na pessoa do padre João Boonekamp ao desenvolver o projeto *Sítios Agrícolas* em Carapajó, possibilitou uma virada na vida de muitos trabalhadores.

Essa nova relação de trabalho já não era mais penosa como nos pimentais dos grandes produtores, isto porque eles se sentiam parte daquela terra e, mesmo tendo que devolver o financiamento, eles se sentiam como “patrões” dos seus sítios. Foi comum ouvir nas narrativas expressões como: “tudo mudou quando conhecemos o padre Joãozinho; ele foi um segundo pai para mim; ele deveria ser canonizado”.

Gratidão, talvez seja o sentimento que essas pessoas queiram expressar, pois foi esse homem que possibilitou, por meio dos *Sítios Agrícolas*, um trabalho mais justo, não que o trabalho nos sítios fosse menos duro, mas, dessa vez, esses trabalhadores estariam desenvolvendo atividades agrícolas com a certeza de que o lucro seria deles. Entretanto, não podemos desconsiderar a possível relação de submissão dos trabalhadores em relação ao padre João Boonekamp, pois, esses trabalhadores dependeram dele para ter um espaço onde cultivar e também do financiamento, para poderem iniciar as atividades agrícolas.

2.3.2 A experiência dos sítios e as transformações na comunidade de Carapajó

Durante as entrevistas de história oral consideramos importante perguntar se essa proposta agrícola, por meio do projeto *Sítios Agrícolas*, possibilitou alguma mudança, econômica e social, em suas vidas e na comunidade de Carapajó. Ao responder essa questão, a senhora Santana relatou a vida difícil antes do projeto, associando-a à monocultura da mandioca ao falar do trabalho na roça; e que, depois da experiência dos sítios, a sua família teve a possibilidade de sair desse tipo de trabalho que não os ajudava a crescer, adquirir bens e um lar.

Possibilitou sim, e muito. Credo. A gente mudou muito. Tem vezes em que eu fico pensando. Digo aos meus filhos, quando eu pensava que eu ia ter uma televisão, que eu ia ter outras coisas? Que ia ter uma casa? [...] E eu tenho né. Era muito difícil no primeiro. Era muito difícil. As pessoas viviam de roça. E você vê que a roça é só para... é difícil (SANTANA).

Ao perguntar para senhora Santana se o padre João Boonekamp tinha tido algum ganho, ela respondeu que não, e justificou: “Não. Ele era uma pessoa simples. O que ele arrumava, era para aquilo mesmo. Olha, até a casa em que ele morava lá, nunca foi reformada [...] Ele investia o dinheiro”. E ao questionarmos sobre em que ele investia, ela respondeu: “Investia na igreja. O salão foi ele quem mandou fazer, com a ajuda do povo, né. Foi ele quem mandou fazer [...]. Agora os outros que vieram, não. Esbanjaram muito”.

Percebe-se na fala da senhora Santana um certo descontentamento e, até mesmo, uma espécie de crítica em relação aos padres que passaram por Carapajó após a saída do padre João Boonekamp. Talvez a questão financeira não seja o ponto central desse descontentamento, mas sim uma certa decepção no que tange à não afinidade com os novos padres, pois, ao perguntarmos sobre a relação de sua família com o padre João, ela chegou a se emocionar a falar dele:

Ah era demais bom. Ele era um padre muito bom. Ele vinha para cá para a colônia e ficava o dia inteiro. Ele não tinha aquela coisa de regalo, aquela conversa de comer melhor. Não. Ele comia o que tinha. E era uma pessoa muito bem-vinda para a gente. Uma pessoa muito legal. Eu falo que, na idade em que eu estou, que eu me entendi assim, ele foi um padre que ajudou muitas pessoas. Foi o único que ajudou muitas pessoas.

A senhora Isabel também relatou sobre essa questão e, assim como a senhora Santana, ela também não acredita que o padre João Boonekamp tenha se beneficiado com esse projeto: “Eu acredito que não. Não, não, não. Imagina. Nunca. A meta dele era ajudar, sabe. Eu acredito que ele gostava da nossa vila, como da cidade em que ele nasceu [...]. Tanto que ele pediu para ser enterrado aqui, né”. E nessa mesma linha de pensamento o senhor João Pereira expressou:

Se beneficiou? Não. Isso aí acho que era um sonho dele. Porque quando o cara tem coração e ele chega num lugar e ele tem espírito de ajudar, não tem hipótese nenhuma, qualquer coisa ele ajuda. Por exemplo, aqui em Carapajó, ele botou posto para cá [...], quem arranjou condição para fazer escola, aquela escola grande lá, foi ele. Se meteu no meio da política e da eleição. Porque o cara tem visão, é um cara que conhece, né. Tem gente que não conhece (JOÃO PEREIRA).

Apesar de esse sujeito ter desistido do projeto, ele nos informou que a experiência através dos *Sítios Agrícolas* foi positiva para sua família, pois possibilitou que todos os seus filhos tivessem acesso à educação. Relatou ainda que, com esse projeto, houve mudanças positivas para a comunidade de Carapajó:

Teve mudança e muito aqui. Isso aqui, eu conto para você, isso aqui eu conheci pobre. Porque tinha muito pobre. Aqui era difícil. Aqui, eu falo, que o desenvolvimento econômico, o grande desenvolvimento vem pela educação. Se você tem educação... vou lhe falar uma coisa, educação é uma das melhores coisas da vida, educação de família. Porque tem que ser de família. Se não for de família, também não dá certo. Porque hoje em dia é tudo muito diferente as coisas. Tem que ser família mesmo (JOÃO PEREIRA).

Como podemos observar, as narrativas expressaram que as relações entre os trabalhadores, as famílias e a comunidade de Carapajó se apresentavam de forma harmoniosa em relação ao padre João. Todavia, parece-nos que, implicitamente, essas relações se pautavam em um tipo de dominação que E. Thompson (2017) denomina *paternalismo*. Não uma relação de pai para filho, mas uma relação do maior para o menor, onde o pobre se colocava em uma posição de dependência do outro.

Considero essa noção de reciprocidade *gentry*-multidão, de “equilíbrio paternalismo-deferência”, em que os dois lados da equação eram, em certa medida, prisioneiros um do outro, mais proveitosa do que as noções de sociedade de uma só classe”, de consenso ou de uma pluralidade de classes e interesses (2017, p. 68).

Guardadas as devidas diferenças de contexto histórico, a ideia de paternalismo-deferência de E. Thompson (2017) nos ajuda a entrever essa mútua dependência entre os sujeitos participantes do projeto *Sítios Agrícolas* e o padre João Boonekamp. Do lado dos trabalhadores rurais, havia a dependência econômica para o financiamento da produção da pimenta-do-reino, como também da terra para a implantação dos sítios. Do lado do padre João, talvez, houvesse o sentimento de poder próprio daquele que tem o dinheiro para mandar e decidir. Mas também pode ter havido uma dependência afetiva da parte do padre por aquelas pessoas, pois há inúmeros relatos que ele frequentava as casas e fazia parte da vida deles.

Diante disso, podemos levantar a hipótese de que a relação aparentemente harmoniosa, presente nas narrativas, entre os sujeitos do projeto e o padre João Boonekamp pode velar uma

relação de poder nos moldes do paternalismo-deferência de E. Thompson. Talvez a pobreza em que viviam os trabalhadores rurais tenha sido um dos motivos que os levaram a se aproximar do padre.

Quanto ao padre João Boonekamp, sua generosidade poderia esconder uma figura autoritária e centralizadora, como, às vezes, as narrativas deixaram transparecer; ou mesmo sua aparente generosidade poderia ter ocultado uma vontade de poder.

Nesse capítulo, conseguimos alcançar um dos objetivos a que essa pesquisa se propôs, que era verificar como se deu a sua implantação, as práticas formativas e a organização dos trabalhadores que fizeram parte do projeto *Sítios Agrícolas*. E, no próximo capítulo, finalizamos este trabalho buscando evidenciar as rupturas e permanências dessa proposta de desenvolvimento agrícola realizada na comunidade de Carapajó, assim como o processo de organização social dos trabalhadores rurais da região de Cametá.

CAPÍTULO III – OS SÍTIOS E SUA SITUAÇÃO ATUAL

Passadas aproximadamente cinco décadas desde implantação dos *Sítios Agrícolas*, consideramos importante abordar três aspectos para descrever a situação atual desse projeto na comunidade de Carapajó. O primeiro aspecto diz respeito às condições atuais dos *Sítios Agrícolas*, em que buscamos verificar a transformação da natureza a geografia atual da área onde os sítios foram instalados. No que concerne ao segundo aspecto, verificamos as rupturas e permanências dessa proposta de desenvolvimento agrícola desenvolvido na comunidade de Carapajó, buscando compreender o que levou alguns trabalhadores rurais a desistirem do projeto e, até mesmo, abandonarem as terras.

No terceiro aspecto, evidenciamos as novas formas de atividades agrícolas e a relação do trabalhador rural com a natureza, visto que, com o declínio da pimenta-do-reino, alguns trabalhadores que permaneceram na terra cultivando tiveram que redirecionar a sua produção para outras culturas. Além disso, também fazemos uma reflexão de como se deu a organização dos trabalhadores rurais, o engajamento sociopolítico desses sujeitos na região que compreendia a área de atuação da Prelazia de Cametá.

3.1 AS CONDIÇÕES ATUAIS DOS SÍTIOS AGRÍCOLAS

O contato com a localidade de Carapajó nos colocou em um cenário marcado pela pobreza e pelo abandono. O ir e vir das pessoas naquela pequena vila, que aglomera inúmeras famílias sem trabalho, sem renda e sem qualquer perspectiva de vida, é bem distante do auge da pimenta-do-reino, tempo em que “dinheiro não faltava no bolso”. A Colônia São Vicente praticamente se tornou um bairro da vila de Carapajó, não é possível verificar a diferença entre uma e outra.

Quanto à Colônia Ponta Grossa, talvez, por ser mais afastada da vila de Carapajó, foi pouco loteada, e ainda são bastante presentes as atividades agrícolas. Encontramos três grandes sítios da época do projeto *Sítios Agrícolas*, do Gerson, do Pelópidas e do Dionizio³⁰. Inclusive esses três trabalhadores rurais adquiriram lotes que pertenciam aos sujeitos do projeto que fizeram parte dessa colônia.

Apesar de a área de Carapajó ainda ser considerada pelo IBGE como um espaço rural, essa localidade já apresenta características urbanas. Entretanto, do nosso ponto de vista, essa localidade é uma mistura entre esses dois aspectos, rural e urbano. Essa pequena vila possui

³⁰ Dionizio Araújo foi assassinato no ano de 2017, meses antes de iniciarmos a pesquisa de campo.

características muito peculiares, pois é localizada geograficamente entre o rio e terra firme; as relações sociais entre ribeirinhos e os agricultores com outras gerações não apresentam conflitos.

Com a visita de campo, pudemos constatar que os sítios da Colônia São Vicente “perderam” espaço para a vila de Carapajó, tornando-se uma espécie de bairro sem qualquer organização, como: vias com metragem correta, esgoto, distribuição de água potável e áreas de convivência. Algumas casas foram construídas praticamente na rua, logo não há espaço para calçadas e as pessoas circulam com muita dificuldade no período das chuvas, pois com a falta de asfalto “o caminho vira um lamaçal”, dizia o senhor Timóteo.

Figura 26 – Um dos caminhos de entrada para os sítios da Colônia São Vicente



Fonte: Registro durante e pesquisa de campo (2019).

São inúmeros problemas que decorreram após a venda dos lotes da Colônia São Vicente e, ao dialogar com as pessoas da localidade de Carapajó, fomos informados de que a maioria da terra já não pertence a quem participou do projeto *Sítios Agrícolas*. Os poucos lotes que restaram desse projeto foram divididos entre os membros da família, dos quais poucos desenvolvem atividades agrícolas.

Desse projeto, constatamos que apenas sete trabalhadores continuam desenvolvendo atividades agrícolas. Entretanto, a maior fonte de sobrevivência de suas famílias não é proveniente da agricultura, mas sim da aposentadoria de um ou dois salários mínimos, quando se tem duas pessoas na mesma família que recebe esse benefício.

Assim sendo, a maioria da terra onde foram instalados os *Sítios Agrícolas*, principalmente da Colônia São Vicente, foram vendidas e deixaram de ser fonte de sobrevivência pela agricultura. Durante a pesquisa de campo, pudemos presenciar o momento em que uma parte dessa terra foi desmatada para a comercialização de futuros lotes residenciais.

Figura 27 – Área da Colônia São Vicente sendo desmatada para loteamento



Fonte: Registro durante e pesquisa de campo (2019).

Como podemos perceber na imagem acima, as árvores foram colocadas ao chão para dar lugar a esse residencial. Os moradores informaram que os lotes desse futuro residencial serão vendidos sem qualquer tipo de documentação, pois a escritura dessa propriedade ainda está em nome da Prelazia de Cametá. Além disso, esse loteamento não obedeceu às orientações ambientais, uma vez que essa área está localizada em um espaço rural e, para que ela seja comercializada para fins residenciais, é necessário uma série de requisitos, inclusive de parecer legal dos órgãos competentes.

3.1.1 As terras e a legalização da propriedade dos *Sítios Agrícolas*

Com o retorno do padre João Boonekamp para a Província dos Lazaristas, em Fortaleza, no estado do Ceará, o projeto que ele tanto idealizou ficou para trás. Não há nenhum registro por parte da Prelazia de Cametá se outra pessoa assumiu esse projeto e nem como ficou a situação dos sítios, principalmente a questão das terras em Carapajó. O que se sabe é que o último gerente, o senhor Lucivaldo Lopes, ficou responsável em zelar pela pequena capela e o Centro Comunitário, ambos localizados na Colônia São Vicente de Paulo, em um lote que o padre cultivou no início do projeto.

Ao dialogar com os trabalhadores rurais que fizeram parte do projeto, percebemos que, de forma geral, muitos têm consciência de que a propriedade da terra é, de fato, da Prelazia de Cametá. Para esses trabalhadores, essa propriedade foi apenas cedida para que eles pudessem desenvolver atividades agrícolas, mas, em nenhum momento, o padre João Boonekamp recebeu os lotes daqueles que desistiram do projeto, e tampouco realizou o processo de doação para os trabalhadores rurais que continuaram nas terras.

Perguntamos para os trabalhadores rurais se eles tinham conhecimento do motivo que levou o padre João Boonekamp a não repassar o título de propriedade dos lotes para eles àquela época. A senhora Isabel não soube relatar, mas achou estranho o fato de ele não ter feito essa legalização, pois, na sua visão, o padre era muito correto: “Eu não tenho ideia. Não tenho ideia mesmo. Porque ele era uma pessoa tão assim correta, pé no chão mesmo, mas eu não sei o que foi que aconteceu que ele não passou”.

Também perguntamos para essa senhora por que a Prelazia de Cametá não repassou essa titularidade, uma vez que, segundo os próprios sujeitos do projeto, em nenhum momento essa instituição reivindicou o direito a essa propriedade e tampouco deu prosseguimento às atividades nas colônias: “[...] eu acredito que por falta de interesse nosso. Porque se a gente se reunisse, se conversasse, se fosse lá, eu acredito que Dom Jesus teria feito alguma coisa [...]. Então, acredito que foi assim uma falha nossa. Nós não nos interessamos” (ISABEL).

A senhora Jandira, por sua vez, nos informou que a terra foi doada tanto pela Prelazia de Cametá quanto pelo padre João Boonekamp: “Sempre ele falava assim: ‘você vão ter esse documento dessa terra para ficar para vocês’. Mas nunca chegou esse dia. E ele falava: ‘está na Prelazia, está na Prelazia’. Meu marido não fazia procuração... aí ficou desse jeito”.

Fizemos essa mesma pergunta para a senhora Santana, e ela nos respondeu que o seu “[...] marido não ligava para as coisas, né!” e acrescentou:

Porque quando a gente mora no interior, pensa que as coisas não vão acontecer. Aí um dia ele veio, eu me lembro bem. Um dia ele veio, a gente morava ali, porque tem uma estrada que passa ali né. A gente morava de frente para lá. Aí ele chegou, falou assim ‘Vicente, Vicente, olhe, vá lá, vá lá para a gente acertar, que eu lhe dou o documento’. Mas aquela coisa, ele nem ligou. O padre foi embora, ficou doente, morreu, né. Aí a gente teve que correr atrás para tirar o documento. Foi isso.

Em nenhum momento a senhora Santana procurou a Prelazia de Cametá e, quando ela disse que teve que correr atrás do documento, referia-se a um tipo de documentação expedida

pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR)³¹, mas esse documento não se trata de escritura pública, mas sim de um tipo de cadastro que possibilita acesso a benefícios sociais. Esse cadastro, também, é um dos primeiros passos para se obter a regularidade ambiental do imóvel rural.

A senhora Santana nos apresentou esse documento expedido pelo CAR, mas não permitiu que divulgássemos a imagem nessa pesquisa. E, ao analisar esse documento, constatamos que nele já constava a divisão do sítio com os seus filhos. Dessa forma, o lote dessa senhora não possui a mesma metragem da época que teve acesso ao projeto *Sítios Agrícolas*.

O senhor João Pereira também nos informou que já possui o documento do seu lote, localizado na Colônia São Vicente: “Olha, documento da terra ele não me deu [referindo ao padre João Boonekamp], só que eu já providenciei né, fazer esse documento aí. Até hoje está até cercado esse terreno”. Esse documento que o senhor João Pereira possui é como o da senhora Santana, expedido pelo CAR.

Também perguntamos para o senhor Pelópidas se o padre João Boonekamp lhe repassara a titularidade da terra: “Olha, para mim ele não passou. Até porque nem eu fiz questão. Mas com a graça de Deus não tem problema nenhum no lote. Estamos vivendo aqui tranquilos. Só nós dois que ficamos aí dessa turma. O resto tudo foi embora [...]. Vamos aguentar até o fim, né”.

O senhor Gerson, por sua vez, nos relatou que o padre João Boonekamp dizia que a terra não foi doada para os trabalhadores rurais, mas disponibilizada para que eles pudessem realizar suas atividades agrícolas. Segundo o senhor Gerson, o padre dizia:

A terra não é de vocês, a terra é de Deus, se você não quiser mais, procure uma outra pessoa e entregue. Mas na colônia São Vicente tão vendendo pedacinho por pedacinho, ele [padre João] deve tá muito aborrecido. Eu não, já comprei [se referia a um lote que ele adquiriu de outro trabalhador que era ligado ao projeto], e a gente vai tocando a situação [...] (GERSON).

Essas duas narrativas, do Pelópidas e do Gerson, reforçam o que constatamos na pesquisa de campo, e confirmam o que também descrevemos anteriormente sobre a questão da urbanização da Colônia São Vicente. Aos poucos a terra está sendo vendida e a localidade está

³¹ O CAR foi criado pela Lei nº 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP), de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Fonte: <http://www.car.gov.br>.

se transformando em bairro da vila de Carapajó. Contudo, alguns trabalhadores continuam resistindo e ainda realizam atividades agrícolas.

O senhor Lucivaldo nos informou que a terra foi doada e “[...] o que daria o direito de estar lá era a benfeitoria”. Ao cruzar essa informação com a do senhor Gerson, percebemos que, apesar de a terra não ter tido um documento legal de doação, ela estava disponível para a agricultura, finalidade principal desse projeto *Sítios Agrícolas*, em Carapajó. Segundo o senhor Pelópidas, a orientação do padre João Boonekamp era a seguinte: “Vocês vendem as benfeitorias sobre o terreno, mas não o terreno”.

Diante dessas narrativas, podemos observar o desprezo de alguns pelo documento de propriedade, isso pode desvelar outra faceta: a facticidade do uso da terra é mais importante como “prova” de direitos de propriedade. Por outro lado, ao utilizar o CAR como “prova”, há a possibilidade de se pensar em uma relação entre essa mesma facticidade e o valor que as populações pobres rurais dão ao documento.

Ao procurarmos a Diocese de Cameté para saber da situação das terras que fizeram parte dos *Sítios Agrícolas*, fomos informados pelo responsável desse departamento que essa entidade tem consciência de que a terra foi doada pelo padre João Boonekamp aos trabalhadores e suas famílias, que, de fato, fizeram parte do projeto em questão. Inclusive, relatou que já foram feitas várias tentativas para que os trabalhadores rurais pudessem ter o título de propriedade dos seus lotes.

Todavia, há um impasse tanto da parte dessas pessoas, os sujeitos que fizeram parte do projeto, quanto da atual legislação que exige várias questões para que a área seja desmembrada, como: abertura de novas vias de circulação, modificação ou ampliação das vias existentes. São pontos que exigem liberação de terrenos e alguns trabalhadores não se propuseram a disponibilizar esses espaços. Diante disso, a Diocese de Cameté não deu nenhuma previsão de quanto esse processo de legalização das terras será realizado.

3.1.2 Os trabalhadores rurais que desistiram dos sítios e o destino das terras

Conforme, Carneiro Junior *et al.* (2017, p. 143), “[...] o mercado da pimenta-do-reino é conhecido pela oscilação de seus preços, tendo como exemplo a transição dos anos 1990 e 2000, onde a produção despencou, alcança picos e despencou novamente, já que o país coleciona títulos de recordes de exportação e produção”. Diante dessa oscilação, os produtores de pimenta-do-reino de Carapajó não conseguiram se estabilizar financeiramente, e, para quem não tinha uma reserva de capital, ficou inviável dar prosseguimento a esse tipo de plantação.

Durante a pesquisa de campo, alguns informantes relataram que, no auge da pimentado-reino, muitos dos trabalhadores rurais que estavam inseridos na proposta dos *Sítios Agrícolas* tornaram-se uma espécie de patrão, passaram a contratar outras pessoas para trabalharem nos seus pimentais: “[...] tinha gente que ficava na rede espiando o que o empregado fazia, dando as ordens”³². E, segundo a senhora Júlia, essa foi uma das maiores tristezas que o padre João Boonekamp sentiu, pois, “[...] o sonho dele era que os colonos pudessem produzir o que fosse necessário para o sustento de suas famílias, e que Carapajó se tornasse uma cidade modelo e não o que ela se tornou hoje”.

Com base nesse relato e cruzando as informações obtidas nessa pesquisa documental, constatamos que a ausência do acompanhamento da Equipe de Agricultura da Prelazia de Cameté pode ter sido um dos fatores, ou o principal fator, para que a maioria dos trabalhadores rurais de Carapajó não terem se organizado enquanto classe e tampouco criado um fundo financeiro para suprir as necessidades básicas durante crises financeiras e climáticas.

Dos trabalhadores rurais que desistiram do projeto, conseguimos ter contato apenas com seis: Anália, Isabel, Romário, João Pereira, Benedito e sua esposa Maria Zeneide. Muitos deles já faleceram, outros estão com a saúde bastante limitada e ainda há aqueles que não residem mais em Carapajó ou há tempo não estabelecem nenhum tipo de contato com os moradores da vila. E, apesar dessa dificuldade, conseguimos, através dessas pessoas, narrativas muito expressivas, com informações que apresentaram o outro lado do projeto dos *Sítios Agrícolas*, o lado daqueles que desistiram de viver pela agricultura nos lotes destinados pelo padre João Boonekamp.

Antes de adentrarmos aos motivos que levaram esses trabalhadores rurais a desistirem do projeto, consideramos importante apresentar as narrativas que expressam como era a vida dessas pessoas e de suas famílias antes dos *Sítios Agrícolas*, e como eles tiveram acesso ao projeto coordenado pelo padre João Boonekamp. A senhora Isabel Igreja nos relatou, emocionada, a história de sua chegada a Carapajó:

Eu vim para cá em 68, trazida pelo padre Joãozinho. Foi o padre Joãozinho quem me trouxe, para trabalhar como professora. Como, na época, eu cheguei aqui em fevereiro de 68, tinha 16 anos, em abril completei 17, não tive direito ao contrato pelo Estado. Na época, nós éramos paróquia, então o padre Joãozinho me pagava. Eu trabalhei como professora na paróquia. Trabalhava um horário na escola e no outro eu ajudava na casa paroquial. Em 69 eu casei e fiquei aqui, e a gente começou um trabalho, eu e meu marido. Mas nós não tínhamos terreno. O pai dele tinha. Nós trabalhávamos na roça com ele e um horário eu trabalhava na escola e no outro na roça. E depois o padre João começou esse projeto de São Vicente de

³² Notas de campo em visita ao senhor Lucivaldo.

Paula, na colônia São Vicente de Paula, e ele distribuiu na época 30 lotes, para 30 famílias. E nós fomos contemplados com dois hectares.

Também tivemos contato com uma das trabalhadoras mais idosas desse projeto, a senhora Anália, que, mesmo com a saúde limitada, recebeu-nos e narrou a sua história nos *Sítios Agrícolas*. Uma história de resistência, pois, com a morte do seu marido, quase toda sua família foi desligada do projeto, já que os outros trabalhadores não acreditaram que ela, “mulher”, daria conta de tocar as atividades agrícolas.

A senhora Anália nos informou que, além da pimenta-do-reino, ela fazia roça para o cultivo da mandioca: “Roça. Tudo eu fazia lá. Eu não ficava parada lá, não”. Ela também descreveu que veio para Carapajó com dezoito anos e o seu acesso ao projeto foi através do padre João Boonekamp:

O padre fez a reunião para nós. O meu marido, ele estava vivo... cada um tinha um pedaço. Todo mundo tinha um pedaço da Colônia. E eu fiquei só eu. Os meus filhos saíram tudo, casaram tudo. Eu fiquei sozinha. Mas eu vim para cá, construí uma casa e mudei para cá [se referiu a vila de Carapajó]. É por isso que eu estou aqui agora. É. Mas eu não tive sorte, porque eu adoeci né. Eu não ando (ANÁLIA).

Diante desse depoimento, constatamos que a família da senhora Anália teve acesso ao projeto depois de uma reunião, onde os trabalhadores que já estavam no projeto, juntamente com o padre João Boonekamp, definiam quem poderia ser contemplado com um lote da colônia para poder ter acesso ao projeto *Sítios Agrícolas*.

Essa maneira pela qual a senhora Anália teve acesso ao projeto se aproxima com a narrada pelo casal Benedito e Maria. Segundo eles, a sua família não fez parte da primeira fase do projeto, devido aos outros trabalhadores não aprovarem, pois ele já era funcionário do padre. “Posso falar?”, disse a senhora Maria Zeneide, e ela nos informou que: “ele [padre João] reunia as pessoas que já faziam parte. Aí, ele fazia uma reunião e perguntava para você se você era de acordo. Entendeu? Aí se eles fossem de acordo, eles entravam, se não...”.

Com base nesses dois relatos, podemos constatar que havia, mesmo que de forma branda, uma espécie de conflito entre os trabalhadores que faziam parte do projeto com os moradores da localidade de Carapajó, pois, como não foram estabelecidos critérios concretos para entrar no projeto, algumas pessoas foram se privilegiando diante dessa inconstância, inclusive aqueles que já faziam parte impediam que outras pessoas tivessem acesso.

Percebemos ainda que, assim como não houve critérios estabelecidos para o acesso ao projeto, também não houve sobre o uso da terra para aqueles que desistiram de realizar atividades agrícolas, haja vista que a propriedade foi loteada para essa finalidade. Essa situação

pode ter influenciado alguns trabalhadores a se desfazerem da terra que poderia ter sido repassada para outras pessoas que tivessem o interesse de desenvolver atividades voltadas para a agricultura.

Ao perguntar para esses trabalhadores o que os levou a desistirem do projeto, o senhor Romário e o casal Benedito e Maria responderam que foi pela questão do declínio da pimenta-do-reino. Esse casal foi um dos últimos trabalhadores rurais a ingressarem no projeto e, segundo eles, quase não havia mais terra, “[...] o padre Joãozinho me deu outro pedaço de terra, que sobrou, mas a terra não era boa, e o preço da pimenta caiu”.

Além da questão do declínio da pimenta-do-reino, o senhor João Pereira e a senhora Anália também tiveram outras razões para desistirem da produção agrícola, conforme podemos observar nas falas a seguir:

Eu desisti do projeto, porque muito do pessoal foi embora, eles foram embora. E para mim ficar, por exemplo, eu estou com essa idade, e para eu ficar batendo cabeça com isso aí, pimenta é jogo duro, não é fácil, não. Primeira coisa, você tem que ter mente para você ficar pensando como você vai fazer e tudo. E quando você passa de uma certa idade, você não pode ficar fazendo isso, senão você não dura mais (JOÃO PEREIRA).

Porque o pimental, ele não dura muitos anos. Ele vai morrendo, vai morrendo, pronto, acabou. Assim aconteceu com os 4 mil pés de pimenta. Foram morrendo, morrendo. Sei que morreu tudo. Morreu tudo. Aí depois eu “vou me embora daqui”. Não teve mais... Acabou minha roça, tudo. Não tive força mais para plantar [...] (ANÁLIA).

Com exceção do casal, Benedito e Maria Zeneide, que devolveram a terra a pedido do padre João Boonekamp, que, segundo esses informantes, ele repassou para outra pessoa, as senhoras Anália e Isabel e os senhores Romário e João Pereira deixaram de cultivar nos sítios, mudaram para a vila, mas não abandonaram os lotes. E até o momento dessa pesquisa somente a senhora Isabel e o senhor João Pereira possuíam a terra, mas nenhum dos lotes está com produção agrícola ativa.

A senhora Isabel, por sua vez, informou que sua família está pensando em retornar as atividades agrícolas “[...] o meu filho, ele já veio aqui, conversou conosco, ‘mãe, bora ver serviço lá’, e vamos ver trabalho, porque é preciso que a gente trabalhe. Então, a gente está vendo. Não sei o quê, mas vamos plantar”.

Quanto aos lotes da senhora Anália e do senhor Romário, ambos informaram que dividiram as terras entre os seus filhos. Todavia, alguns desses filhos já venderam a sua parte, e outros apenas têm o espaço como residência ou como bem.

3.2 RUPTURAS E PERMANÊNCIAS NAS COLÔNIAS SÃO VICENTE E PONTA GROSSA

Conforme observamos no decorrer da pesquisa, o projeto *Sítios Agrícolas* passou por vários momentos e processos de financiamento para que ele fosse levado adiante. As mudanças na condução de proposta mais voltada ao social, como o projeto *Sítios Agrícolas*, são, de certa forma, consideradas normais, pois, no decorrer na implementação de programa e/ou projetos, situações não previstas “obrigam” o redirecionamento das ações, podendo ser positiva ou negativa, nem sempre é possível prever.

Mas, no caso do *Sítios Agrícolas*, devido ao padre João Boonekamp conduzir de forma muito autônoma esse projeto, essa postura individualista deve ter dificultado o redirecionamento das ações, pois, quando um projeto funciona de forma mais coletiva e com uma gestão participativa, “as novidades na ação”, ou seja, aquilo que não estava previsto e nem foi cogitado no planejamento são melhor aceitas quando os sujeitos estão envolvidos e, conseqüentemente, o comprometimento é maior.

As novidades na ação no projeto *Sítios Agrícolas* foram tão fortes e, ao mesmo tempo, tão bruscas que causaram rupturas graves tanto nos aspectos administrativo e econômico, como também na produção. E, com base na análise dos dados, intuímos que esses três pontos foram os que mais dificultaram o encaminhamento desse projeto na comunidade de Carapajó. Na verdade, foram situações não previstas que tiveram dificuldade de serem redirecionadas.

Do ponto de vista administrativo, processo que contempla o aspecto financeiro, o controle e o monitoramento das ações, no caso dos *Sítios Agrícolas*, esse procedimento foi extremamente frágil, pois, detectamos nas entrevistas de História Oral, três modalidades de financiamento dos insumos e também os acordos de devolução desse financiamento, em sua maioria, não foram cumpridos pelos trabalhadores rurais. Até porque, conforme relatos de alguns sujeitos que fizeram parte dessa experiência agrícola, não havia exigência quanto à devolução do valor investido no pimental e tampouco o padre João Boonekamp solicitava os lotes daqueles trabalhadores rurais que desistiram do projeto. Logo, não havia controle e critérios para aqueles que deixassem de produzir e, apesar de terem sido contratados gerentes para auxiliar nesse aspecto, talvez, pela inexperiência dessas pessoas e/ou flexibilidade do padre João Boonekamp, esses fatores contribuíram para essa fragilidade na gestão.

Quanto ao processo de seleção dos trabalhadores rurais, detectamos que também não foram estabelecidos critérios, tanto que constatamos, no mínimo, quatro maneiras de acesso ao projeto *Sítios Agrícolas*, sendo: 1ª) necessidade da família; 2ª) os agricultores já participantes

do projeto juntamente com o padre decidiam quem entraria; 3ª) por meio de indicações de outras pessoas; e 4ª) relação de amizade com o padre João Boonekamp. Diante desses dados, constatamos que a falta de critérios mais consistentes, e que considerassem outras questões além da situação familiar e relação de amizade, podem ter contribuído para a desistência de alguns trabalhadores rurais.

Um outro aspecto do âmbito administrativo era o processo de acompanhamento dos sítios. Nesse ponto, apesar de o padre João Boonekamp estar junto aos trabalhadores, realizar constantemente visitas nos sítios das duas colônias, verificamos que somente a boa vontade dele não era suficiente. Mesmo que alguns trabalhadores participassem dos processos formativos da Prelazia de Cametá, o projeto, em si, estava desconectado da entidade, tanto que as orientações sobre o Plano de Sítio que vinha sendo incentivada pela Equipe de Agricultura também estavam “soltos”, isto é, não foram implementados de fato no projeto em Carapajó.

A questão da economia, mais restritamente em relação ao mercado de exportação da pimenta-do-reino, foi um dos principais fatores para que esse projeto não fosse levado adiante, uma vez que, com a queda do valor de venda da pimenta-do-reino, os produtores tinham mais prejuízos do que lucro, haja vista o custo da produção desse tipo de cultura ser elevado. O chamado declínio da pimenta-do-reino, portanto, configura-se a partir desse aspecto do mercado, onde a lei da oferta e da procura, que dita a economia, interferiu nessa produção, ao ponto de a maioria dos trabalhadores das colônias desistirem não só de cultivar a pimenta-do-reino, chegando inclusive a abandonar a terra.

Diante do exposto, consideramos que, apesar de muitas famílias permanecerem nos sítios, as rupturas foram tão marcantes que o próprio idealizador desse projeto, padre João Boonekamp, não teve forças e nem condições para retomar as ações, mas também porque os recursos financeiros, que geralmente eram oriundos de outros países, estavam cada vez mais limitados. Buscamos junto à Diocese de Cametá dados sobre o valor total desse projeto, mas a entidade não dispõe do valor real do que foi investido em Carapajó, somente nos informaram que tudo que é relacionado a esse projeto estava ligado diretamente ao padre João Boonekamp.

3.2.1 O mercado da pimenta-do-reino e a venda na folha

Com o declínio da pimenta-do-reino, uma crise se instalou nos *Sítios Agrícolas* de Carapajó e muitos dos trabalhadores rurais desse projeto – entre eles, conforme informamos anteriormente, as famílias do Romário, João Pereira, Anália, Isabel e do Benedito – desistiram. Nas suas narrativas, é comum expressões como: “só prejuízo”, “muito trabalho e pouco

dinheiro”, “o investimento era alto para pouco retorno financeiro”. Percebe-se, portanto, que as despesas eram maiores do que a receita, e como essa era a única cultura que muitos deles cultivavam, a melhor saída foi desistir dos sítios.

A desistência de parte dos trabalhadores rurais não se deu de maneira rápida, muitos deles continuaram desenvolvendo esse tipo de cultura, mas acabaram aderindo a práticas comerciais não muito indicadas, como a venda de pimenta-do-reino na folha. Esse tipo de transação comercial era uma espécie de venda antecipada, sem muito formalidade, pois “a palavra valia muito daqueles tempos”, dizia o senhor João Pereira.

Essa prática tornou-se muito comum entre os produtores da pimenta-do-reino de Carapajó e de localidades da região do baixo Tocantins. O preço da pimenta em folha geralmente era bem abaixo do valor do mercado, e quem fazia essa compra recebia a quantidade do produto conforme estabelecido na negociação, ou seja, mesmo que o valor desse produto fosse valorizado o acordo teria que ser cumprido.

Para Candido (2017, p. 192), esse tipo de relação “[...] entre os pequenos agricultores e o mercado impessoal, o comerciante das vilas e cidadezinhas age como intermediários e regulador, ao seu modo, contribuindo não raro para acentuar as condições de instabilidade e insegurança”. Desse modo, foi nesse tipo de comercialização que muitos produtores da região do baixo Tocantins perderam toda a sua produção, pois a lógica do mercado nem sempre era favorável ao produtor, mas quase sempre era favorável ao atravessador. Diante disso, muitos produtores, quando entregavam o produto, ainda ficavam devendo, pois, a produção nem sempre dava para suprir a quantidade do produto acordado.

Segundo Carneiro Junior *et al.* (2017), os compradores, que não são os atravessadores que acabamos de citar, são os principais responsáveis por essa oscilação de preços da pimenta-do-reino e que está diretamente ligada aos interesses do mercado, mais especificamente à Lei da Demanda: maior quantidade é igual a menor preço *versus* menor quantidade mais valorizado o produto ficará.

O mercado de pimenta-do-reino se depara com restrições, as quais fazem com que a sua demanda sofra alterações claras no decorrer dos anos. Esse comportamento se aplica porque, em primeiro lugar, toda a produção de pimenta-do-reino tem um preço, em segundo lugar os compradores dispõem de uma renda limitada com a qual pode comprar a produção (CARNEIRO JUNIOR *et al.*, 2017, p. 142).

Diante do que foi explanado, podemos considerar que a crise do mercado pode ter sido um dos maiores fatores que contribuíram para que os trabalhadores do projeto *Sítios Agrícolas* desistissem não só do cultivo da pimenta-do-reino, mas também dos sítios. Para Candido

(2017), toda crise é uma oportunidade de transformação ou difusão para dar continuidade ao processo que estava sendo desenvolvido, mas, para isso, duas categorias são fundamentais: persistência e alteração:

Em toda conjuntura de crise podem-se observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. Os primeiros constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais que, oriundas de período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Os segundos são formações novas, geradas no seio do grupo, ou nele incorporada por difusão, para reajuste do seu funcionamento (CANDIDO, 2017, p. 186).

Com base no autor, podemos relacionar essas suas categorias – persistência e alteração – à crise da pimenta-do-reino, pela qual o projeto *Sítios Agrícolas* passou. Sendo que uma parte dos trabalhadores rurais não conseguiu se reconfigurar e desistiu. Todavia, houve uma pequena parcela que persistiu, alterou o seu modo de produção e até os dias atuais permanecem nos sítios cultivando.

3.2.2 A monocultura da mandioca e o cultivo do maracujá

Durante esta pesquisa, tivemos contanto com sete trabalhadores rurais que permaneceram nos *sítios*, e que, juntamente com as suas famílias, continuam desenvolvendo atividades agrícolas. Muitos deles narraram que, devido ao declínio da pimenta-do-reino, houve uma considerável mudança nos tipos de culturas dos sítios. Com exceção do cultivo da mandioca, também denominada “lavoura branca”³³, que, mesmo com a pimenta-do-reino no auge, esse tipo de produto continuava sendo cultivado.

Essa questão pode ser justificada pelo fato de a mandioca produzir a farinha, um dos produtos complementares ou até mesmo considerado base para a alimentação da população dessa região do Pará, que, associada ao açaí, torna-se um dos produtos alimentares mais consumidos pelos paraenses. Não obstante, a monocultura da mandioca foi, por décadas, um dos únicos produtos cultivados nessa região de Cametá, e era uma das culturas que a Prelazia de Cametá queria romper por meio da sua proposta denominada Plano de Sítio. Mas, com o declínio da pimenta-do-reino no final das décadas de 1980, a monocultura da mandioca foi uma das alternativas que esses trabalhadores encontraram para manter suas famílias.

Portanto, foi por meio da “roça”, expressão dada para os locais de produção de mandioca, que muitos dos trabalhadores rurais do projeto *Sítios Agrícolas* puderam permanecer cultivando na terra. Somente no final da década de 1990 que as novas formas de agricultura

³³ Monocultura da mandioca.

foram de sendo desenvolvidas nos sítios, como foi o caso da produção de maracujá, relatada pelos senhores Benedito, Lucivaldo e Gerson. Segundo essas pessoas, esse projeto de cultivo do maracujá foi financiado pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)³⁴.

Esse tipo de produção não foi promissor na comunidade de Carapajó, pois muitos agricultores cultivaram o maracujá, logo a produção foi muito grande para aquela pequena região. E por falta de uma política de escoamento e comercialização, os produtores não conseguiram comercializar essa produção. Dessa forma, a maioria da produção foi descartada, ou seja, literalmente foram “jogadas fora”, no dizer do senhor Lucivaldo.

Além dessa dificuldade, a Lei da oferta e da procura mais uma vez atingiu esses trabalhadores, pois a oferta de maracujá era grande e a procura era pouca. Com base em Bogo (2010), acreditamos que a individualização e a não coletivização prejudicaram o desenvolvimento desses produtores. Para o autor, esse tipo de situação acontece, principalmente, em regiões em que a produções agrícolas não são diversificadas.

Essa situação poderia ter sido evitada se houvesse organização entre os trabalhadores rurais dessa comunidade, mas, primeiramente, precisava-se romper com qualquer tipo de competição entre esses sujeitos, pois, “[...] quando são contradições não antagônicas, como é o caso de camponeses pobres e proletariados, elas se dão em outra dimensão” e “[...] serão superadas não pelo enfretamento das classes, mas pelo desenvolvimento das forças produtivas” (BOGO, 2010, p. 28).

Assim sendo, além da necessidade organizativa, não é apropriado que todos os agricultores cultivem apenas um tipo de produto, pois o mercado nem sempre está a seu favor. O mais interessante para os pequenos agricultores é realizar uma agricultura diversificada, e, para isso, a organização e a cooperação é fundamental, pois, com um planejamento adequado esses agricultores podem superar uma possível crise com menos dificuldade.

Portanto, para romper com essa lógica do mercado, oferta e procura, cada agricultor poderia se debruçar a uma espécie de cultura, assim a comunidade teria produtos diversificados para a comercialização, isto é, não mais restrita a uma cultura como foi caso da pimenta-do-reino e do plantio de maracujá, cultivados na comunidade de Carapajó.

³⁴ O FNO é a principal fonte de recursos financeiros estáveis para o crédito de fomento da região Norte e um dos principais instrumentos econômico-financeiros de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborada pelo Ministério da Integração Nacional. Fonte: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/fno>.

3.3 DO DECLÍNIO DA PIMENTA-DO-REINO ÀS NOVAS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS

No que concerne à época da pimenta-do-reino, para Filgueiras *et al.* (2017, p. 10), “[...] os anos 1980 foram melhores para os produtores dessa atividade, pois os preços no mercado compensavam os custos relativamente altos na exploração do pimental”. Em Carapajó, já no final dos anos oitenta, adentrando a década de 1990, a pimenta-do-reino começou a decrescer significativamente e a venda não cobria mais os custos, foi nesse momento que muitos dos trabalhadores rurais dos *Sítios Agrícolas* deixaram de produzir essa cultura.

Nesse período, considerado como o ápice do declínio da pimenta-do-reino, os trabalhadores rurais que permaneceram na terra tiveram que se adaptar a essa realidade e passar a cultivar outras culturas, uma situação nova frente ao histórico de fartura que a pimenta-do-reino gerou por alguns anos.

Logo, não seria uma transição simples, tanto do ponto de vista financeiro quanto das novas formas de produção. Uma vez que eles teriam que sair da monocultura da pimenta-do-reino, que gerou muito lucro, e se adaptar aos novos tempos, ou seja, passar a cultivar outros produtos agrícolas para não mais atender somente à demanda do mercado, mas sim ter uma variação de produtos que garantissem a subsistência de suas famílias.

Nesse aspecto, recordamos da senhora Maria Zeneide, esposa do senhor Benedito, quando ela nos informou que o padre João Boonekamp sempre dizia que não se deveria cultivar apenas a pimenta-do-reino, mas também outros tipos de produção, pois “[...] ele já previa que isso poderia acontecer”:

[...] o padre sempre falava “não plante só pimenta, plante outras coisas, porque um dia a pimenta pode ir para baixo”, como ela foi. E aí eles ficaram... porque eles não pensaram no futuro. Eles só pensavam no momento. Porque eles tinham dinheiro, eles faziam gato e sapato. Faziam tudo o que quem tem dinheiro faz (MARIA ZENEIDE).

Esse momento de transição entre a cultura da pimenta-do-reino para outras formas de plantações agrícolas foi bastante desafiador para esses trabalhadores rurais, pois, mesmo que os tratos culturais do cultivo da pimenta-do-reino fossem árduos, o retorno financeiro era garantido. E, com a produção de novas culturas, não se sabia ao certo se haveria mercado e, conseqüentemente, se o retorno financeiro seria gratificante.

3.3.1 Novas formas de produção em vista de uma agricultura diversificada

A transição da monocultura da pimenta-do-reino para outras formas de culturas marcou de certa forma as novas formas de produção dos *Sítios Agrícolas*. Todavia, nem todos

os trabalhadores rurais aderiram a essa nova proposta de uma agricultura mais diversificada, pois muitos deles ainda se encontravam decepcionados com o prejuízo que o declínio da pimenta-do-reino causara, ao ponto de não quererem realizar mais atividades agrícolas.

Assim sendo, foram poucos os trabalhadores rurais que aderiram a essa nova proposta, e, atualmente, apenas sete famílias ainda estão realizando atividades agrícolas nos sítios em Carapajó. E todos esses trabalhadores³⁵ já se aposentaram como lavrador, mas, por uma questão de complementação da renda, e, especialmente, pela relação que eles mantêm com aquele espaço, eles ainda cultivam e também residem nos lotes das colônias de Carapajó.

Figura 28 – Sítio da Santana na Colônia São Vicente



Fonte: Registro durante a pesquisa de campo (2017).

Conforme os dados obtidos em nossa pesquisa de campo, detectamos que apenas sete trabalhadores ainda permanecem desenvolvendo atividades agrícolas nessa modalidade, tendo como principais atividades a plantação de hortaliças, maracujá, açaí, cacau, entre outras. Além dessas atividades, alguns trabalhadores fazem criação de pequenos animais (galinha caipira e patos), e já há iniciativas de criação de peixes em cativeiro.

Ao chegar nos sítios do Gerson, Lucivaldo, Timóteo, Afonso, Pelópidas, Jandira e Santana, durante a pesquisa de campo, encontramos áreas com espaços bem mais verde em relação a outros lotes que mantêm produção agrícola ativa. A agricultura, de fato, é mais diversificada e percebemos uma variedade de produtos sendo cultivados, e, conforme esses sujeitos, até mesmo a relação com a natureza que atualmente eles estabelecem se dá forma diferente em relação à época dos grandes pimentais.

³⁵ Afonso, Gerson, Lucivaldo, Santana, Jandira, Pelópidas e Timóteo.

Esses sujeitos relataram que essa mudança ocorreu devido ao fato de eles perceberem que era por meio da natureza, do cuidado com a terra, que a subsistência da sua família seria gerada e também, quanto mais preservado esse espaço fosse, maior seria a qualidade de vida deles. A senhora Santana expressa bem essa nova relação com a natureza: “Eu fico olhando e falo ‘nossa, como está lindo’. Lindo, porque era um campo, não tinha nada. Só tinha a casa mesmo, os paus que não serviram para nada assim, que foram derribando tudo. E agora eu olho, eu acho essa beleza”.

Para Mior (2005), a principal mudança nas teorias sobre o desenvolvimento rural surge da necessidade de substituir os modelos ditados pelo mercado para uma proposta sustentável. Para isso, o autor acredita que as particularidades da localidade tanto no âmbito social quanto no econômico, assim como as relações culturais e ambientais devem ser levadas em conta, pois são questões que influenciam diretamente esse novo modelo de produção mais sustentável:

As teorias de desenvolvimento passaram a combinar o entrecruzamento entre forças externas e locais como categoria central para entender as especificidades e diversidades que levam para a configuração de um mundo rural cada vez mais diferenciado e com diferentes chances de sustentabilidade. Esta passa a ser dependente das singulares condições ambientais, sociais, culturais e econômicas de uma região, que permitiram abrir espaços para iniciativas locais que surjam de baixo para cima e não no sentido oposto, como era característico dos modelos exógenos (MIOR, 2005, p. 11).

Nesse processo de mudança do modo de produção, os agricultores de Carapajó puderam, sem mesmo conhecer qualquer teoria sobre sustentabilidade, pautar uma agricultura em sintonia com as questões ambientais, culturais e sociais, de modo que a diversidade dos seus sítios retrata essa nova forma de produção em respeito à natureza.

Figura 29 – Sítio do Gerson: atividade de piscicultura



Fonte: Registro durante a pesquisa de campo (2017).

Ao cruzar os dados fornecidos pelo senhor Gerson com os dados da pesquisa documental, constatamos que esse trabalhador é o que mais se aproxima da proposta pensada pelo Plano de Sítio da Prelazia de Cametá, uma espécie de Sistemas Agroflorestais (SAFS)³⁶, que vêm sendo implantados em muitas localidades do Brasil.

Cabe informar ainda que esse trabalhador extinguiu do seu sítio o cultivo da pimenta-do-reino e sua produção agrícola está pautada principalmente na plantação de hortaliças, conforme podemos visualizar na imagem a seguir.

Figura 30 – Sítio do Gerson: canteiro de hortaliças



Fonte: Registro durante a pesquisa de campo (2017).

3.3.2 O trabalhador rural e sua relação com a natureza

Ao analisar os depoimentos e refletir sobre as conversas que tivemos durante a pesquisa de campo, detectamos que um dos desafios ao cultivar a pimenta-do-reino foi em relação ao modo de viver desses trabalhadores rurais com esse novo espaço geográfico. A maioria dos sujeitos que participaram do projeto *Sítios Agrícolas* das Colônias em Carapajó nasceram e viveram boa parte de suas vidas na região das ilhas, onde o extrativismo era a única fonte de subsistência, e passar a cultivar pimenta-do-reino mudaria totalmente a relação que eles estabeleciam com a natureza:

³⁶ SAFs para recuperação ambiental são sistemas produtivos que podem se basear na sucessão ecológica, análogos aos ecossistemas naturais, em que árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas, de acordo com um arranjo espacial e temporal pré-estabelecido, com alta diversidade de espécies e interações entre elas. Em geral, nos SAFs são realizados plantios de sementes e/ou de mudas. Os recursos e o retorno da produção são gerados permanentemente e em diversos estratos. Fonte: Site da EMBRAPA: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>.

A vida antes, eu acho que todos praticamente, independente dos que tinham comércio, essas coisas, todos eram extrativistas. A gente vivia única e exclusivamente daquilo que a gente ia buscar na natureza: é o peixe, a caça, a fruta, por exemplo, a andiroba pra vender né, pra beneficiar, vender o óleo. Só que era muito minguado os valores, a gente só não fazia roça de mandioca pra sustentar a farinha. E no mais era isso, colocar a malhadeira, que tava surgindo naquela época, surgiu né, na década de 60, 70, e era o que a gente fazia, extraía da natureza, no mais não se tinha perspectiva de nada (LUCIVALDO).

Assim como Lucivaldo, outros sujeitos que fizeram parte do projeto *Sítios Agrícolas*, moradores das Ilhas de Cameté e que sobreviviam da coleta dos recursos naturais gerados pela natureza, da pesca e de outras maneiras de extração, passaram a integrar a categoria dos lavradores, pois a Amazônia “[...] foi construindo um sistema integrado por pescadores, coletadores de castanha, mateiros extratores, de seringa, de peles, de couro, de resina de árvore, de ouro e de diamante” (PAES LOUREIRO, 1995, p. 26).

Para Paes Loureiro (1995), a Amazônia, ao longo dos tempos, construiu uma espécie de vida e trabalho no ambiente rural integrando aos ribeirinhos e extrativistas um rol de pessoas com categorias diversas que vivem da floresta. Todavia, apesar dessa integralização, os sujeitos dos *Sítios Agrícolas*, ao passarem a viver em terra firme, do cultivo da terra, cujas atividades agrícolas são cheias de desafios e possuem peculiaridades, não pareceria ser tão fácil, como expressou o senhor Pelópidas, quando iniciou a plantação da pimenta-do-reino na Colônia Ponta Grossa:

Aí eu comecei aqui no meio de janeiro, levantar as estacas, cavar quatro, cinco buracos e encheu d’água. Aí parou tudo. Aí que a tristeza veio, né? Quer dizer, tá começando e dá um problema desse de água logo, é o fim de tudo. Aí uns amigos que eu arrumei aí falaram “olha, manda cavar um buraco aqui do lado que resolve o problema”. Aí comecei em março, até o final de abril, enfiei umas estacas aí e já resolveu (PELÓPIDAS).

Portanto, para cultivar a pimenta-do-reino, cultura financiada pelo projeto *Sítios Agrícolas*, eram necessárias algumas técnicas que iam além do movimento próprio da natureza, caso contrário todo o trabalho iria “por água abaixo”. Além disso, essa mudança de espaço e da nova forma de trabalho interferiu na maneira como esses sujeitos se relacionavam com a natureza, pois, para cultivar a pimenta-do-reino, era necessário desmatar grandes áreas verdes, alguns ainda com plantas nativas, haja vista que esse tipo de cultura necessitava de espaço para ser produzida.

De extrativista a trabalhador rural, o espaço de sobrevivência desses sujeitos foi alterado, fazendo com que eles, por meio da produção agrícola, estabelecessem outra forma de relação com o espaço, pois “[...] é por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza

essa união entre espaço e tempo. Essa realização se dá sobre uma base material; o espaço e seu uso; a materialidade em suas diversas formas, as ações em suas diversas feições” (SANTOS, 2006, p. 33).

Desse modo, a união entre espaço e tempo no projeto *Sítios Agrícolas* marcou, de certa forma, o processo de desenvolvimento social da localidade de Carapajó. Entretanto, ao ouvirmos esses sujeitos, constatamos que o novo espaço onde fora implantado o esse projeto rompeu com a relação espaço natureza que essas pessoas haviam estabelecido enquanto extrativistas, pois a maneira como esses sujeitos passaram a se relacionar com a natureza não era mais de retirar, extrair, mas sim de cultivo de novas plantações e, para isso, “devastar” a natureza.

Não queremos aqui afirmar que esse projeto não contribuiu com a mudança de realidade desses sujeitos e de suas famílias, haja vista que, além de essa iniciativa possibilitar geração de trabalho e renda, pôde ainda estabelecer uma nova construção social, pois, através dos espaços de formação promovidos pela Prelazia de Cameté, esses sujeitos puderam lutar pela transformação da sociedade.

Todavia, precisamos evidenciar que os dados da nossa pesquisa apontaram que essa nova forma de viver e sobreviver pela agricultura impactou a maneira como esses sujeitos se relacionavam com a natureza, tendo que, ironicamente, desmatar (devastar) para poder plantar, pois o cultivo da pimenta-do-reino precisava de longas extensões de terras para poder dar lucro.

Ao dialogar com as pessoas da comunidade de Carapajó, tivemos vários relatos da imensidão de floresta que havia nesse espaço antes do auge da pimenta-do-reino, pois, para que fosse realizado esse tipo de plantação, muitas árvores tiveram de ir ao chão e várias queimadas foram realizadas para “limpar” a área.

Esse método de limpeza por meio das queimadas ainda é muito comum nos dias atuais, pois trata-se de uma técnica de baixo custo e que facilita a limpeza da área, principalmente para aqueles que não dispõem de maquinário agrícola. Todavia, essa prática aquece a terra e empobrece o solo.

Para Sá *et al.* (2006/2007, p. 92), essa prática de queimadas nas produções agrícolas também é motivada pela ausência de políticas para produção dos agricultores e pela falta de assistência técnica capacitada que acompanhe, de fato, os pequenos produtores.

Essa prática, por ser de baixo custo e de fácil adoção, vem persistindo em função da baixa fertilidade da maioria dos solos da região, do elevado custo de fertilizantes e corretivos, particularmente calcário, e da insuficiência de políticas

adequadas de fomento e assistência técnica a esse relevante segmento de produtores.

Consideramos importante colocar, abaixo, duas imagens que foram adquiridas no *site* da EMBRAPA, para que possamos visualizar o cenário de um pimental. A primeira imagem retrata o início da produção com as estacas fincadas e, na segunda imagem, podemos visualizar a pimenta-do-reino em crescimento.

Figura 31 – Pimentais em construção



Fonte: Infoteca Embrapa.

Portanto, naquele tempo quando o extrativismo foi substituído pela produção agrícola, por meio da cultura da pimenta-do-reino, a relação entre homem e natureza foi alterada, pois, com o cultivo da pimenta-do-reino, esses sujeitos tiveram que criar novos meios para viver nesse ambiente. Como falamos anteriormente, esse tipo de cultura agride a natureza desde o momento de preparação do espaço até a realização dos tratos culturais.

A relação saudável com a natureza e o sentido de ter a terra como espaço de vida só se fortaleceu com o declínio da pimenta-do-reino. Nesse momento, muitos trabalhadores perceberam que deveriam cuidar da natureza, pois era por meio dela que eles poderiam retirar tudo o que fosse necessário para sobreviver, conforme testemunho da senhora Santana:

Ela é tudo [se referia à terra], porque a gente, com essa terra, quando eu vou ali para o meu quintal eu fico olhando. Eu fico olhando e falo ‘nossa, como está lindo’. Lindo, porque era um campo, não tinha nada. Só tinha a casa mesmo, os paus que não serviram para nada assim, que foram derrubando tudo. E agora eu olho, eu acho essa beleza. É tudo a terra para a gente. Por isso que o meu filho fala assim ‘olha, a gente não vende o que a gente tem. Porque isso tudo é terra. E a terra não acaba, o que se acaba somos nós’.

Essa nova forma de lidar com o espaço, a relação homem e natureza por meio do trabalho, o que Santos (2006, p. 16) denomina *técnica*, proporciona ao homem a vida, a

produção e a criação de espaço. Esses três pontos têm sua origem na técnica, ou seja, “[...] é por intermédio da técnica que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo” (SANTO, 2006, p. 33).

Figura 32 – Antigo sítio da Colônia de São Vicente de Paulo



Fonte: Registro durante e pesquisa de campo (2019).

Portanto, consideramos que o espaço compreendido pelos sujeitos do projeto *Sítios Agrícolas* vai além do físico, da terra que produz e gera subsistência. Esse espaço também é cultural, tem suas raízes e costumes, e, associado a esses dois pontos, ele é social, de reprodução, pois determina as necessidades sociais, econômicas e políticas, e, dessa forma, reproduz a totalidade social em vista da transformação da realidade (SANTOS, 2006).

3.3.3 Organização dos trabalhadores rurais

Superado o período do declínio da pimenta-do-reino, os trabalhadores rurais que persistiram nas atividades agrícolas também deram um passo importante quanto à organização da classe dos sujeitos do campo, pois, além da questão do desenvolvimento social pela agricultura, eles precisavam entrar no processo de luta pelos seus direitos, pelo reconhecimento da sua categoria em vista ao enfretamento da exclusão social. Foi nesse momento de organização dos trabalhadores rurais que a Prelazia de Cametá, por meio dos processos formativos, apareceu com mais intensidade no território de Carapajó.

Os processos formativos desenvolvidos por essa instituição possibilitaram aos trabalhadores rurais uma interação mais consciente com a natureza e, principalmente, incentivou esses sujeitos a serem mais comprometidos, os verdadeiros protagonistas, com a luta pela transformação da sociedade. Podemos considerar, portanto, que o princípio educativo pelo

trabalho esteve presente no projeto *Sítios Agrícolas*, sobretudo quando a Prelazia de Cametá buscou, por meio dos processos formativos, associar a prática agrícola a outros temas, como: economia, política e reflexão dos problemas sociais.

A dinâmica histórica do trabalho e, principalmente como este se movimenta, numa perspectiva ética em relação ao processo de educação. O homem se dá conta de sua posição no mundo e interage com a natureza, para ela, inicialmente, tirar o seu sustento, em seguida seus prazeres, suas utopias, etc. Desta forma trabalho e educação caminham juntos, e é nessa interação, sem previsão de terminalidade, que os homens se tornam cada vez mais humanos, numa busca incessante para descobrir formas novas de se firmarem. É importante, nesse processo inacabado que se firma a integridade humana, apresentando-se fielmente em sua incompletude (SILVA, G., 2006, p. 78).

Nessa perspectiva, a Prelazia de Cametá foi a instituição de grande importância para a região do baixo Tocantins, principalmente para as lideranças dos municípios de Cametá, Mocajuba, Baião, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, pois criou espaços de formação e fomentou a organização social de trabalhadores e trabalhadoras para o processo de luta por superação das relações sociais de exclusão, conforme relata a socióloga Salete Aquime:

Foi fundamental a Igreja abrir-se para a vida do povo, para o olhar aos menos favorecidos. Os cursos de formação, em especial os de formação sindical e política, foram elementos essenciais para que os movimentos sociais começassem a participar da vida pública, reivindicar direitos e contribuir assim, como o processo de desenvolvimento da região.

Para a socióloga, esse movimento em favor dos menos favorecidos, só foi possível, pois “[...] a igreja [Prelazia de Cametá] fez uma clara opção pelos pobres, e o Dia do Lavrador e a Luta pela Terra foram os maiores exemplos dessa opção” (SALETE AQUIME). E, ao desenvolver processos de formação nas áreas sindicais e políticas, essa instituição possibilitou que a classe trabalhadora se engajasse nas questões sociais e em espaços de gestão, educação, debate e formulação para a garantia dos direitos sociais.

Na pesquisa documental realizada nos arquivos dessa instituição, encontramos diversos relatórios dos encontros de Lavradores que a Prelazia de Cametá organizava através da Equipe de Agricultura. A imagem, a seguir, é do relatório do X Encontro de Lavradores, portanto, muitos outros foram realizados em vista da organização social dessa classe na região do baixo Tocantins.

Figura 33 – Relatório do X Encontro de Lavradores



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá (1990).

Os trabalhadores e trabalhadoras participavam ativamente dessas formações. É importante destacar que a tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Colônia dos Pescadores pelos trabalhadores, contribuiu para uma nova realidade no engajamento político da região, inclusive algumas prefeituras administradas por esses trabalhadores, como foi o caso de Oeiras do Pará, onde o prefeito Evandro era da Pastoral da Juventude; em Cametá, onde os prefeitos vieram do sindicato rural e colônia; em Igarapé-Miri o prefeito foi Animador das Comunidades e em Baião o prefeito era da Equipe de Agricultura da Prelazia. E sem contar com inúmeros outros atores, que foram capacitados pela Igreja e que tiveram e tem papel fundamental nas administrações públicas, sindicatos, universidades e outros espaços de decisão (SALETE AQUIME).

Podemos observar no excerto acima que essas formações possibilitaram que os trabalhadores e trabalhadoras agregassem espaços de grande relevância para desenvolvimento e organização social, como: administrações públicas, sindicatos e universidades. Para Gramsci (1988, p. 3), “[...] cada grupo social cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico e no trabalho, mas também no social e no político”.

Desse modo, os processos formativos desenvolvidos pela Prelazia de Cameté contribuíram de forma significativa para a atuação desses sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras, que ingressaram nesses espaços, sobretudo em coletivos sociais, pois “[...] o cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas” (GOHN, 2012, p. 20).

Uma das grandes conquistas desses trabalhadores foi a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cameté, no ano de 1974, que “[...] ocorreu a partir da intervenção de um conjunto de entidades e instituições que atuaram na organização do movimento sindical junto aos camponeses” (SOUSA, 2002, p. 126); mas não bastava apenas criar o sindicato, era necessária muita luta para garantir os direitos da população rural, conforme relatou o senhor Gerson:

Nós encaminhamos os gritos, por exemplo, pra reivindicar as coisas boas pro nosso meio, no caso luz, posto de saúde [...] os direitos como aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio doença [...] era tudo puxado dentro dessa situação e hoje está tudo acontecendo de fato [...] coisas que lá atrás, dos anos 70 para trás, era tudo impossível.

Como podemos observar, a luta do trabalhador rural foi um processo constante, somente criar o sindicato não seria garantia da conquista dos direitos sociais básicos, para isso era necessário que esses sujeitos se organizassem para reenviudar, junto aos órgãos competentes, tudo aquilo que viesse a possibilitar melhorias na qualidade vida no campo. Nesse sentido, as comunidades cristãs foram grandes aliadas, pois criou espaços de discussão e reflexão, haja vista que a Prelazia de Cameté, por meio de uma ala mais progressista, incentivava os comunitários a se engajarem em questões sociais e políticas (SOUSA, 2002).

Figura 34 – I Congresso das Comunidades Cristãs da Prelazia de Cameté



Fonte: Arquivo da Diocese de Cameté (1989).

A imagem acima faz parte do registro fotográfico do I Congresso das Comunidades Cristãs da Prelazia de Cametá, que foi um momento em que lideranças leigas passaram a ter uma atuação mais ativa e participativa nas ações da Igreja e também nas questões sociais. Para Grzybowski (1990, p. 65), “[...] a igreja é uma presença e um canal de expressão política dos movimentos sociais do campo”, e acrescenta:

No trabalho da Igreja e dos movimentos sociais de trabalhadores rurais que nela se apoiam há uma espécie de democracia de base, um igualitarismo comunitário (as CEBs são o maior exemplo), onde o “povo” é chamado a participar, a decidir, a acreditar no seu saber e na sua capacidade de resolver os problemas que enfrenta.

Nessa mesma linha de pensamento, Sousa (2002, p. 109) descreve que a organização das Comunidades Cristãs “[...] com estruturas democráticas coincide com o início da organização do movimento de oposição sindical, que objetivava retomar a direção do STR do poder das pessoas que estavam dirigindo o sindicato sob influência política das oligarquias”. E, ao descrever sobre a retomada do sindicado, Sousa (2002) se refere a um grande movimento histórico por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutaram para que a liderança do STR fosse, de fato, representada por um deles.

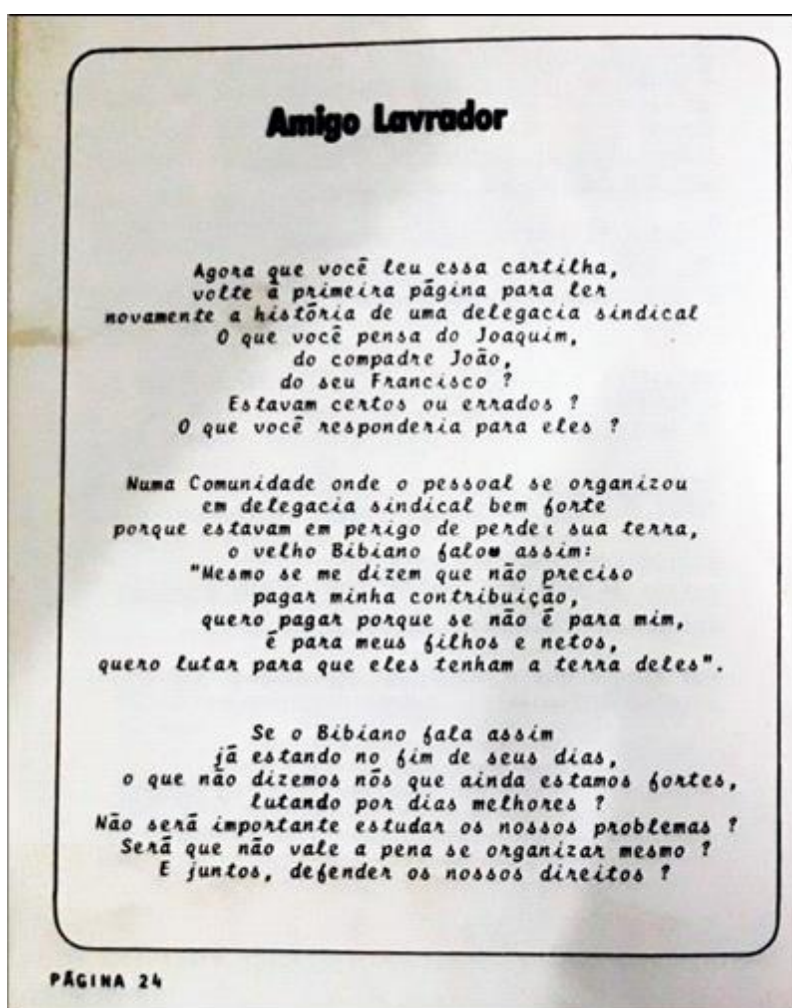
A seguir apresentamos uma cartilha utilizada nos processos formativos da Prelazia de Cametá sobre a importância do sindicato para o lavrador. Pela imagem da capa, percebemos três momentos que podem retratar a importância da relação trabalho-educação no espaço rural.

Figura 35 – Cartilha “O lavrador e seu sindicato”



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá (sem data).

Esse material está dividido em duas partes. Na primeira parte é narrada a história da Delegacia Sindical em forma de quadrinhos, e, com os desenhos, ficou bem mais fácil explicar essa temática. Posteriormente, foram descritos alguns pontos para ajudar na reflexão sobre o lavrador e seu sindicato, como: quem pode ser sócio do sindicato e como está organizado o sindicato. E, para finalizar essa cartilha, foi utilizada uma espécie de poema intitulado “Amigo Lavrador” (ver imagem abaixo), que expressa o anseio e a importância da organização dos trabalhadores em vista dos seus direitos: “Será que vale a pena se organizar mesmo? E juntos defender os nossos direitos?”



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá (sem data).

Para Favacho (1984), o nascimento dos movimentos de oposição sindical frente à classe dominante foram umas das ações que partiram das comunidades rurais, com forte presença de lideranças da comunidade de Carapajó. Esses movimentos, portanto, contribuíram para ampliação do debate sobre os problemas da região, por meio de encontros dos trabalhadores rurais, e influenciaram na organização da classe trabalhadora.

A trajetória do campesinato amazônico na busca pela emancipação registra várias mediações, que transitam por partidos políticos, segmentos da Igreja Católica, ONG, entre outros. A Igreja Católica é um dos mediadores mais presentes a partir da década de 1960 e avança até a década de 1990. Na caminhada camponesa amazônica, foi relevante a presença da Igreja Católica a partir das Comunidades eclesiais de Base (CEB) na formação do STR, associações e cooperativas. Na experiência de Cametá, são conhecidas as comunidades cristãs que fomentaram experiências com o cultivo da pimenta-do-reino, a criação de cantinas comunitárias e a assistência técnica (ALMEIDA, 2010, p. 295).

Com base em Almeida (2010) e com o que expomos no decorrer desta subseção, não podemos deixar de considerar a participação da Prelazia de Cametá no processo de luta dos trabalhadores rurais da região do baixo Tocantins. O que foi oferecido às pessoas dessa região por meio dos projetos voltados para a agricultura, assim como as práticas formativas, puderam, de fato, contribuir com a organização da Classe Trabalhadora.

Mas o que explicaria a atuação da Igreja, precisamente a Prelazia de Cametá, no campo social e mesmo político dessa região? Além de inúmeras formações na área da agricultura, que, em si, contribuiriam para o desenvolvimento econômico e humano desses homens e mulheres, essa instituição também se voltou para a organização política do trabalhador rural. Talvez porque percebesse que, somente através da organização política, seria possível enfrentar os inúmeros obstáculos que os sujeitos do campo tinham pela frente.

É, no mínimo, inusitado esse engajamento da Igreja em campos diferentes da espiritualidade. É justamente nesse ponto que se torna fundamental mencionarmos a Teologia da Libertação. Conforme Löwy (2000), essa teologia não separava a espiritualidade da ação política e social da Igreja. Ao contrário, somente pelo engajamento político e social nos estratos sociais mais pobres e vulneráveis da sociedade que a Igreja cumpriria sua verdadeira missão na Terra.

Portanto, a partir da análise dos dados, acreditamos que iniciativas da Prelazia de Cametá em prol do pequeno lavrador, se inseria no contexto da Teologia da Libertação. As ideias dessa teologia influenciaram a elaboração do novo plano de pastoral da Prelazia de Cametá, e não se trata somente de um caso isolado, mas de um fenômeno eclesiológico que se expandiu por toda a América Latina.

Nesse capítulo, portanto, buscamos analisar a situação atual dos *Sítios Agrícolas*, partindo das rupturas e permanências desde a implantação desse projeto na década de 1970. E finalizamos apresentando como se deu a organização dos trabalhadores rurais, o engajamento sociopolítico dos trabalhadores e a importância do processo formativo desenvolvido pela Prelazia de Cametá naquele contexto de exploração e de exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos a realizar essa pesquisa na localidade de Carapajó para analisar o processo de implantação dos *Sítios Agrícolas*, partimos do pressuposto de que essa experiência teria sido importante para a formação e a organização dos trabalhadores rurais das Colônias São Vicente e Ponta Grossa. Os primeiros contatos com as pessoas dessa localidade para amadurecimento do projeto de pesquisa já nos intrigaram, pois não conseguíamos compreender o porquê de tanto apreço pelo padre João Boonekamp.

Durante a pesquisa de campo para a realização das entrevistas de História Oral, tivemos contato com os trabalhadores rurais que fizeram parte desse projeto e, também, com outras pessoas que vivenciaram ou testemunharam essa experiência agrícola. Pudemos sentir, através das narrativas desses sujeitos, que o tempo vivido no campo deixou marcas, motivou sonhos e possibilitou processos de lutas em vista da transformação social.

Colocar os pés na terra que gerou alimento e abrigo, mas também cansaço e angústias frente aos desafios que a agricultura impõem, foi por um instante nos colocarmos no lugar daqueles sujeitos, que, por meio da agricultura, puderam vivenciar uma experiência nunca antes vivida, e tentar compreender o quanto o padre João Boonekamp representou em suas vidas e na da comunidade de Carapajó.

Cultivar a pimenta-do-reino nas décadas de 1970 e 1980, tendo os sujeitos que viviam exclusivamente do extrativismo e aqueles que passaram por experiências de trabalhos de exploração, mesmo que velada, foi desafiador, pois, para além do cultivar a pimenta-do-reino, os trabalhadores rurais tiveram que romper com o seu modo de viver extrativista, onde a natureza era a “grande mãe”, fornecedora de alimentos e de matérias-primas, esses sujeitos tiveram que passar a ter outro tipo de relação com a terra.

Esses sujeitos nos relataram inúmeros desafios para que eles pudessem iniciar esse tipo de produção que demandava mão de obra e esforço físico. Limpar a terra, afincar estaca, plantar as mudas e fazer os tratos culturais eram práticas bem diferentes do antigo modo de vida que muitos deles tinham antes dos *Sítios Agrícolas*. Acreditamos que esta situação seja uma das revelações dessa pesquisa, pois viver da agricultura rompia com o seu antigo modo de subsistência.

No que tange à relação desses sujeitos com a terra, acreditamos que, no primeiro momento do projeto, os trabalhadores rurais não deram muita importância ao cuidado com a natureza, pois a pimenta-do-reino gerava lucro e, com esse recurso, eles tinham acesso a outros

produtos e materiais. Assim sendo, não havia relações saudáveis com a terra, isso não era levado em consideração, visto que o dinheiro podia comprar quase tudo.

Com o declínio da pimenta-do-reino, os trabalhadores que ainda ficaram nos lotes tiveram que passar a fazer um outro tipo de agricultura, foi nesse momento que eles perceberam os danos que a cultura da pimenta-do-reino causava à terra. Passados esses desafios, detectamos que hoje a relação desses sujeitos com a terra é bem diferente do que nos anos setenta e oitenta, pois há uma maior conscientização quanto à necessidade da preservação do meio ambiente.

Considerando os objetivos específicos dessa proposta de pesquisa, e no que tange ao contexto em que o projeto *Sítios Agrícolas* foi pensado e implementado, acreditamos que a preocupação da Igreja pelas questões sociais e pela promoção do homem e da mulher do campo foi reflexo do momento histórico e eclesial da Igreja latino-americana fortemente influenciada pela Teologia da Libertação. Diante de um contexto de extrema pobreza dos povos do continente americano, a Igreja passou a pensar sua relação com o mundo e consigo mesma a partir do sofrimento dos pobres.

Talvez a iniciativa do padre João Boonekamp tenha como pano de fundo essas mudanças históricas ocorridas na Igreja latino americana no século XX. Porém, não podemos deixar de destacar uma relação paternalista entre o padre e os sujeitos que fizeram parte do projeto *Sítios Agrícolas*. Essa relação provavelmente foi além de um empecilho para a formação de um sujeito livre e responsável por sua própria vida, um obstáculo para a constituição de uma classe de agricultores capaz de lutar por seus direitos.

Quanto aos processos formativos, detectamos, por meio da análise documental, que a Prelazia de Cametá desenvolveu inúmeros cursos, encontros e palestras para além das técnicas agrícolas, ou seja, as formações também visavam contribuir com a formação crítica desses sujeitos, para que eles pudessem ter um maior conhecimento quanto à sua realidade e, a partir daí, entrarem em um processo de luta pelos seus direitos. Essas formações também buscavam motivar os trabalhadores a se organizarem enquanto classe por meio de coletivos sociais, sindicatos e cooperativas e, assim, eles se tornariam os verdadeiros protagonistas de sua libertação.

Nesse contexto de formação, as comunidades cristãs, principalmente as CCs localizadas na zona rural, foram os espaços que possibilitaram uma maior compreensão das questões sociais e políticas na região de Cametá, pois foram realizados inúmeros debates, reflexões e ações em vista da uma sociedade para todos. Logo, essa maneira de pensar a sociedade e questionar a realidade teve como pano de fundo as diretrizes da Teologia da

Libertação e das CCs, a qual foi bastante vivenciada por lideranças religiosas e leigos que faziam parte da Prelazia de Cametá.

Com base na análise dados da pesquisa, as formações desenvolvidas pela Prelazia de Cametá tiveram sua parcela de contribuição na organização social nas décadas de 1970 e 1980, pois foi nesse período que muitas cooperativas foram criadas, contribuindo, assim, para a comercialização dos produtos agrícolas. Também nesse período aconteceram duas grandes conquistas para a região de Cametá: a instalação da Colônia dos Pescadores Z-16 e a retomada do STR pela classe trabalhadora. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por sua vez, estava sob domínio de políticos influentes da região do Pará.

Por fim, não há como deixar de expressar o quanto foi importante o contato com os sujeitos que fizeram parte dessa proposta agrícola na comunidade de Carapajó, pois, foi por meio dessas pessoas que pudemos ter conhecimento do processo de implantação do Projeto *Sítios Agrícolas*, os desafios que eles encontraram para desenvolver as atividades agrícolas e a tomada de consciência para as novas formas de produção e a necessidade de organização, enquanto classe trabalhadora. Portanto, essa pesquisa nos permitiu compreender o percurso histórico dos trabalhadores rurais da comunidade de Carapajó, sujeitos sociais do campo, que lutaram pela superação das relações sociais de exclusão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ADRIETTA. Entrevista concedida à CNBB em 14/05/2018. Fonte: <http://www.cnbb.org.br/a-doutrina-social-da-igreja>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.
- _____. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FCG, 2004.
- ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Revista Estudos avançados**, Dossiê Teorias socioambientais, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.
- ARROYO, Miguel G. O direito do trabalhador à Educação. *In*: GOMES, C. M. *et al.* **Trabalho e conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010.
- _____. Trabalho – Educação e teoria pedagógica. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e Crise do Trabalho**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARRA, José Domingos Fernandes. **A Relação Trabalho e Educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá/PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos; 46)
- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é a educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2017.
- CARNEIRO JUNIOR, João Francisco C.; LIMA, Juliana Martins; SILVA, Ana Larissa Pinto; NASCIMENTO, Monica de Nazaré C. Ferreira. Análise do mercado da pimenta do reino no período de 1990 a 2015. **Revista Tecnol. e Ciên. Agropec.**, João Pessoa, v. 11, n. 6, 2017.
- CARRILLO, A educação popular como prática política e pedagógica. *In*: STRECK, Danilo R.; ESTBAN, Maria Teresa. **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CARTILHA de Formação dos Trabalhadores Rurais. Cametá, PA: Prelazia de Cametá, 1988.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia e Educação. **Revista Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016.

CNBB. **Puebla: A Evangelização no presente e no futuro da América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____. **Igreja e Problemas da Terra**. São Paulo, 1980. Disponível em: <https://pstrindade.files.wordpress.com/2015/01/cnbb-doc-17-igreja-e-problemas-da-terra>. Acesso em: 02 out. 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DUARTE, Maria de Lourdes Reis. **Cultivo da pimenta-do-reino na Região Norte**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2004.

ESTEVES, Carlos Leandro. Posseiros e invasores: propriedade e luta pela terra em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 107-130, jan./abr. 2016.

FAVACHO, José Coutinho. **O Catolicismo Amazônico e as CEBs diante das Transformações Sociais em Ocorrência na Região: Estudo sobre a Pastoral da Prelazia de Cametá, à luz da Teologia da Libertação**. 1984. Dissertação (Mestrado em Teologia) – PUC, Rio de Janeiro, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Gabriel Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FILGUEIRAS, Gisalda Carvalho; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos; SANTANA, Antônio Cordeiro de; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Fontes de crescimento da produção de pimenta-do-reino no Estado do Pará no período de 1979 a 2001**. Belém, 2004. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes>. Acesso em: 04 jun. 2017

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRENCKEN, Geraldo. **Em Missão: Padres da Congregação da Missão (Lazaristas), no Nordeste e Norte do Brasil**. Fortaleza: UFC, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GALINDO, Angel. **Moral socioeconômica**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Educação Popular e Movimentos Sociais. In: STRECK, Danilo R.; ESTBAN, Maria Teresa. **Educação Popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GRÍCOLIOKOI, Zilda. **Igreja e camponeses**: Teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec FAPESP, 1996.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais orgânicos e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 1990.

IBGE. Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em: 15 nov. 2017.

JOÃO XXIII. Encíclica *Pacem in Terris*. Vaticano, 1963. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 13 fev. 2019.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 57-72, dez. 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i2.109>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Florianópolis: Argos, 2005.

MOREIRA, Gilvander. 25 anos do martírio de Josimo Tavares. **GTNM/RJ, Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais**, Rio de Janeiro, n. 76, jun. 2011. Disponível em: http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_76/artigo.html. Acesso em: 06 de fevereiro de 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. Direitos de propriedade, agricultura e controle social: representações oficiais sobre aldeamentos de índios e colônias agrícolas da Amazônia, décadas de 1840-80. **Revista de História Agrária**, v. 71, abr. 2017.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: CEJUP, 1995.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULO XI. **Encíclica *Populorum Progressio***. Vaticano, 1967. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 13 fev. 2019.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vila di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. *In*: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PROJETO GESPAN. Gestão Participativa de Recursos Naturais. **Informações básicas sobre treze municípios da região do Baixo Tocantins, estado do Pará: uma contribuição ao planejamento municipal, Região do Baixo Tocantins, Pará**. Belém: Embrapa, 2004.

RABELO, Amanda Oliveira. A importância da investigação narrativa na educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 171-188, jan./mar. 2011

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade**. [s.l.], 1991. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SÁ, Tatiane Deane de Abreu, *et al.* **Revista USP**, São Paulo, n. 72, p. 90-97, dez./fev. 2006-2007.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SILVA, Adriane dos Prazeres. **O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-1981)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, Gilmar Pereira da. Trabalho e Educação: em busca de uma síntese. **Revista Trabalho & Educação**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2006.

SILVEIRA, E. S. História Oral e Memória: a construção de um perfil de Historiador-Etnográfico. **Ciência e Conhecimento**, v.1, p. 1-7, 2007.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002.

SOUZA JÚNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SITES:

<http://fepolitica.org.br>. Acesso em: 12 ago. 2018.

http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp_ii_enc_14091981_laborem-exercens.html. Acesso em: 23 nov. 2017.

<http://www.cnbb.org.br/a-doutrina-social-da-igreja>. Acesso em: 10 fev. 2019.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428. Acesso em: 15 out. 2018.

<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/60-dados-2017/14074-assassinatos-conflitos-no-campo-2017>. Acesso em: 30 jul. 2018.

<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4368-sugestao-de-pauta-cpt-ira-lancar-o-relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2017>. Acesso em: 07 jan. 2019.

<https://www.google.com.br/maps/@-2.2424844,-49.6683475,9z>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FONTE ORAL:

Benedita Júlia Batista Miranda. Entrevista concedida em 09/03/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

Lucivaldo Lopes da Cruz. Entrevista concedida em 21/10/2017, Carapajó/Cametá/Pará.

Manoel Timóteo Pinho. Entrevista concedida em 29/03/2018, Carapajó/Cametá/Pará.

Afonso Pompeu dos Anjos. Entrevista concedida em 29/03/2018, Carapajó/Cametá/Pará.

Gerson Lopes da Cruz. Entrevista concedida em 19/04/2018, Carapajó/Cametá/Pará.

Pelópidas Araújo. Entrevista concedida em 29/07/2018, Carapajó/Cametá/Pará.

Edir Pinheiro. Entrevista concedida em 15/01/2019, Cametá/Pará.

Romário Alves Machado. Entrevista concedida em 16/01/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

João Pereira Ramos. Entrevista concedida em 16/01/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

Benedito de Castro Maciel. Entrevista concedida em 16/01/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

Maria Zeneide Assunção Maciel. Entrevista concedida em 16/01/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

João Anastácio Farias. Entrevista concedida em 16/01/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

Dennis Herman Silva. Entrevista concedida em 16/01/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

Salete Aquime. Entrevista concedida em 13/02/2019, Cametá/Pará.

Anália Rodrigues dos Santos. Entrevista concedida em 09/03/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

Isabel Igreja Alves. Entrevista concedida em 09/03/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

Jandira Moraes Estumano. Entrevista concedida em 09/03/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

Maria Santana Beckma. Entrevista concedida em 09/03/2019, Carapajó/Cametá/Pará.

ANEXOS

ANEXO A: Informativo da Comunidade Cristã nº 5 – Ano 1979

DIÓCESE DE CAMETÁ ANUNCIÁRIO

80

comunidade cristã

- Puebla
- Avisos
- Seminário
- Notícias

Maio 5 de 1979

puebla

Quase todos nós ouvimos falar de um grau de movimento que só de muitos em muitos anos acontece na nossa Igreja de América do Sul. Na grande reunião dos bispos de todos estes países na cidade de Puebla no México, logo foi em janeiro - fevereiro deste ano. Não importante, um livro, onde está escrito tudo que os bispos falaram. Eles estudaram como a Igreja deve levar o Evangelho ao povo da América Latina agora e no futuro.


E o que estes bispos dizem para nós? Eles olham bem a situação do povo destas partes da América Latina. E ficam escandalizados com a grande miséria da maioria do povo que cresce cada vez mais (fome, doença, pouco salário etc.). Eles procuram a causa desta situação e descobrem que é o capitalismo liberal. É um sistema que faz o rico cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre. O que tem de muito ruim nestas coisas é que não dá para mudar a situação. É uma situação triste e muito gente sofre. Mas mais triste é que a exploração do pobre acontece em países que se dizem cristãos. E não dividem os bens para todos (terra, dinheiro, liberdade) e anti-cristão.

A Igreja é chamada para TRANSFORMAR esta situação. Por isso os bispos decidem colocar-se do lado do mais fraco, que é o povo.

Depois os bispos examinam os diversos governos dos países da América Latina. Al eles descobrem que há violência e corrupção. Que a dignidade do homem sofre de modo que de perseguição ao cidadão está longe o dia em que o povo pode usar sua voz para dar sua opinião sobre como quer ser governado e como quer ver aplicado o dinheiro público.

Olhando para o Evangelho e o homem eles explicam o que Jesus Cristo veio fazer e o que a Igreja deve continuar a fazer. Jesus Cristo trouxe o amor ao mundo, baseado numa igualdade entre todos os homens. Ele ensinou que todos somos iguais e devemos nos respeitar um ao outro. Alguém deve gritar contra o outro, opri-lo, roubá-lo, roubá-lo. Devemos nos irmãos e entre nós deve haver fraternidade e justiça. E Jesus sempre se colocou do lado do fraco, do pobre, do doente para aceitar que eles tem direito a respeito e dignidade.


E falando sobre esta libertação eles dizem coisas bonitas para



não. O povo cristão, as comunidades devem TRANSFORMAR o que está errado na sociedade. Eles devem procurar FIDELIDADE quando a situação não respeita o homem e sua dignidade. O povo deve unir-se, estudar a Palavra de Cristo e aplicar-le na sua convivência.

Estas comunidades do México chamadas pelos bispos no México "a alegria e a esperança da Igreja". E dizem: "estas comunidades procuram uma vida mais evangélica no meio do povo, colaboram para questionar os valores egoístas da sociedade e oferecem um valioso ponto de partida para a construção de uma nova sociedade 'civilizada do amor'". Eles acham que famílias, jovens, crianças se podem ganhar valores nestas comunidades. Juntos com a Palavra de Cristo procuram criar um ambiente onde existe igualdade, amor e justiça.

Então que todos estamos satisfeitos com esta palavra de apoio às nossas comunidades pelos bispos reunidos em Puebla.



aviso

Em setembro de 1978 tivemos cinco cursos de Liderança comunitária (L.C.) em Igarapé Miri, como já avisamos.

Os cursos de L.C. na paróquia de Capangari são os seguintes:

Em maio: 02 - 06. De Caranali: 02-06.

Em junho: 01 - 15 de outubro. De Igarapé Miri e Jaramatã: 21-25.

Em julho: 01 - 25 de novembro. De Igarapé Miri e Jaramatã: 25 - 29.

Relembramos que a primeira data do curso é sempre o dia de chegada, à tarde!

Na data seguinte queremos convidar todos os AFILIADES para fazerem conosco aqui em nossa casa (casa do Bispo) a preparação do planejamento para o ano de 1980! Chegada e saída no mesmo dia!

LIVROS: Todos os Livrinhos sobre Puebla e "PUEBLA PARA O POVO", por Crd 22,00. Também chegou: "MISÉRI NA FAMÍLIA-1979", Crd 6,00 (o disco custa Crd 25,00).

CATEQUESE: Em quase todos os setores da Prelazia já foi realizado o curso de catequese este ano. Os (as) catequistas voltaram, depois dos cursos, de volta com um plano novo "Catequese é sempre o dia de chegada, à tarde!". Por isso este ano vamos fazer o curso de catequese em casa e lá será realizado o planejamento para o ano de 1980!

CREMOS: No dia 21 de dezembro Zeza Favecho receberá a ordenação de padre em Jaramatã. Ele será o primeiro sacerdote da Prelazia de Cametá, na paróquia de Bon Pedro II.

Num outro número do nosso jornalinho daremos mais notícias a respeito destas duas festas importantes!

notícias

No dia 14 de junho fizemos uma reunião aqui em nossa casa. A finalidade era: Ver a possibilidade de formar uma equipe central ampliada, pois há muita gente que trabalha na linha comunitária sem pertencer à equipe central da C.C. Combinamos que mensalmente faremos uma reunião, no menos a partir do ano de 1980, para uma troca de ideias e o em parte uma pequena avaliação.

Também a direção do jornalinho ficará no futuro nas mãos desta equipe central ampliada.

Os setores que terão representantes nesta equipe seriam: A C.C. em geral, a catequese, a agricultura, a saúde, os círculos bíblicos, o sindicalismo e a assistência jurídica.

Além disso vamos trazer mais ideias a respeito deste tipo de equipe central, também nos cursos de Liderança XI.

DIÁ DO LAVADOR: No dia 25 de julho tinha muita gente aqui em Cametá. Quantas pessoas? Os que não gostam de nós disseram: 500 e outros que gostam de nós disseram: 4.500. Então mais ou menos 1.000 lavadores. Era o dia do lavador rural, o pequeno lavador que quer mais mostrar sua alegria de gente unida. Foi celebrada uma bem participada missa na central e houve um jantar.

Até a C.C. de SANTA MARIA, onde as comunidades apresentaram sua felicidade, em especial o grupo de catequese e a música.

MUNICÍPIO: No dia 25 de julho tivemos uma reunião com algumas paróquias sendo um dia de reflexão e respeito do cristão que não são registrados. Para isso precisamos de um novo plano de trabalho.


DESCOBRIMOS: No dia 25 de julho tivemos uma reunião com algumas paróquias sendo um dia de reflexão e respeito do cristão que não são registrados. Para isso precisamos de um novo plano de trabalho.

JARAMATÃ (Perpétuo Socorro): No dia sete de julho tivemos um encontro de catequese em nossa comunidade onde estavam presentes catequistas de SARAÍ e OVIDIO. As catequistas deram uma aula fazendo várias perguntas às crianças. No qual nós contamos com a presença de 129 alunos entre os três comunidades e 69 pessoas adultas. A C.C. de JARAMATÃ também fez a companhia de filtros junto com SARAÍ e OVIDIO. Jaramatã com 45, Saraí com 15 e Ovidio com 25 filtros. As crianças estão com muito alegria e bem satisfeitas com esse trabalho que acabamos de fazer outros pedidos de filtros.

MAIO: No mês de maio foi passado o mês mariano. Cada paróquia deu uma borra dando presentes para o bispo e todos cooperaram neste mês por interesse nos para ajudar o fruto desta C.C. A comunidade de Jaramatã comprou uma estante (biblioteca) custando a importância de Crd 300,00 que a mesma foi paga com uma parte de renda do bingo deste mês de maio, e a importância de Crd 982,00 foi entregue ao tesoureiro de maio.

MEMÓRIAS DE BALÇO: "Comunicamos que nossa C.C. está se animando, já existe boa frequência no culto, os jovens, jovens a Deus, estão se entregando. Também temos projetos para a realização de cursos, tais como: A escola, a secretaria e uma pequena biblioteca, para a doação do terreno, construção do barracão e culto celebrado pelos jovens.

TURISMO: "Conseguimos realizar o nosso primeiro projeto de casa comunitária. Fizemos a inauguração, junto com TURISMO no dia 14 de julho".



seminário

As pessoas que nos últimos meses passaram pelo seminário, seja de visita seja participante em qualquer curso, certamente terão-se conta de algumas coisas. E o que agora tentamos explicar, abrangendo os meses desde junho de 1978 até ao fim de maio do ano corrente.

A - O seminário recebeu:

PERSTAS: Perpétuo Socorro (Igarapé Miri) - - - - -	1.100,00.
Sant'Ana (Igarapé Miri) - - - - -	7.500,00.
Barcelos - - - - -	4.000,00.
Departamento - - - - -	6.000,00.
Regatório (Juaba) - - - - -	2.622,00.
São Benedito (Votrabá) - - - - -	2.000,00.
Livramento - - - - -	200,00.
Santa Maria (Cametá) - - - - -	3.000,00.
Santa Maria (Cametá) - - - - -	5.500,00.

Bos União e Perpétuo Socorro (Igarapé Miri) 2.000,00.
Itaboca - - - - - 1.500,00.
1979: São José e N.S. do Rosário (Juaba) - - - - - 3.000,00.
Oitras do Pará - - - - - 2.877,00.

TOTAL: - - - - - 39.279,00.

B) DOAÇÕES: De Roma - - - - - 51.495,00.
Doação - - - - - 1.200,00.
Outra doação - - - - - 4.800,00. - - - - - 57.495,00.

RECEBIMOS: - - - - - 96.774,00.

B - O seminário gastou:

a) Sapato, calçada e muro - - - - -	40.210,00.
b) Serviço de limpeza - - - - -	9.450,00.
c) Limpeza (fossa, terreno e poço) - - - - -	2.200,00.
d) Caixa d'água - - - - -	39.897,00.
e) Reparação de portas, janelas e muros - - - - -	1.300,00.
f) Diversos (banheiro, eletricitista etc.) - - - - -	8.094,10.

GASTAMOS: - - - - - 95.162,10.

O SALDO positivo é Crd 1.591,90.


O seminário tem, pois, de saldo Crd 1.591,90. Mas as obras vão continuando. É necessário rever todo o trabalho, substituir ripas e telhas; rever o forro para substituir madeira podre e reformar a pintura geral; reparar janelas, terminar a calçada, fazer dois sanitários, fazer dois chuveiros, reparar os sanitários do dormitório, etc.

E onde temos a importância para estas obras? Uma parte, espere, virá de fora. Mas a outra virá das nossas comunidades.

Como podemos verificar, as C.C. contribuíram com quase a metade da importância gasta. E ajudando a fazer a concretização das C.C. vai continuar a estar presente, até crescendo, nos vossos gestos.

Em próximos números do nosso jornalinho informaremos do andamento das obras, bem como dos encontros realizados no Seminário, que cada vez mais se torna "A NOSSA CASA".

Pe. Leônidas.



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá (1979).

ANEXO C: Relação dos Trabalhadores Rurais da última fase do Projeto Sítios Agrícolas
COLÔNIA SÃO VICENTE DE PAULO

Nº	NOME	SITUAÇÃO ATUAL
1	Egídio Estumano	Falecido. A esposa Jandira continua na terra e desenvolve atividades agrícolas.
2	Eloi Mendes	Falecido.
3	Benedito Ramos	Falecido.
4	Vicente Quaresma	Doou para os filhos.
5	Troia	Falecido.
6	Raimundo Alfaia	Atuando.
7	Ari Moraes	Falecido, o filho deu prosseguimento às atividades agrícolas.
8	Antônio Pinheiro	Vendeu.
9	Maura	Falecida.
10	Juraci	Falecido.
11	Valdomiro Araújo	Continua na terra, mas não desenvolve atividades agrícolas.
12	João Pereira Ramos	Tem apenas a terra, mora na vila.
13	Dionísio	Estava atuando, mas foi assassinado.
14	Manoelzinho	Vendeu a terra.
15	Romário	Filho assumiu a produção.
16	Manoel Maia	Vendeu a terra.
17	Valdir Cabral	Continua na terra, mas não desenvolve atividades agrícolas.
18	Moju	Vendeu a terra.
19	Manoel Júlio	Vendeu a terra antes de falecer.
20	Pista	Vendeu a terra.
21	Carmem	Falecida.
22	Orcir e Isabel Igreja	Continua na terra, mas não desenvolve atividades agrícolas.
23	João Boca	Vendeu a terra.
24	Vitor	Vendeu a terra.
25	Anália	Dou a terra para os filhos.
26	Antônio Fiel	Vendeu a terra.
27	André	Vendeu a terra.
28	Timóteo	Atuando.
29	Benedito Maciel	Vendeu a terra.
30	Manoel Luiz	Falecido.
31	Afonso	Atuando.
32	Tobias	Vendeu a terra.
33	Benedito Xavier	Vendeu a terra.
34	Cacau	Vendeu a terra.
35	Lucivaldo Lopes	Atuando.

COLÔNIA PONTA GROSSA

Nº	NOME DO BENEFICIADO	SITUAÇÃO ATUAL
1	Gerson Lopes	Atuando.
2	Frank	O irmão assumiu (Pelópidas).
3	Ivan	Assassinado (família vendeu para o Gerson).
4	Pelópidas	Atuando (1º gerente da Ponta Grossa).
5	Francisco	Abandonou a terra.
6	Agenor	Vendeu a terra.
7	Carlos Alberto	Abandonou a terra.
8	Cláudio	Abandonou a terra.

ANEXO D: Plano de empréstimo para custeio da pimenta-do-reino

CUSTEIO RURAL EDUCATIVO
PLANO DE EMPRÉSTIMO PARA CUSTEIO DA
PIMENTA DO REINO

Propriedade: **Colônia São Vicente de Paulo** Órgão Financiador : Banco do Brasil
Município : **Cametá** Abrir conta em : Cametá
Proprietário: **Prelazia de Cametá do Tocantins.** Assistência Técnica: Prelazia de Cametá

1- OBJETIVOS DO PLANO:

Custeio para **10.000** pés de pimenta do reino

2- IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE:

2.1 Nome e Localização: **Colônia São Vicente de Paulo, Carapajó**

2.2 Área e Limites: **100 ha**

2.3 Título de Posse: **Escritura publica** DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO

3- SITUAÇÃO ATUAL DA EXPLORAÇÃO:

3.1 Idade: **10.000 pes de 5 anos e mais**
10.000 pes de 4 anos

3.2 Produtividade e Produção do Ano Anterior: **2,0 kg por pé**

3.3 Estado Fitossanitário: **Atestada a inexistencia de qualquer doença que possa comprometer o bom estado fitossanitario da cultura.**

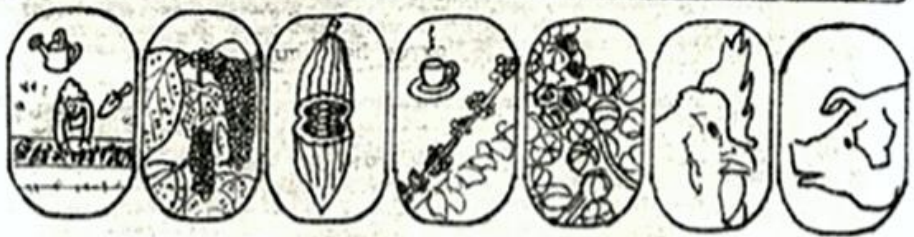
3.4 Adubação e Calagem:

Será feito de acordo com as necessidades da cultura.

Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá.

ANEXO E: Panfleto anexado no informativo das Comunidades Cristãs do ano de 1981

AGRICULTURA



COMPANHEIROS LAVRADORES, mãos grossas que ferem a terra e da terra fazem o milagre do alimento que sustenta o povo.

É para vocês que abrimos um espaço em nosso "Jornalzinho das C.Cs" com a intenção de estarmos em maior comunicação para troca de experiências na agricultura.

Somos hoje uma equipe de três técnicos e três padres. Formamos a "EQUIPE DE AGRICULTURA" da Prelazia. O nosso time é novo mas o trabalho de assistência aos lavradores comunitários já faz anos.

Começou a se ampliar quando o Agrônomo Bernardo ao viajar pelas comunidades de Cametá e Baião observou a necessidade de administrar cursos pimenta-do-reino, cacau e café. A orientação mais pedida pelas comunidades era sobre pimenta. Cacau e café foram incluídos pela importância que se via de mostrar ao agricultor o perigo de sua dependência a uma única cultura.

Desses cursos concluiu-se que o iniciamento do produtor em novos cultivos e a melhoria de sua produção não dependiam unicamente de técnicas mas faltava também o incentivo de financiamentos. Desde então diversas comunidades passaram a se beneficiar com projetos de financiamentos de adubos, venenos e mudas.

De lá para cá o trabalho aumentou e apareceram Raul e Antonio Fernando... e agora o Saci (Nilton).

Antes disso é importante lembrarmos as experiências que tiveram alguns padres na ajuda à agricultura: O Pe. Geraldinho (Cametá) no campo de estudos e produção de mudas, em Aricuré, o que muito tornou possível a assistência às CCs; o Pe. Joãozinho desenvolvendo uma colônia agrícola em Cara-pajó, onde vários trabalhadores conseguiram um pedaço de terra e ajuda no plantio da pimenta e também o Pe. Tiago, grande animador dos comunitários de Baião para que se interessassem pelo cultivo da pimenta-do-reino.

Como vemos, assim como vocês, lavradores, nós estivemos esses anos ao embalo dos ventos esperanças que sopravam com a pimenta-do-reino. Esperanças que este ano começam a se esvaziar. O adubo SOBE, a carestia SOBE e o preço da pimenta DESCE. O reino da pimenta parece acabar.

Nesta hora passemos a nos perguntar sobre que verdadeira função nós, técnicos e padres envolvidos nas atividades agrícolas, devemos assumir diante dos problemas sentidos por vocês lavradores.

DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá (1981).

ANEXO F: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará”**, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, **JOENIA NUNES DOS PRAZERES**, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Dr^o. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realiza-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.


Assinatura do Participante


Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 25 de Outubro de 2013.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará”**, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, **JOENIA NUNES DOS PRAZERES**, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Dr^o. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realizá-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação de mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.

Manoel Tiago P. Ramos

Assinatura do Participante

Joenia Nunes dos Prazeres

Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 29 de março de 2018.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

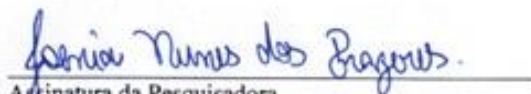
Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará”**, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, **JOENIA NUNES DOS PRAZERES**, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Drº. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realiza-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.


Assinatura do Participante


Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 29 de março de 2018.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará”, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, JOENIA NUNES DOS PRAZERES, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Drº. Francivaldo Alves Nunes.

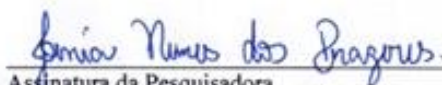
Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realiza-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.



Assinatura do Participante



Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 29 de julho de 2018.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará”, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, JOENIA NUNES DOS PRAZERES, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Drº. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realiza-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.


Assinatura do Participante


Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 16 de junho de 2019.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará”**, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, **JOENIA NUNES DOS PRAZERES**, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Dr. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realizá-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.

Benedito de Castro
Assinatura do Participante

Joenia Nunes dos Prazeres
Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 16 de junho de 2019.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará**”, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, **JOENIA NUNES DOS PRAZERES**, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Dr.º. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realiza-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.

João Anastácio Farias Ramos
Assinatura do Participante

Joenia Nunes dos Prazeres
Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 16 de junho de 2019.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará”**, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, **JOENIA NUNES DOS PRAZERES**, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Dr^o. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realizá-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.

Dennis Herman Silva
Assinatura do Participante

Joenia Nunes dos Prazeres
Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 16 de junho de 2019.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará”**, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, **JOENIA NUNES DOS PRAZERES**, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Drº. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realiza-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.

Mania Salati Pantja Aguiar
Assinatura do Participante

Joenia Nunes dos Prazeres
Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 13 de fevereiro de 2019.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará”**, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, **JOENIA NUNES DOS PRAZERES**, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Dr. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realiza-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.


Assinatura do Participante


Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 09 de março de 2019.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará”**, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, **JOENIA NUNES DOS PRAZERES**, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Dr. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realizá-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.

Handira Moraes
Assinatura do Participante

Joenia Nunes dos Prazeres
Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 09 de março de 2019.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará**”, realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, **JOENIA NUNES DOS PRAZERES**, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Dr^o. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realiza-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.

María Santana B. Siqueira
Assinatura do Participante

Joenia Nunes dos Prazeres
Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 09 de março de 2019.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente documento, estou sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa "Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 na comunidade de Carapajó, Município de Cametá/Pará", realizada pela discente do PPGEDUC - UFPA, JOENIA NUNES DOS PRAZERES, matrícula nº 201727170009, sob a orientação do professor Dr. Francivaldo Alves Nunes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de implantação, formação e organização dos trabalhadores rurais do projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa da comunidade de Carapajó, Município de Cametá-PA. E, para realiza-la adotaremos entrevista, gravada em áudio, na qual você poderá responder perguntas contidas em um roteiro de entrevista de história oral e outras que possam surgir. Todavia, você terá a liberdade em narrar o que considerar oportuno e relevante para a pesquisa em questão.

Declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância dessa pesquisa, e que concordo em participar deste estudo de forma voluntária. Portanto, autorizo o uso de todo material gerado durante essa pesquisa, os áudios das entrevistas, as imagens e dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, etc.), para a construção do texto de dissertação do mestrado e, também, para outros projetos educativos, sem limitação de tempo ou de números de exibições, que venham a ser realizados pela pesquisadora.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e que outra cópia será arquivada pela pesquisadora responsável.

Benedicta Juliana Batista Miranda
Assinatura do Participante

Joenia Nunes dos Prazeres
Assinatura da Pesquisadora

Cametá, 09 de maio de 2019.